



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**SYNTHYA RAYANNE DE LIMA MAIA**

**OLHOS QUE CONDENAM: UM ESTUDO SOBRE AS MALHAS DE VIGILÂNCIA  
EM MULHERES NEGRAS NOS AMBIENTES PÚBLICOS DA CIDADE DE  
MACEIÓ**

**Maceió-AL**  
**2024**

SYNTHYA RAYANNE DE LIMA MAIA

OLHOS QUE CONDENAM: UM ESTUDO SOBRE AS MALHAS DE VIGILÂNCIA EM  
MULHERES NEGRAS NOS AMBIENTES PÚBLICOS DA CIDADE DE MACEIÓ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Anabelle Lages.

Maceió-AL

2024

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M217o Maia, Synthya Rayanne de Lima.  
Olhos que condenam : um estudo sobre as malhas de vigilância em  
mulheres negras nos ambientes públicos da cidade de Maceió / Synthya  
Rayanne de Lima Maia. – 2024.  
114 f. : il. color.

Orientadora: Anabelle Lages.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de  
Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 109-114.

1. Mulheres negras - Mecanismos de vigilância. 2. Mulheres negras -  
Mecanismos de controle. 3. Escrivência. I. Título.

CDU: 316(=414)(813.5)-055.2



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Folha de Aprovação**

SYNTHYA RAYANNE DE LIMA MAIA

**OLHOS QUE CONDENAM: UM ESTUDO SOBRE AS MALHAS DE  
VIGILÂNCIA EM MULHERES NEGRAS NOS AMBIENTES PÚBLICOS DA  
CIDADE DE MACEIÓ**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Data de Aprovação: 29 de Janeiro de 2024

**Banca Examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
**ANABELLE SANTOS LAGES**  
Data: 06/02/2024 13:02:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**PROF. DRA. ANABELLE LAGES**  
UFAL – Instituto de Ciências Sociais  
Orientadora



Documento assinado digitalmente  
**WENDELL FICHER TEIXEIRA ASSIS**  
Data: 06/02/2024 09:57:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**PROF. DR. WENDELL FICHER**  
UFAL – Instituto de Ciências Sociais  
Membro Interno



Documento assinado digitalmente  
**FLAVIA MATEUS RIOS**  
Data: 06/02/2024 15:32:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**PROF. DRA. FLÁVIA MATEUS RIOS**  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
Membra Externa

*Às que vieram antes de mim,  
minha escrevivência é para  
honrar a ancestralidade que  
me guia e orienta.*

*As ações de re-existência do povo negro são tecidas por estratégias de resistências daquelas pessoas tecidas pela potência do viver (ainda que carreguem dores infinitas, ainda que lutem dia após dia para permanecerem vivas, quer seja pela sociedade violenta, pelas necropolíticas impostas, quer seja pelas violências psíquicas que nos enforcam). Pois os mistérios, a sacralidade própria da ancestralidade só é compreensível por pessoas delineadas por essa potência, pela poiésis da vida, da potencialização da vida, do viver bem, do viver em comunidade, pessoas aquilombadas...*

*Essas re-existências, pertencimento próprio de quem busca e vive suas / nossas ancestralidades, costurando, demarcando, bordando, trançando, marcando, pintando suas tradições! A poética de encantamento é a escuta de si e essa escuta leva à escuta das outras pessoas, valorização e reconhecimento, compreender-se como valiosa e assim potencializar a existência de si e de todas as outras pessoas tecidas em seu viver / fazer / sentir / acontecer.*

*A arte dos encontros / encantos!*

*- Adilbenia Machado*

## **AGRADECIMENTOS**

Às minhas mais velhas, os meus agradecimentos iniciais. Minha escrevivência é para honrar a ancestralidade que me guia e orienta;

À minha família e companheiro pelo espaço-colo-casa que acolhe minhas dores e embala meus sonhos. Sem vocês, nada seria possível;

Aos meus amigos, que torceram - mesmo de longe - e que sempre acompanharam cada passo de uma conquista que é coletiva;

Às minhas irmãs, amigas e parceiras de pesquisa pelas potencialidades das nossas construções de existência;

À minha psicanalista, Kizye Lins, por apresentar uma perspectiva afrocentrada de cura e lugar que me permitiu lidar com minhas ansiedades, dores e preocupações;

À Prof. Dra. Anabelle Lages, minha orientadora, pela acolhida dos meus anseios e pela construção de um lugar de afeto e cura na minha relação com a academia;

Ao Prof. Dr. Wendell Ficher que, talvez não saiba, mas me desafiou e impulsionou a acreditar no meu projeto;

Ao Prof. Dr. Arim Soares do Bem pelo incentivo e contribuições tão necessárias;

À Universidade Federal de Alagoas por ser um espaço público para ensino, pesquisa e extensão com qualidade, mesmo em meio a tantos retrocessos;

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFAL), pela oportunidade de fazer esta pesquisa;

À FAPEAL e CAPES pelo financiamento desta pesquisa;

Aos colegas da turma de mestrandos 2022, por toda a parceria durante esses dois anos de formação e por tornarem a caminhada mais leve;

À Kizye, Ana Clara, Kyvia, Bruna, Elita, Analice, Juliane, Maria, Mayara, Luisa, Cícera e tantas outras mulheres negras que compartilharam suas escrevivências e tornaram desta pesquisa um lugar acolhedor para partilhar nossos anseios de liberdade.

## **RESUMO**

O presente estudo abordou as malhas de vigilância - atores responsáveis pelo controle e manutenção da ordem em espaços públicos - enquanto mecanismos de controle de mulheres negras na cidade de Maceió/Alagoas. Pretendeu-se compreender a vigilância realizada por agentes públicos e privados como uma forma de controle social que perpetua o racismo estrutural. O objetivo deste estudo foi apresentar a vigilância, formal ou informal, enquanto mecanismo racializado de um legado colonial e escravocrata. No que se refere aos aspectos metodológicos, tratou-se de uma pesquisa qualitativa em que foi privilegiada a observação participante, com registro em diário de campo, e a escrivência, de Conceição Evaristo, como método de análise e, mais do que isso, como um fenômeno diaspórico de escrita. Além disso, essa pesquisa traz a necessidade de descolonizar a academia e a produção de conhecimento e não foi possível sem me inserir nela. Portanto, não houve um afastamento proposital das minhas experiências pessoais da produção do conhecimento. Para nós, pessoas negras, as vivências e experiências são constitutivas da intelectualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mecanismos de Vigilância. Mulheres Negras. Mecanismos de Controle. Escrivência.

## **ABSTRACT**

The present study addressed surveillance networks - actors responsible for the control and maintenance of order in public spaces - as mechanisms of control over black women in the city of Maceió/Alagoas. The aim was to understand surveillance conducted by public and private agents as a form of social control that perpetuates structural racism. The objective of this study was to present surveillance, whether formal or informal, as a racialized mechanism stemming from a colonial and slave legacy. Regarding methodological aspects, it was a qualitative research that privileged participant observation, with recording in a field diary, and "escrivência," inspired by Conceição Evaristo, as a method of analysis and, more than that, as a diasporic phenomenon of writing. Furthermore, this research highlights the need to decolonize academia and knowledge production, and it was not possible without my active engagement in it. Therefore, there was no intentional distancing of my personal experiences from the production of knowledge. For us, Black individuals, lived experiences are constitutive of intellectual engagement.

**KEYWORDS:** Surveillance Mechanisms. Black Women. Control Mechanisms. Writing. Escrivência.

## **Lista de Siglas**

SWAN - Study of Women's Health in Different Nations, em portugues Estudo da Saúde das Mulheres em Diferentes Nações

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>NEGRA E VIGIADA: GÊNERO E RAÇA COMO ELEMENTOS DE CONTROLE.....</b>	<b>19</b>
2.1	MULHER NEGRA: A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA.....	19
2.2	A CONSTRUÇÃO DO IMAGÉTICO DE SUSPEIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS.....	24
<b>3</b>	<b>VIGILANTISMO E O CONTROLE DOS CORPOS DAS MULHERES NEGRAS.....</b>	<b>35</b>
3.1	ABORDAGENS POLICIAIS E A FUNDADA SUSPEITA.....	35
3.2	OLHOS QUE CONDENAM: COMO OPERAM AS MALHAS DE VIGILÂNCIA PRIVADA.....	42
<b>4</b>	<b>A HISTÓRIA DE NÓS: OS ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NOS ESPAÇOS DEVIGILÂNCIA.....</b>	<b>49</b>
4.1	A ESCRITA DE NÓS: ESCRIVIVÊNCIA COMO MÉTODO.....	49
4.2	NOSSOS CORPOS NEGROS EM CAMPO: ESSE ESPAÇO É NOSSO? .....	54
4.3	ESCRIVIVÊNCIAS DE CORPOS NEGROS EM CONSTANTE VIGILÂNCIA.....	68
4.3.1	Kizye Lins.....	73
4.3.2	Ana Clara Alves.....	74
4.3.3	Kyvia Pereira.....	75
4.3.4	Bruna Maia.....	77
4.3.5	Elita Moraes.....	78
4.3.6	Analice de Lima.....	80
4.3.7	Juliane Verissimo.....	81
4.3.8	Maria (anônimo) .....	83
4.3.9	Mayara Cavalcanti.....	85
4.3.10	Luisa Fernanda.....	86
4.3.11	Cícera (anônimo) .....	88
4.3.12	Sobre odiar telefones verde-vômito – ANABELLE LAGES (trecho do livro Pôr do Sol e Aurora: escritos sobre afeto e transformação, ainda não publicado) .....	90
<b>5</b>	<b>ENTRE HIPERVIGILÂNCIA, ADOECIMENTO E PETULÂNCIA: O QUE NOS DIZEM A ESCRIVIVÊNCIAS NEGRAS.....</b>	<b>97</b>
5.1	HIPERVIGILÂNCIA E <i>WEATHERING</i> : AS CONSEQUÊNCIAS DE ESTAR SEMPRE EM MODO DE SOBREVIVÊNCIA.....	98

5.2	“A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”: AS ESCRIVIVÊNCIAS	
	INSURGENTES	DAS MULHERES
	NEGRAS.....	100
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

Poderia começar a introduzir esta dissertação de diferentes maneiras. Poderia iniciar explicando o título ou utilizando dados que justifiquem essa escolha. Até poderia indicar os percalços que fizeram com que essa dissertação passasse não só por mudanças, mas por perspectivas diferentes de análise e escrita. Tudo isso será explicado, no seu tempo. Mas eu queria iniciar situando quem irá lê-la sobre quem eu sou. Porque essa não é uma escrita sobre mim, quero deixar isso claro nestas primeiras linhas.

Essa é uma escrita sobre nós.

Sobre o controle exercido em nossos corpos negros femininos e as malhas de vigilância que nos perseguem, sobre a invisibilização, sexualização e objetificação que nos acompanham desde a escravatura. Mas, principalmente, essa é uma escrita sobre potencialidades e (r)existências.

Então, partilho um pouco sobre quem eu sou, para depois falar quem somos nós.

Sou da periferia alagoana, mulher negra, filha de um pai negro retinto e de uma mãe branca. Tenho 26 anos, possuo o rosto oval, 1,59m de altura, 60kg. Tenho, assim como a maioria dos nossos, antepassados indígenas e uma bisavó responsável pelos traços fenotípicos de um cabelo com a raiz mais lisa e olhos escuros e puxados. Mas são os traços negróides que mais se fazem presentes, desde a cor da pele, ao nariz largo e à boca proeminente, e também, em questões de ancestralidade e pertencimento.

Sou graduada em Direito, atuo como advogada no Instituto do Negro de Alagoas - INEG e até o momento da escrita desta dissertação, me encontro como Vice-Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-AL.

Meu campo de atuação profissional flerta com Letramento Racial e Advocacy em Direitos Humanos, mas a escrita para mim é, parafraseando Grada Kilomba, um compromisso político. A palavra, para nós pessoas negras, tem um poder enorme de afirmação, é por meio dela que muitas das nossas são e foram reconhecidas como sujeitas.

Carolina Maria de Jesus (1995) tem uma obra maravilhosa intitulada “Meu sonho é escrever...” e quando li esse texto pela primeira vez eu chorei. Chorei porque a relação entre a liberdade e a escrita é algo que transcende quem nós somos. Chorei porque a escrita sempre teve um espaço muito importante na minha vida e chorei porque explica o quanto a autora foi subjugada e transmutou suas dores em literatura.

Em uma passagem do seu texto, ela diz o seguinte: “[...] Eu disse: O meu sonho é escrever! Responde o branco: ela é louca. O que as negras devem fazer... É ir pro tanque lavar roupa”.

O lugar da escrita de Carolina Maria de Jesus estava muito restrito ao *Quarto de Despejo*, e quando ela afirmou que o seu sonho era escrever, a partir do momento que ela quis mostrar ser mais do que a imagem subjugada e inferiorizada que aquela sociedade autorizava que mulheres negras deveriam performar, ela não foi aceita.

Isso diz muito sobre qual imagem é realmente autorizada para nós mulheres negras. A branquitude ainda diz que nós não somos intelectuais e não produzimos conhecimento. Carla Akotirene em sua participação no programa “Mulheres e Ciência”, falou sobre o quanto não se espera das pessoas negras intelectualidade. A imagem de cientista não estaria autorizada para nós. É a colonialidade do saber, em Quijano (2005).

A academia, inclusive, ainda é repleta de saberes eurocêntricos e nos ensina que a melhor forma de produzir conhecimento é nos afastando das nossas experiências pessoais e do lugar de fala em primeira pessoa em detrimento de uma suposta objetividade científica.

Grada Kilomba, na performance palestra “Descolonizando o Conhecimento”, trouxe, em seu discurso, a necessidade de refletirmos sobre quem está autorizado a produzir conhecimento. Ela destaca que:

Quando eles falam, é científico; quando nós falamos, não é científico. Quando eles falam, é universal; quando nós falamos, é específico. Quando eles falam, é objetivo; quando nós falamos, é subjetivo. Quando eles falam, é neutro; quando nós falamos, é pessoal. Quando eles falam, é racional; quando nós falamos, é emocional. Quando eles falam, é imparcial; quando nós falamos, é parcial. Eles têm fatos, nós temos opiniões (Kilomba, 2016).

Descolonizar a academia também é um dos objetivos dessa dissertação, o que, parafraseando Maldonado Torres, é um projeto em construção. Para a academia, mulheres negras dificilmente serão vistas como produtoras e teóricas do conhecimento, por que são nos papéis de objetos de estudo, enriquecendo teses de pessoas brancas, que estão acostumados a nos verem. Mulheres negras ainda são autorizadas a estarem apenas nos corredores das universidades limpando o chão das salas onde o conhecimento eurocêntrico é difundido como regra.

Em seu artigo *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do Pensamento feminista negro*, Patricia Hill Collins (1986) articula os conceitos de raça, classe e gênero como fatores que afetam consideravelmente a localização dos sujeitos dentro das

instituições. A autora enfatiza a sua preocupação com o fato de que as mulheres negras são sistematicamente excluídas do *status* de acadêmicas. Para tanto, a autora explica o potencial do pensamento feminista negro para a elaboração do próprio pensamento sociológico.

Por essa razão, essa pesquisa sempre teve como objetivo uma mulher negra fazendo pesquisa sobre mulheres negras e orientada por uma mulher negra. Essa tríade conseguirá, como se verá a seguir, fissuras estruturais no que se entende por regra metodológica a ser seguida em uma escrita, e, formou um espaço de afeto e cura do que poderia ser, para mim, mais um braço da academia crua e fria, afastada dos saberes que impulsionam mulheres negras.

Inspiradas em bell hooks, entendemos que a educação e a teoria têm o poder de curar e transformar as pessoas e a sociedade como um todo. Compreendemos a possibilidade de criar espaços acadêmicos que incentivem a consciência crítica e a reflexão sobre as hierarquias e opressões presentes na sociedade. A teoria que bell hooks aborda e a que será tratada nesta dissertação tem o potencial de curar as ausências das centralidades ocidentais sobre nós.

Como mencionei no começo, essa não é uma escrita sobre mim, mas é preciso mencionar de onde vieram os ventos que me sopraram para essa pesquisa.

O tornar-me negra foi um processo tardio, principalmente porque sempre estive em colégios e universidades embranquecidas, ainda que bolsista em todos eles. Além disso, por não ter a pele retinta, minha passabilidade permitia que outros nomes fossem dados que não o racismo.

Ser uma mulher negra crescendo em ambientes embranquecidos é adoecedor. Existe pouca percepção sobre o que é racismo. Chamar meu cabelo enroladinho de “miojo” e a cor da minha pele de “café com leite” era “só” mais uma forma de “bullying” que me fazia cortar até onde os cachos apareciam até que restasse só a parte lisa do cabelo. Era bullying o que me fazia chegar em casa chorando e desejando ser branca ou porque eu não era tão bonita assim que não me escolhiam para ser a “noiva” ou a “rainha do milho” nas festas juninas. (Cavalleiro, Eliane. 2001) Era a resposta que me era dada ao justificar o fato de eu ter sido eleita a menina mais feia da sala.

Ser uma adolescente negra bolsista em uma escola composta, em sua maioria, por adolescentes de classe média, significava, mesmo sem racializar aquilo, entender que havia um lugar pré-definido de fala e de comportamento. O ensino médio é, inclusive, esse lugar de adoecimento para adolescentes negros. Até o preterimento na adolescência se justificava por existirem meninas mais bonitas e com um corpo mais desenvolvido que o meu. Até que finalmente me sinto como mulher e com um corpo bonito, mas isso não é suficiente para atrair

afeto e, sim, desejo. A hipersexualização e objetificação não foram racializadas por mim. Nenhuma dessas dores foram.

A autocobrança excessiva, o desejo quase que obrigatório de ser a melhor sempre, o “engole o choro e estuda porque nada vem fácil para pessoas como nós” provavelmente deveria ser porque éramos pobres, não porque éramos negros. Crescer em ambientes embranquecidos com pouca ou nenhuma consciência e diversidade racial torna o despertar para a negritude quase sempre doloroso, estamos sempre sujeitos a concordar com o ideal de embranquecimento.

A construção da minha identidade racial se deu tardia e com um episódio de violência policial na minha família. Foi doloroso o entendimento de que aos homens negros sempre vão ser atribuídas as imagens de criminosos e bandidos. Foi com muitas lágrimas que conheci Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, bell hooks, Sueli Carneiro, Angela Davis, e tantas outras intelectuais negras que são e foram referências de possibilidades, assim como Anabelle Lages, intelectual que aqui me orienta.

Foi lendo “Tornar-se Negro” de Neusa Santos Souza (1983) que a minha história e a dos meus começou a ser racializada por mim, poder nomear dores sentidas desde a infância foi libertador e ao mesmo tempo cruel. O racismo também tira de nós o poder de nomear dores.

Além disso, em meu contato com a advocacia através dos núcleos de defesa da população negra, a criminalidade dos corpos negros sempre chegou até mim como um problema a ser enfrentado e pessoas a serem defendidas. Mas o recorte da mulher negra criminosa foi uma escolha pessoal.

Disse no início que a academia ainda espera que nossas experiências pessoais devam se afastar da nossa forma de produzir conhecimento. Mas, acredito, consubstanciada em diversas autoras negras que citarei adiante, que não há como ser uma pessoa negra pesquisadora e afastar-se das centralidades teóricas e práticas que permeiam nossos corpos e saberes. Não existe objetividade científica quando nossas existências sempre foram negligenciadas ou faladas unicamente por pessoas brancas.

Ser uma mulher negra que sempre teve que fechar a bolsa ao entrar em lojas para que seguranças não seguissem - o que, sabemos, não impede em nada - ou que sempre teve que se vestir muito bem para não ser confundida ou revistada, além de todo o contexto social, político e imagético sobre as mulheres negras como criminosas, fez com que esse recorte fosse feito por mim. E pensar a produção social das mulheres negras diz muito sobre o que estamos falando e a quem queremos comunicar. A construção dessa pesquisa precisou de um

aprofundamento não só teórico, mas também nos atravessamentos que produzem as vulnerabilidades e as resistências de ser uma mulher negra nos espaços acadêmicos e fora deles.

Por essa razão, a categoria da mulher negra criminosa, delinquente e vigiada traz consigo aspectos da desumanização e marginalização presentes não só nos índices que traçam o perfil da mulher encarcerada brasileira como jovem, economicamente vulnerável e preta, mas também nas nossas famílias, nos nossos círculos de amizade e na construção da nossa militância.

Dessa forma, quando ingressei no Programa de Pós Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, minhas intenções de pesquisa eram outras. O projeto através do qual eu obtive aprovação falava sobre como as subjetividades presentes nos discursos policiais são responsáveis por intensificar a construção do imaginário de criminosa nas mulheres negras.

Inicialmente, tinha-se como análise, a construção do imaginário de criminosa das mulheres negras com um levantamento histórico da senzala ao cárcere. A ideia era debruçar-me sobre qual e como se deu a construção do lugar histórico ocupado pelas mulheres negras na formação e no imaginário social brasileiro como pessoas escravizadas e, posteriormente, criminosas.

Isso se daria através dos estudos das subjetividades presentes nos discursos policiais. Considerando, portanto, que a produção da delinquência feminina negra perpassa pelos dispositivos de racialidades produzidos pelas elites através do racismo científico, eugenia, miscigenação, discursos criminais, entre outros. Como metodologia, seriam utilizadas como estratégias de ação, observação na Central de Flagrantes, observando a dinâmica racial naquele ambiente, além da realização de Grupos Focais com policiais selecionados e análise de inquéritos policiais.

Essa ideia foi se construindo ao longo do contato com as disciplinas do programa, bem como as orientações e reuniões com atores que facilitariam o contato com os policiais. Contudo, a metodologia sempre foi uma questão. Existia uma dificuldade em criar uma estratégia para acessar um discurso oculto do sujeito policial, principalmente porque existia uma possibilidade grande de que as respostas que eu teria acesso, já viessem prontas previamente. Há de mencionar que seria quase inocência achar que os policiais me responderiam de forma livre e comprometida, eis que eles também são treinados para isso, para ocultar do pesquisador e de quem aborda a criminalidade o racismo e a seletividade policial.

Até o seminário de qualificação, era assim que se apresentava a minha dissertação. Foi só com sugestões da banca e da orientação que decidimos nos questionar sobre as demais malhas de vigilâncias e os dispositivos criminalizantes que levam ao encarceramento.

Dessa forma, ao invés de focar nos policiais e na problemática de como extrair o imagético da suspeição dos corpos negros femininos pela instituição policial e como exprimir através do discurso dito e não dito, a concepção do que seria uma atitude suspeita e os elementos que a caracterizam, o objeto muda para as forças de vigilância e os lugares que produzem vigilantismo.

Para isso, ao longo dessa dissertação, ao vigiar os vigias (LEMGRUBER, 2006), embora tenha mudado o objeto, irei continuar com o mesmo problema: o controle sobre os corpos negros femininos e como ele opera.

Mas, como disse no início, um dos objetivos dessa pesquisa é descolonizar a academia e não é possível fazer isso sem me inserir nela. Nessa leitura não vai existir um afastamento proposital das minhas experiências pessoais da produção do conhecimento. Para nós, pessoas negras, as vivências e experiências são constitutivas da intelectualidade (BUENO, W. 2020). Isso porque, não me refiro a um conhecimento eurocêntrico e a serviço da branquitude. O conhecimento que essa leitura irá trazer é aquele produzido por e para pessoas negras principalmente:

Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade (COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p. 10).

Em uma pesquisa desse tipo, é muito comum que se tenha uma autoetnografia, “reconhecida como metodologia científica e crítica, capaz de desvendar, em sua maneira autorreflexiva, novos e profícuos caminhos para a pesquisa sociológica” (SANTOS, 2017, p.214-241). Nela, existe uma forma precisa de reflexão e de coleta de dados, usando a memória de quem escreve e a sua própria experiência vivida como fontes para entendimento do objeto a ser estudado.

“Autoetnografia” vem do grego: auto (self = “em si mesmo”), ethnos (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e grapho (escrever = “a forma de construção da escrita”) (Doloriet; Sambrook (2012). Assim, relaciona-se com uma maneira de construir um relato sobre um grupo de pertença a partir de si mesma, de quem escreve.

Inserida na tradição interacionista da Escola de Chicago, a autoetnografia deriva da etnografia urbana e organizacional. De acordo com Adams, Jones e Ellis (2015), a utilização desse método vem sendo observada em revistas profissionais e em conferências acadêmicas. Pesquisadores de sociologia, antropologia e de outros estudos correlatos começaram a escrever e defender a narrativa em primeira pessoa, além da subjetividade e reflexividade na pesquisa.

A autoetnografia cairia bem nessa pesquisa, na verdade. Mas é uma metodologia de fora, de uma colonialidade que deliberadamente não queremos nessa pesquisa. Para tanto, eu e minha orientadora, decidimos por uma metodologia construída pelos nossos. Até porque, essa escrita não é sobre mim, não é verdade? Essa é uma escrita sobre nós. Sobre o controle exercido sobre os nossos corpos. Sobre o que nos move. Sobre nossas potencialidades e resistências.

Essa pesquisa é sobre nós, pois é repleta de mulheres com trajetórias muito semelhantes à minha e, de forma coletiva, vamos construindo caminhos de busca por justiça social e sobrevivência.

Patricia Hill Collins, (BUENO, W. 2020), é enfática ao justificar a preponderância da perspectiva epistêmica de mulheres negras para, assim, visibilizar a produção intelectual de mulheres negras no Brasil. A intelectualidade, dessa forma, passa a ser vista para além dos marcos acadêmicos convencionais.

Portanto, falo sobre uma metodologia conceituada por Conceição Evaristo. A Escrivivência (2018):

Escrivivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (DUARTE; NUNES, 2020).

Escrivivência, na verdade, é mais do que uma estratégia metodológica. É um fenômeno diaspórico. Se a escrita, para nós, é um movimento político, escrevivência é a narrativa de nossas existências e vivências. É a memória das dores, a descolonização da academia por meio da escrita. É um aporte teórico do pretuguês de Lélia González.

Não é por acaso que essa dissertação será escrita em primeira pessoa: “O gênero memorial, portanto, apresenta-se como arena reveladora de aspectos identitários discursivamente colocados pelos professores/estudantes em formação ao falarem de si e, por conseguinte, da sua profissão e de sua pesquisa” (Ribeiro 2016, p. 125). Além disso, a intelectual negra Winnie Bueno (2020) ao justificar sua escolha por uma dissertação escrita em primeira pessoa, afirma que escrever dessa forma significa tomar para si a responsabilidade por seus escritos, nomeando a própria existência, o que é um exercício de poder, um privilégio.

Como Conceição Evaristo preceitua (2005, p.6), “essa é a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. Através da escrevivência enquanto mulher negra, tem-se as aventuras e desventuras de quem conhece uma dupla condição que a sociedade teima querer inferiorizada, mulher e negra”.

Uma amiga uma vez me perguntou, ao saber do meu objeto de pesquisa, se era difícil uma escrita sobre as dores que nos atravessam e a resposta para isso diz muito sobre a escolha dessa pesquisa. Conceição Evaristo responde:

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosia esperança. Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou, é a senha pela qual eu acesso o mundo (EVARISTO, 2005, p. 202).

Vão ser páginas de dores e curas. De atravessamentos e de memórias das dores do racismo e da marginalização. Mas não será uma escrita e uma leitura solitária. Serão páginas de uma escrita de nós.

## 2            **NEGRA E VIGIADA: GÊNERO E RAÇA COMO ELEMENTOS DE CONTROLE**

Só nos é possível falar da raça (ou do racismo), numa linguagem totalmente imperfeita, dúbia, diria até desadequada. Por ora, bastará dizer que é uma forma de representação primária. Não sabendo de todo distinguir entre o que está dentro e o que está fora, os invólucros e os conteúdos, ela remete, antes de mais, para os simulacros de superfície. (MBEMBE, Achille. p. 25-28.)

Nesse primeiro capítulo, busco analisar as categorias de gênero e raça como elementos de controle e de poder a serviço das classes hegemônicas. Isso porque, conforme dispõe Ribeiro (2017), ao se falar em mulheres, deve-se deixar claro de que mulheres se fala, uma vez que esta não deve ser vista como categoria unitária, já que possuem diferentes pontos de partida e intersecção. O perigo de universalizar essa categoria, segundo a autora, está no risco de manter na invisibilidade mulheres que em si combinam ou entrecruzam opressões.

### 2.1 MULHER NEGRA: A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

Assim, através dessa análise, racismo e sexismo serão pautados para que possamos entender como se estruturam as categorias punitivistas para mulheres negras. Angela Davis, em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), destaca a importância de compreender as interseções entre raça, gênero e classe, argumentando que a luta pela igualdade não pode ser abordada isoladamente, mas deve levar em consideração a forma como essas opressões se entrelaçam e se reforçam mutuamente.

Enquanto opressões que se articulam, sustentam e fortalecem, mutuamente, os sistemas de dominação que estruturam o controle exercido sobre corpos de mulheres negras. Contudo, antes de iniciarmos a intersecção de raça e gênero como elementos de controle, é importante analisarmos a construção do conceito de raça ao longo do tempo. Diversos teóricos têm contribuído para essa análise, oferecendo diversas perspectivas sobre sua natureza e significado.

O antropólogo Franz Boas (1911) foi um dos primeiros a desafiar as noções de raça como uma categoria biológica fixa e inerente. Ele argumentou que as diferenças entre grupos humanos são principalmente influenciadas por fatores culturais e ambientais, e não por características biológicas. Boas defendeu uma abordagem culturalmente relativa para entender as variações humanas.

Foucault (2014) analisou o conceito de raça enquanto historicamente utilizado como forma de exercer controle e estabelecer hierarquias. Ao analisar o poder e as relações de poder na sociedade, argumentou que a noção de raça é uma construção política e social que serve como uma ferramenta de governança e controle. Em consonância, Stuart Hall aborda a raça como uma construção social e discursiva. Ele destacou como as representações raciais são produzidas e reproduzidas por meio de narrativas, estereótipos e discursos na sociedade.

Nesse sentido, as categorias raciais, segundo Achile Mbembe (2014), teórico político camaronês, foram criadas e utilizadas para justificar a exploração, a subjugação e a violência contra certos grupos de pessoas. Em seu livro "Crítica da Razão Negra", por exemplo, Mbembe analisa as formas pelas quais o corpo negro foi objeto de violência, controle e estigmatização ao longo da história. Ele examina como a raça foi utilizada como uma categoria de diferenciação para estabelecer hierarquias sociais e políticas, e como essas estruturas raciais continuam a operar nas sociedades contemporâneas.

Mbembe também enfatiza a intersecção entre raça, colonialismo e o legado do passado na formação das identidades individuais e coletivas. Ele explora as formas pelas quais a raça está entrelaçada com outros marcadores sociais, como gênero, classe e sexualidade, e como essas intersecções moldam a experiência das pessoas em sociedades racializadas.

Quando falamos em gênero, Judith Butler (1990), filósofa e teórica conhecida por seu trabalho sobre performatividade de gênero, argumenta que o gênero não é uma característica fixa ou inerente, mas uma construção social e cultural que é repetidamente realizada e reforçada por meio de práticas sociais. Nancy Fraser (2009) traz a necessidade de entender gênero em relação às estruturas econômicas e políticas. Ela argumenta que a opressão de gênero está ligada à injustiça social e à desigualdade econômica, e propõe uma abordagem feminista radical que busca transformar as estruturas sociais para alcançar a justiça de gênero.

Mas é impossível falar de gênero sem examinar as intersecções entre raça e classe. A socióloga Patrícia Hill Collins (2009) desenvolveu a teoria da matriz do poder que examina essas intersecções e analisa como as hierarquias de poder se manifestam em diferentes contextos sociais. Em outras palavras, as pessoas ocupam posições sociais diversas e enfrentam diferentes formas de discriminação com base na interação complexa dessas identidades.

Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar desafios específicos que não são experimentados da mesma forma por uma mulher branca ou por um homem negro.

A interseccionalidade enfatiza a necessidade de uma abordagem mais holística na análise das estruturas de poder e nas experiências individuais, indo além de uma compreensão simplista e unidimensional da opressão.

O trabalho de Patricia Hill Collins, especialmente seu livro "Black Feminist Thought" (Pensamento Feminista Negro), publicado em 1990, tem sido fundamental para a compreensão e aplicação do conceito de interseccionalidade nos estudos sociais e nas lutas pelos direitos civis e sociais. Ela destaca como as interseções das identidades moldam as experiências de indivíduos e grupos marginalizados, oferecendo uma visão mais abrangente e complexa das dinâmicas sociais.

No contexto escravagista da sociedade brasileira, Sueli Carneiro considera que a correlação entre gênero e raça provocou o que denomina de *subalternização do gênero segundo a raça*:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecador, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2001, pp. 541-549).

Da colonialidade ao sistema moderno-capitalista, gênero e raça funcionam como marcadores de hierarquização para a acumulação primitiva do capital. A análise da relação entre gênero, raça e a acumulação primitiva do capital é fundamental para entender como esses marcadores sociais foram usados para estabelecer hierarquias e explorar certos grupos de pessoas durante o processo de formação do capitalismo e ao longo da história.

Trata-se de um período histórico em que ocorreram transformações sociais, políticas e econômicas fundamentais para o surgimento do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, foram estabelecidos mecanismos e estruturas de exploração que permitiram a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma minoria privilegiada.

Nesse aspecto, gênero e raça foram usados como instrumentos de hierarquização para facilitar essa acumulação primitiva do capital. No que diz respeito ao gênero, as mulheres foram subordinadas e relegadas a papéis domésticos e reprodutivos, enquanto os homens ocuparam posições de poder e controle nos espaços públicos e no trabalho remunerado.

Essa divisão sexual do trabalho contribuiu para a exploração e opressão das mulheres, ao mesmo tempo em que sustentava a lógica capitalista de maximizar a produtividade e os lucros. Quanto à raça, a discriminação racial e a exploração foram componentes cruciais da acumulação primitiva do capital. Durante o período colonial e pós-colonial, as populações indígenas e negras foram subjugadas e submetidas ao trabalho forçado, com a escravatura e a expropriação de terras e recursos naturais. Essa exploração racial permitiu a extração de riquezas das colônias e a acumulação de capital nas mãos das potências coloniais, perpetuando a desigualdade socioeconômica ao longo do tempo.

Mas esses marcadores não podem e nem devem ser analisados isoladamente. Para Grada Kilomba:

‘Raça’ não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da ‘raça’. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero, e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de ‘raça’ e na experiência do racismo (KILOMBA, 2019, p. 94).

É especialmente indiscutível nesse contexto o conceito de interseccionalidade, introduzido pela pesquisadora Kimberle Crenshaw na década de 1980 para analisar as formas complexas de opressão que ocorrem quando diferentes formas de discriminação, como raça, gênero, classe social, orientação sexual e outras, se sobrepõem e interagem.

A interseccionalidade reconhece que as pessoas não são afetadas apenas por um único eixo de opressão, mas por múltiplos sistemas de discriminação que se entrelaçam e se cruzam. Assim, é um conceito que desafia a ideia de que a opressão pode ser compreendida de forma isolada e destaca a necessidade de um olhar mais amplo e abrangente.

Mas, quando fazemos a interseccionalidade entre gênero e raça, percebemos os lugares que mulheres negras ocuparam na construção da sociedade brasileira. Ao longo da história, mulheres negras têm ocupado um lugar marginalizado e subalterno, enfrentando múltiplas formas de opressão e discriminação. Analisando as dinâmicas de gênero, raça e classe social é possível entender a posição das mulheres negras na sociedade desde a escravatura.

Patrícia Hills Collins (2016) destaca que a interseccionalidade traz à tona questões que não eram devidamente consideradas em análises convencionais. Anteriormente, o enfoque de gênero estava centrado nos estudos das mulheres, a raça era associada aos homens negros, enquanto a classe era direcionada aos interesses estruturais. A ideia de interseccionalidade permite lidar com sobreposições de opressões relacionadas a racismo, patriarcado, heterossexismo e classe social.

bell hooks (1981) é muito importante nesse aspecto, ela aborda a forma como a escravidão moldou as relações de gênero e raça nas sociedades ocidentais. Além disso, apreendemos como as mulheres negras foram submetidas a uma dupla opressão como resultado da combinação de racismo e sexismo, perpetuada por ideologias e estruturas sociais enraizadas na escravidão. Por essa razão o título deste tópico inicial traz a categoria única de ser “Mulher Negra” e não “mulher” e “negra”. E ser mulher negra é uma experiência complexa e inteira com reflexos da escravidão e do sistema patriarcal. Grada Kilomba em uma palestra aqui no Brasil trouxe uma reflexão que considero essencial para as próximas páginas dessa leitura: "Há esta anedota: uma mulher negra diz que ela é uma mulher negra. Uma mulher branca diz que ela é uma mulher. Um homem branco diz que é uma pessoa".

Ser uma mulher negra nos tira a condição mínima de sermos vistas e reconhecidas como seres humanos. Significa estar no centro do encontro de várias vias e ser atravessada por danos causados de diferentes impactos provenientes de direções diversas.

Na intersecção gênero e raça tem-se o impacto da escravidão na construção da identidade das mulheres negras. A desumanização, hipersexualização e animalização pelas quais nossas antepassadas foram submetidas foram experiências que moldaram a percepção que tinham de si mesmas e influenciam na posição que hoje ocupamos na sociedade.

Reconhecer a complexidade e as múltiplas experiências resultantes da combinação de racismo e sexismo será importante para as próximas páginas dessa dissertação.

## 2.2 A CONSTRUÇÃO DO IMAGÉTICO DE SUSPEIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Como vimos, a hierarquização social dos marcadores de gênero e raça reforça a produção de vulnerabilidades e coloca a mulher negra nas centralidades das violências patriarcais e racistas. Contribuindo, assim, para a marginalização do ser mulher negra e para a construção da suspeição em relação aos seus corpos. Além da discriminação racial e a desvalorização das contribuições intelectuais, culturais e sociais, tem-se, ao mesmo tempo, a disseminação de estereótipos negativos relacionados à aparência e à sexualidade.

A construção da suspeição das mulheres negras é resultado de um conjunto complexo de fatores históricos, sociais e culturais. Além disso, essa construção é responsável pelos atravessamentos de controle e vigilância que perpassam os corpos negros femininos. Ao longo da história, foram estigmatizados e desumanizados, sujeitos a estereótipos negativos e a uma série de formas de opressão e violência.

Quando fazemos um recorte de raça e gênero, a criminalização dos corpos negros femininos traz consigo aspectos da desumanização, marginalização e sexualização. É uma categoria que reúne pobreza e segregação como fundamentos de um sistema punitivista de controle dos nossos corpos.

Nessa perspectiva, ao pensar o corpo da mulher negra, evidencia-se o controle ao qual está submetido, vulnerável ao trabalho precarizado e à violência física, subjetiva e sexual. Se, por um lado, os discursos sobre os corpos negros femininos posicionam as mulheres em um lugar de erotismo, por outro, elas são constantemente enquadradas em um papel social de servidão. É possível perceber que o corpo em discussão, historicamente, ocupa uma condição de corpo coisificado, ora satisfazendo o desejo sexual, ora desprezado e servindo para o serviço braçal (Barrios & Caetano, 2018).

Dessa forma, a construção dessa pesquisa perpassa o entendimento de como o racismo opera sobre os corpos negros femininos. Silvio Almeida, em sua obra “O que é racismo estrutural?” (2018, p. 25), define racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertencem”.

Essas desvantagens são explicadas nos estudos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva (1988) que, utilizando técnicas de pesquisa quantitativas, descrevem que existe um “ciclo cumulativo de desvantagens” dos negros. Lélia Gonzalez também discutiu o conceito de "acúmulo de desvantagens" em suas análises sobre as interseccionalidades das opressões, ela descreve a experiência dessas pessoas que enfrentam uma combinação de discriminações e opressões em suas vidas. Gonzalez discute como a discriminação racial e de gênero se entrelaçam para formar uma estrutura de desigualdade complexa. Ela ressalta como as pessoas negras, especialmente as mulheres negras, enfrentam uma multiplicidade de desafios resultantes da interseção de raça e gênero, enfrentando não apenas o racismo, mas também a discriminação de gênero.

Ela argumenta que essa interseccionalidade cria experiências únicas de discriminação e marginalização que não podem ser compreendidas apenas através de uma lente singular de análise, exigindo uma abordagem holística para compreender e abordar as desigualdades.

Se com a escravatura existia uma desvantagem e subordinação enfáticas, no período pós-abolicionista a legislação e o judiciário exerceram o papel de preceituar essa desvantagem. Se a falsa liberdade fez com que pessoas escravizadas vivessem de forma ociosa, precária em cortiços e demais moradias populares, sem documentação, ocupação ou até trabalhando de forma ilícita e sem qualquer tipo de dignidade, a legislação penal passou a prever como infração penal as ações de vadiagem, mendicância, capoeiragem, repressão aos pequenos furtos, por exemplo.

O processo de dominação da elite branca e escravista transpassou todos os aspectos sociais, desde a religião, controle dos corpos, à cultura e valores. Nesse sentido, “toda a dimensão humana do negro torna-se mercadoria, uma propriedade. O corpo negro é tratado como um produto estritamente mercantil no séc. XVI a XIX” (ARAÚJO, 2019). Dominação essa que, enquanto buscava aperfeiçoar com ideias de superioridade e poder, inclusive estatal, a branquitude da época, subjugava e aprisionava corpos e identidades negras:

O lugar do negro no Brasil, entretanto, revela que se mantém um laço social que atualiza a lógica escravagista de controle social, com efeitos na vida de homens e mulheres negras. A naturalização do lugar social do negro e da negra nessa lógica discursiva os inscreve, no imaginário e nas relações sociais, sob o signo da inferioridade, inclusive apagando qualquer traço intelectual, para manter seu destino social de servir e justificar o seu alijamento do mercado formal de trabalho, do estudo e da participação na formação social do Brasil. A estratégia político-ideológica de manutenção de um sistema de exploração, dominação e opressão sobre negras e negros torna a sua presença na cena pública caracterizada pelo jogo

apagamento/superexposição, esta última elegendo nomeações por marcadores de identidades desqualificadas ou patologizadas, quando não criminalizadas (ROSA, 2019).

Para Telles (2003:21), é justamente nesse aspecto que os estudos de Hasenbalg mostram que a dominação racial e o status dos negros persistiam, porque o racismo havia adquirido novos significados desde a abolição e continuaria a atender interesses materiais e simbólicos dos brancos dominantes. Em Florestan Fernandes, na sua obra “a integração do negro na sociedade de classes” (1978) isso também fica em evidência. Tem-se a população escravizada dada como supostamente livre, quando, na verdade, impera uma ausência de oportunidades e, ao contrário, tentativas bem sucedidas de manutenção dos negros na mesma condição de subalternidade e dependência econômica e, conseqüentemente, de exploração.

Ou seja, a presença do negro, agora liberto, era vista como um problema ao progresso da sociedade brasileira enquanto nação. A superação desse problema estaria em estratégias de controle e disciplina aos negros e indígenas, grupos que ameaçavam a construção da “nação brasileira”, através da construção de mecanismos e instituições de controle.

Como explicou Carneiro (2023), a produção da delinquência feminina negra perpassa pelos dispositivos de racialidade produzidos pelas elites, sendo um deles o racismo científico e a eugenia. Cesare Lombroso – “pai da antropologia criminal” – mediante a análise do fóssil craniano de Villella “homem de pele escura e ladrão” aduz ter descoberto a prova da inferioridade negra e sua tendência nata à criminalidade natural, materializado em características físicas e genéticas (GOES, 2015). O que chamamos de racismo científico procurava características biológicas que permitissem identificar o indivíduo delinquente de maneira diferente do indivíduo “normal”. Segundo essa teoria, a pessoa do criminoso já nascia com estigmas físicos e psíquicos herdados de maneira ancestral, como o tamanho específico do crânio, orelhas grandes e afastadas da cabeça, sobrancelhas largas ou lábios virados.

As políticas eugênicas brasileiras se ancoraram na teoria lombrosiana para criar, dessa forma, a ideia de que pessoas negras carregariam não só o gene, mas também a moralidade do que vem a ser o crime. Essa formação do pensamento criminal no Brasil recebeu influência especialmente nas áreas da Medicina e do Direito (ALVES, 2015; 2017).

Constituindo, portanto, uma identidade de delinquência associada, principalmente, à cor da pele e demais aspectos socioeconômicos e ancestrais.

Assim, as políticas implementadas no período pós-abolição, através de Raimundo Nina Rodrigues, trouxeram o racismo intelectual presente nas teorias criminológicas europeias e

aqui desenvolveu a tese de que a criminalidade no Brasil era consequência da inferioridade racial de negros e mestiços.

Legitimando, dessa forma, não só o fortalecimento do mito da democracia racial, mas também, práticas punitivistas. Dizia Nina Rodrigues: *“o gérmen da criminalidade – fecundado pela tendência degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores (...) – semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há de por força vir a produzir o crime”*.

Assim, o que parecia o fim da escravatura, era na verdade apenas uma falsa sensação de liberdade. A lógica das políticas criminais eugênicas revela o caráter separatista e segregacionista do pensamento pós-abolicionista ao tomar diversas medidas voltadas para o embranquecimento e criminalizar a existência de perspectivas negras.

Quando analisamos as categorias raça e gênero para as teorias eugenistas, percebemos que estão intrinsecamente ligadas à sexualidade, formando instrumentos de análise de marcadores sociais criminalizantes. Lombroso e Ferrero ao investigarem as mulheres tinham como referência as consideradas “normais” para contrastar com aquelas tidas como desviantes, como prostitutas e criminosas. Elas foram categorizadas em três tipos: as criminosas natas, vistas como mais extremas devido a uma maior presença de características degenerativas (menos evoluídas do que os homens). Apesar dessas “falhas genéticas”, este grupo demonstrava comportamentos mais próximos aos masculinos, exibindo uma tendência à violência maior do que muitos homens; as criminosas por ocasião, exibiam características femininas, mas de maneira dissimulada, revelando inclinações criminosas em diferentes graus; por último, as criminosas por paixão agiam de acordo com a intensidade de suas emoções.

Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), apesar de divergir das ideias eugenistas da época, caracterizou com predicativos como sensualidade, lascívia e malícia a figura da mulher negra escravizada que ocupava a casa grande. Ainda, descreve os estupros e violência física e sexual sofridos como relações harmônicas e sem abusos, uma vez que as mulheres negras seriam retratadas como exóticas, sensuais, provocativas, com fogo nato e destinadas exclusivamente ao prazer sexual. (CARNEIRO, 2019, p.155)

Dessa forma, pode-se perceber que ao atribuir às mulheres negras, tanto pelas ideias eugenistas quanto pelo entendimento de pensadores do Brasil como Freyre e seus reflexos na literatura, nos romances da época, os estereótipos de dissimuladas, desviantes, perigosas, sexualmente depravadas, lascivas, raivosas, promíscuas, entre outros, demonstram a persistência em criminalizar e caracterizar negativamente essas mulheres.

Nesse aspecto, Sohiet (1989), ao abordar a criminalidade feminina, a relaciona com concepções históricas referentes ao que seria a “natureza” da mulher. A partir das teorias de Lombroso e Ferrero que, como mencionado, possuíam grande influência nos meios jurídicos e policiais no fim do século XIX, a autora traz a percepção de que a natureza comanda a mulher e que esta seria biológica e intelectualmente inferior ao homem.

Abro um parêntese para destacar que, embora a autora não o faça, considero imprescindível destacar o marcador de raça nessa análise uma vez que a referência a “homem” considera a branquitude como objeto de análise. Portanto, aqui está se referindo a perspectiva do homem branco europeu como “universal”. Uma vez que tanto homens negros quanto mulheres negras seriam vistos e tratados de forma inferior aos homens e mulheres brancas.

É nesse sentido que Du Bois (1994) explora a noção de que "o problema do século XX é o problema da linha divisória entre as raças", argumentando que a questão racial seria central na configuração da sociedade moderna. Ele discutiu como a branquitude era usada como uma ferramenta para manter o poder e a superioridade, enquanto o homem negro era sistematicamente inferiorizado, enfrentando barreiras sociais, econômicas e políticas.

Inclusive, esse é um debate que nos leva a questionar a própria branquitude. Em “O Pacto Narcísico da Branquitude”, Cida Bento (2020) traz uma análise profunda sobre como a identidade branca é mantida e reforçada na sociedade brasileira. A autora explora a estrutura social que coloca a branquitude como o padrão dominante, enquanto marginaliza e inferioriza outras identidades raciais.

Bento examina como a branquitude é internalizada e protegida por meio de um "pacto narcísico", um acordo social que sustenta e preserva a supremacia branca. Esse pacto é alimentado pela negação dos privilégios associados à identidade branca e pela relutância em reconhecer e desafiar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade racial. Em sua análise, ao desafiar a ideia da branquitude como norma universal, pode-se perceber como ocorre a inferiorização de homens e mulheres negras dentro da sociedade.

Ainda, para Silva e Braga (2016):

Ao falar de preconceito racial e de gênero, sabe-se que em ambos os casos, a parcela mais afetada é a mulher negra que por sua raça é tida como inferior ao branco e, além disso, inferior ao homem devido ao fato de ser mulher.[...] Até mesmo dentro de seu próprio grupo, quando levamos em consideração o gênero especificadamente, a mulher negra é tida como subalterna, pois ela é menos valorizada que a mulher branca que apesar de sofrer injustiças e desigualdades ainda tem a chance de ascensão social enquanto que para a mulher negra isso beira o impossível, os casos são raros.

Além disso, a condição de ser mulher negra traz intersecções diferentes das vivenciadas por pessoas brancas. Ao longo da história, ao passo em que a mulher branca pleiteava o direito ao voto e trabalho, as mulheres negras traziam para o debate a discussão para serem consideradas pessoas. Há que se lembrar do discurso improvisado de Sojourner Truth "E não sou uma mulher?", em uma convenção de mulheres brancas em Akron, Ohio, em 1851 (?). Ao falar sobre a subjugação feminina fora silenciada e zombada e não porque era mulher – afinal, ela estava em uma convenção de mulheres - mas, sim, porque era uma mulher negra. “E não sou uma mulher?” é um questionamento à ideia de sororidade que o feminismo branco traz junto de si:

Olhem para mim! Olhem para meu braço (...)arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (DAVIS, 2016, p.71)

Em *E eu não sou uma mulher?*, bell hooks (2019) trata sobre a condição da mulher negra na época da escravatura e no período pós-abolição, onde ao mesmo tempo em que era vista como promíscua e sexual, a mulher negra, também, era tratada como sub-humana. Ela não era poupada de trabalhos pesados, nem mesmo quando estava grávida ou amamentando. Mulheres negras recebiam os mesmos trabalhos e também os mesmos castigos que o homem negro. Para nós, mulheres negras, nunca existiu uma divisão sexual do trabalho quando se está falando da exploração e controle da força de trabalho e dos nossos corpos.

Contudo, como explica hooks, a exploração sexual superava a exploração no trabalho:

A exploração racista de mulheres negras como trabalhadoras, tanto no campo quanto no ambiente doméstico, não era tão desumana e desmoralizante quanto a exploração sexual. [...] A mulher escravizada vivia sempre atenta a sua vulnerabilidade sexual e em permanente medo de que qualquer homem, fosse ele branco ou negro, pudesse escolhê-la para assediá-la ou vitimizá-la (hooks, 2019, b, p. 51).

Outros estudiosos, como Lemos de Britto e Nelson Hungria, também propuseram ideias sobre as possíveis características específicas da criminalidade feminina. Similarmente a Lombroso, conectavam a mulher às suas características anatômicas e biológicas, priorizando a natureza em detrimento dos aspectos culturais. Assim, a mulher ficava mais suscetível à prática criminosa quando influenciada por elementos biológicos, tais como a puberdade, a

menstruação, a menopausa, o parto, uma vez que, no período desses acontecimentos, ela se mostrava mais irritada, instável, agressiva e psicologicamente abalada (LOMBROSO, apud SOHIET, 1989).

O que Lombroso e outros teóricos não perceberam é que esses elementos biológicos eram percebidos de maneiras distintas a depender da raça. Um estudo pioneiro sobre as variações étnicas na menopausa, o Estudo da Saúde das Mulheres em Diferentes Nações (SWAN, na sigla em inglês), teve início em 1994. Durante décadas, pesquisadores acompanharam um grupo de mais de três mil mulheres que estavam passando pela perimenopausa e menopausa, e encontraram diferenças significativas: as mulheres negras e hispânicas passam pela menopausa mais cedo do que as mulheres brancas, chinesas e japonesas. Além disso, experimentam certos sintomas da menopausa por um período de dez anos ou mais - quase o dobro do tempo - em comparação com as mulheres desses grupos étnicos.

Os pesquisadores sugeriram que as diferenças nos sintomas da menopausa entre mulheres negras e brancas podem ser atribuídas ao "racismo estrutural", que levou as mulheres negras a ter uma "carga maior de doenças". No estudo SWAN (2022), segundo o artigo, as mulheres negras eram mais propensas do que as mulheres brancas a relatar dificuldades financeiras, casos de discriminação, enfrentar problemas com autoridades, experiências de violência e lidar com doenças ou perda de membros próximos da família. Essas vivências podem afetar significativamente a saúde global de uma pessoa e acelerar o processo de envelhecimento, um fenômeno descrito como "deterioração".

Além disso, o mesmo estudo ao investigar as diferenças na idade da menarca (primeira menstruação) entre grupos étnicos aponta que meninas afrodescendentes tendem a experimentar a menarca em idades mais jovens em comparação com meninas de outros grupos étnicos. Alguns dos fatores que mais influenciam no surgimento antecipado da menstruação em mulheres negras são a nutrição e o acesso a cuidados com a saúde.

Assim, as pesquisas mostram que a duração, a frequência, a gravidade e até os tipos de sintomas podem ser diferentes e mais fortes em mulheres negras. Portanto, ainda que a análise lombrosiana estivesse correta, o que não é o caso, ao atribuir fatores biológicos à criminalidade feminina, o autor não discute o marcador racial enquanto preponderante na influência desses sintomas e características. Pelo contrário, a insistência na criação de um critério biológico de criminalidade foi responsável pela insuficiência de estudos que considerassem os aspectos culturais para a relação entre mulher e criminalidade e pelo aumento da vigilância e

encarceramento, uma vez que o próprio discurso jurídico e policial utilizava essas referências tidas como científicas para seu embasamento condenatório.

Nessa perspectiva, Santos (2014) elucida que:

A ponto de, quando as pesquisas avançam em termos de análise do não-lugar das mulheres nos documentos, nos textos de reivindicação de direitos humanos, dificilmente abarcarem como linha de interesse teórico o encarceramento feminino, menos ainda o aspecto racial do aprisionamento, apesar de as “mulheres criminosas” terem assumido papéis socialmente desaconselháveis à condição de „segundo sexo“, além de serem subversivas ao modelo de sociedade em curso. Invariavelmente, os castigos destinados às mulheres, inserindo aí a invisibilização da temática prisional, objetivam não somente purificar, normatizar e recuperar a “essência” fundante das teses voltadas a comportamentos biologizados, mas, também, credibilizá-las.

É o que se pode perceber em *La Donna Delinquente*, onde Lombroso e Ferrero (1893), colocam a prostituta como o melhor exemplo de delinquente feminina. Além disso, o controle exercido nas mulheres negras se divergia a depender do espaço em que ocupavam: os das ruas ou da casa senhorial. Nas ruas, esse Brasil que aplicava teorias eugenistas e de higienização social, caracteriza-se pela guerra às “negras de ganho de rua” e as autoridades policiais. Seriam elas mulheres negras libérrimas e que se dedicavam às ruas como “prostitutas” e que, segundo Soares (2001), protagonizaram cenas violentas contra a violência policial e das autoridades municipais. A autora, após análise de documentos e processos crimes da época, concluiu que muitas dessas mulheres negras eram consideradas “agentes de desordens” por seus comportamentos “expansivos” e considerados “inapropriados” para mulheres.

Oscar Soares, em 1920, ao falar sobre a vadiagem e a prostituição, cita em seu estudo uma determinação expedida por um delegado de polícia do Rio de Janeiro:

2.2.1.1 que intimem a vir a esta Delegacia qualquer meretriz, notoriamente conhecida como tal, que fôr vista em exhibição nas portas ou janellas;

2.2.1.2 que fação prender aquellas que, nas ruas ou lugares frequentados pelo publico, demonstrem de modo inequívoco, a escandalosa e reprovada occupação a que habitualmente se entregarão” (SOARES, 2004, p. 799).

Em seguida conclui:

Se todos os delegados providenciassem no mesmo sentido e, sobretudo, se as ordens fossem cumpridas meticulosamente pelos subalternos, em algumas ruas desta cidade não se exhibiriam os quadros escandalosos que tanto ofendem á moral publica e aos bons costumes (SOARES, 2004, p. 799)

Assim, estamos falando de mulheres negras vistas, para além de desonestas, também como meretrizes e escandalosas e, portanto, não merecedoras da proteção da legislação, mas, sim, a punição adequada. Nota-se que ao mencionar a suposta necessidade de não exibir mais esse tipo de comportamento de vadiagem nas ruas da cidade, o delegado de polícia reproduz o discurso eugenista ao se referir quase a uma limpeza social daquelas que ofendem a moral pública e os bons costumes.

“Senhoras, mães, castas, puras e brancas contrapõem-se a escravas, infanticidas, sensuais, lascivas, imorais, sem religião e negras” (GIACOMINI, 1988, pág. 77). Ou seja, “negra” era uma categoria caracterizada como prostitutas, detentoras de sexualidade desenfreada, más mães e devotas de uma religião profana.

Além disso, a construção da hipersexualização das mulheres negras contribuiu para o imagético de mulheres negras naturalmente transgressoras. Essas categorias e suas consequências estão presentes em diversas formas na contemporaneidade. Inclusive, as representações estereotipadas e negativas na mídia contribuíram para a perpetuação da suspeição em relação aos seus corpos, uma vez que desempenham um papel significativo na construção de identidades e na formação de atitudes e crenças sociais.

Ao retratarem mulheres negras com hipersexualização, enquanto agressivas e subservientes ou caricaturas estereotipadas contribuem para o imagético social de mulheres subalternizadas, além de reduzi-las a meros objetos de consumo.

Em seu livro "Black Looks: Race and Representation", bell hooks (1992), aborda a representação das mulheres negras na mídia e critica a objetificação e estigmatização de seus corpos. Ao explorar o conceito de "o olhar negro" (the black gaze) e sua importância para desafiar os estereótipos e oferecer uma perspectiva mais autêntica das mulheres negras, investiga, ainda, como as representações operam, minimizando, apagando e silenciando suas formas de existir.

Assim, segundo ela, o ideal supremacista branco cria, na imagem do negro, uma ideia de inferioridade junto com o desejo de dominar e controlar seus corpos e é, principalmente, o cinema que determina como o corpo negro é visto. Na televisão brasileira, é muito comum que tenhamos mulheres negras performando a imagem de trabalhadora doméstica, essa exploração da representação recorrente de mulheres negras em programas de televisão e filmes, reforça a ideia de que sua função é limitada ao trabalho doméstico e à subalternidade. Essa posição não é só imagética, mulheres negras são representadas dessa forma porque estão nesse lugar de opressão social e econômica na sociedade. Françoise Vergès, em "*Quem limpa o mundo?*"

aponta que “A segregação do mundo se dá em uma divisão entre limpeza e sujeira baseada numa divisão racial do espaço urbano e da moradia” (VERGÈS, 2020, p.89).

Vergès expõe, ainda, a invisibilização de um trabalho que assegura:

à mulher branca que ela encontrará tudo limpo, mas sem nunca ser confrontada com a realidade da limpeza e, portanto, com a presença daquelas e daqueles que a realizam. Este é um dos princípios fundamentais da limpeza: ela deve permanecer invisível. Para que essa invisibilização seja possível, não só se faz o responsável pela limpeza desaparecer da tela social, como a violência e o desprezo pelo seu trabalho são legitimados (VERGÈS, 2020, p.92)

Tia Nastácia, do Sítio do Pica Pau Amarelo, por exemplo, é a exemplificação de personagens que perpetuam estereótipos de submissão, ignorância e falta de ambição, contribuindo para a suspeição de seus corpos e habilidades intelectuais.

No aspecto da violência e criminalidade, mulheres negras são frequentemente retratadas como envolvidas em atividades criminosas, reforçando estereótipos de periculosidade e criminalidade. Notícias sensacionalistas e programas policiais fazem questão de enfatizar a criminalização das mulheres negras, contribuindo para a construção da suspeição de seus corpos. Rose (interpretada por Zezé Motta) em "Força de um Desejo", novela de 2000, é uma mulher negra que se envolve com o tráfico de drogas. Sua representação reforça estereótipos de mulheres negras como envolvidas em atividades ilegais e perigosas. Jéssica (interpretada por Camila Pitanga) em "Cidade dos Homens", filme de 2007, é uma jovem negra que se envolve com o crime e tem uma trajetória ligada à violência. A mesma coisa ocorre em um outro papel interpretado por Camila, em "Paraíso Tropical" a personagem “Bebel” era uma prostituta vista como ambiciosa e manipuladora.

Esses exemplos ilustram como a mídia brasileira pode perpetuar estereótipos negativos ao retratar mulheres negras como criminosas, contribuindo para a suspeição e desvalorização de seus corpos. São representações problemáticas que não refletem a diversidade e a complexidade das mulheres negras na sociedade e contribuem para a perpetuação do imaginário social de que as mulheres negras são mais propensas a cometerem crimes.

Na pesquisa “Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana”, por exemplo, tem-se comumente utilizados termos subjetivos como “personalidade desajustada e perigosa, personalidade voltada para o crime”, para justificar punições em desfavor das mulheres negras acusadas de cometer crimes contra a saúde pública e o patrimônio (ALVES, 2017).

Um caso bastante emblemático também merece nossa atenção. Janaína Aparecida Quirino, uma mulher negra de 36 anos e mãe de oito filhos, foi detida quando estava grávida em 11 de novembro de 2017, acusada de tráfico de drogas.

Em 14 de fevereiro de 2018, o Ministério Público do Estado de São Paulo moveu uma ação civil pública contra a cidade de Mococa (SP) buscando esterilizá-la, argumentando que ela não seria capaz de controlar sua sexualidade e representava perigo para a sociedade.

Essa abordagem de biopolítica racial no controle dos corpos, como o de Janaína, ilustra a manipulação política de um corpo visto como desumano, removendo sua identidade de pessoa, de ser humano. No processo para sua esterilização, ela não é considerada vítima, ré ou autora, aos olhos da lei, ela simplesmente não existe, não é considerada enquanto sujeito de direito. Isso evidencia que as mulheres negras são negligenciadas na proteção de seus direitos e excessivamente vigiadas e condenadas nas políticas de punição.

Além disso, a política nacional de Segurança Pública Brasileira coloca o país como sendo o que mais encarcera e mata mulheres negras no mundo, segundo o Mapa da Violência (2020). Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, o crescimento da população carcerária feminina cresceu 564% no período compreendido entre 2000 e o final de 2019. De julho a dezembro de 2019, o Infopen (2019) informou que do total de mulheres em situação de prisão, 21.299 são negras e pardas, enquanto 10.331 são mulheres brancas. O perfil da mulher encarcerada brasileira pode ser definido como jovem, economicamente vulnerável e preta, isso porque, “o sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais que perpassados por essa estrutura de opressão [...] e, portanto, de desigualdades baseadas na hierarquização racial” (BORGES, 2019, p.21).

Para além das sentenças que justificam punições em forma de prisão através de elementos subjetivos que advém do histórico racista e colonial brasileiro, os processos criminais são julgados, em sua maioria, apenas com testemunhos dos policiais (ALVES, 2017).

Dessa forma, pode-se perceber que as mulheres negras são também as mais vigiadas. A porta para o encarceramento se dá através da subjetividade presente na atividade policial que tem intrinsecamente os discursos eugenistas e discriminantes em suas abordagens. É importante considerar a associação que Foucault estabelece entre prisão, polícia e delinquência na obra *Vigiar e Punir*. Para o autor, o sucesso da prisão se dá em torno das ilegalidades e da capacidade de especificar uma ‘delinquência’ (FOUCAULT, 2008, p. 230)

Para Foucault, “a vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão” (FOUCAULT, 2008, p. 234).

Além disso, essa vigilância é muito baseada em abordagens arbitrárias e violentas da polícia, resultando em morte ou prisão. Em um contexto onde o Brasil se destaca pela materialização de lógicas racistas nas ações das forças policiais e órgãos de segurança pública, é importante ressaltar que pesquisadores e organizações da sociedade civil têm apontado para a existência de uma legitimidade institucionalizada do vigilantismo nos espaços urbanos, cujas consequências têm sido especialmente graves no que diz respeito ao agravamento das práticas racistas.

O vigilantismo em espaços urbanos representa uma forma de controle social que se manifesta de maneira desigual em relação aos corpos de mulheres negras. Essa prática, que muitas vezes se baseia em estereótipos raciais e de gênero, produz e também reproduz um controle punitivista responsável pela perpetuação de narrativas estigmatizantes e a suspeição constante sobre essas mulheres.

### **3 VIGILANTISMO E CONTROLE DOS CORPOS NEGROS FEMININOS**

Neste capítulo apresentarei a conceituação de Malhas de Vigilância e como operam o controle sobre os corpos negros femininos. Além disso, indicarei as bases teóricas que relacionam a construção do imagético de suspeição das mulheres negras à hipervigilância exercida por atores de segurança em espaços públicos e que é responsável pelo controle e manutenção de uma ordem que criminaliza nossas existências.

#### **3.1 ABORDAGEM POLICIAL E A FUNDADA SUSPEITA**

Na manhã do dia 16 de março de 2014, no Rio de Janeiro, Claudia Silva Ferreira, uma mulher negra de 38 anos, foi baleada no pescoço e nas costas durante uma operação da Polícia Militar (PM) no Morro da Congonha, zona norte da cidade. Claudia, também conhecida como Cacao, foi colocada de maneira violenta por três policiais no porta-malas da viatura com o suposto objetivo de ser socorrida.

Durante o trajeto, o porta-malas se abriu, fazendo com que o corpo inconsciente de Claudia caísse e fosse arrastado por uma distância superior a 350 metros. Os agentes da Polícia Militar ignoraram as buzinas e os sinais de outros motoristas até que finalmente pararam. Em

seguida, colocaram novamente o seu corpo na viatura e seguiram em direção ao Hospital Estadual Carlos Chagas, onde ela chegou sem vida. O percurso do Morro da Congonha até o Hospital Estadual Carlos Chagas, localizado na Avenida General Osvaldo Cordeiro de Farias, abrange uma distância de 7 km, que geralmente leva de 15 a 20 minutos para ser percorrida por uma viatura policial que pode utilizar sirenes. Se não fosse pela ação da Polícia Militar, Claudia poderia estar viva.

Nove anos após o seu assassinato, os responsáveis pelo crime permanecem em liberdade. Dois dos PMs que integravam a patrulha se aposentaram depois do homicídio. O primeiro deles tinha um histórico de registros de violência policial desde 2000 e estava envolvido em 57 casos de autos de resistência que resultaram em 63 mortes. Quando Claudia foi assassinada, esses dois policiais juntos eram responsáveis por 69 mortes.

Na região de Parelheiros, localizada no Extremo Sul de São Paulo, no dia 13 de julho de 2020, uma mulher negra de 51 anos, durante uma ação policial em meio a pandemia de Covid, foi agredida, jogada ao chão e imobilizada por um Policial Militar, que posteriormente pressionou seu pescoço com o pé, sufocando-a, e a arrastou até a viatura. A operação foi registrada em vídeo e causou comoção na sociedade devido à semelhança com o caso de George Floyd nos Estados Unidos.

Durante a ação, a vítima teve sua perna quebrada, porém, mesmo diante disso, foi mantida em uma sala suja e escura, localizada no 101º Distrito Policial em Jardim Imbuías, São Paulo.

Em agosto de 2022, os responsáveis pela operação foram absolvidos pelo Tribunal de Justiça Militar de São Paulo por três votos a dois. No entanto, essa sentença foi objeto de recurso solicitado pelo Ministério Público Estadual (MPE-SP) e pelo advogado de acusação. Em uma segunda instância, o veredicto, proferido em 2023, resultou na condenação dos policiais a um ano, dois meses e 12 dias de reclusão, além de mais um ano de detenção para o segundo policial, responsável por pisar no pescoço da vítima. No entanto, os réus permanecem em liberdade.

Enquanto isso, a vítima da agressão policial tornou-se ré e está respondendo a um processo movido pelo Ministério Público paulista. A promotora baseou-se na versão apresentada pela polícia, que alegou que a vítima teria desacatado e ferido os agentes, o que contradiz os relatos de testemunhas e as imagens registradas da abordagem policial. No entanto, a agente da promotoria acusou a mulher de quatro crimes: desacato, lesão corporal, infração de determinação do poder público para conter doença contagiosa e resistência a ato legal por meio de violência ou ameaça.

No dia 29 de janeiro de 2023, na cidade de Recife, Pernambuco, uma professora trans negra foi agredida por um policial militar no Terminal Integrado de Joana Bezerra, localizado na região central da cidade. A agressão foi registrada em vídeo por outros passageiros presentes. Nas imagens, pode-se observar o momento em que a professora, acompanhada por um homem, desce do ônibus e dois policiais militares apontam suas armas para eles.

Enquanto o homem mantém as mãos na cabeça, a mulher dirige-se aos agentes. Um dos policiais se aproxima da professora e desfere um tapa em seu rosto. Em depoimento, a vítima relatou que sofreu a agressão quando buscou ajuda aos policiais após ser vítima de transfobia dentro do transporte coletivo. Posteriormente, a vítima foi conduzida à Central de Plantões da Capital, onde prestou depoimento e foi liberada. Segundo o marido da vítima, os agentes envolvidos no incidente chegaram a se desculpar. Por questões de segurança, o nome da professora não foi divulgado. O caso está em processo de investigação.

No dia 18 de janeiro de 2023, em Salvador, Marvis Machado, uma mulher negra de 24 anos, foi agredida com um tapa no rosto e spray de pimenta por um agente da Polícia Militar no bairro Fazenda Grande, localizado na periferia da cidade. A ação foi registrada por uma câmera de segurança e também pelo celular da própria vítima.

A presença da polícia no local se deu em resposta a uma denúncia de cárcere privado e briga familiar, momento em que as três mulheres envolvidas na situação tentaram se comunicar com o policial para explicar o motivo da chamada. No vídeo, é possível observar um dos agentes visivelmente alterado, gesticulando de forma agressiva, culminando no início das agressões. Segundo informações da Polícia Civil, a vítima foi acusada de desacato e conduzida à Central de Flagrantes, onde prestou depoimento e posteriormente foi liberada.

Durante as imagens, pode-se ouvir o policial ameaçando prender a mulher e fazendo menção à sua formação policial, buscando reforçar sua autoridade. O policial ordena que a mulher se cale e depois desfere um tapa em seu rosto. Vale ressaltar que o pedido de medida protetiva contra os policiais envolvidos foi negado pelo delegado responsável pelo registro da ocorrência.

Em meados de 2016, um homem negro teve sua casa invadida por dois homens armados e sua família, esposa e duas filhas, foram feitas de refém. As mulheres permaneceram em um dos quartos enquanto o homem era obrigado a ficar deitado em outro cômodo, de barriga para o chão, arma contra sua cabeça. O tom de voz apaziguador dos assaltantes, que inclusive justificaram o ato devido a uma demissão em massa na empresa em que trabalhavam e por isso recorreram ao roubo para manter suas famílias, permaneceu por aproximadamente 2 (duas) horas. Quando a memória do trauma e da violência se reconstrói, fica bem óbvio para aquela

família que essa não foi a pior parte. Nem tampouco se deparar com a residência sem móveis e até com o guarda roupa esvaziado. A pior parte foi quando os policiais interpretaram, a primeira vista e com armas apontadas, que o dono da casa, vítima daquele crime, poderia ser o assaltante. Afinal, eram todos negros. As vítimas e os assaltantes. A violência psicológica, a reconstrução da memória e da dor daquela família ainda trazem gatilhos de medo e angústia. Enquanto escrevo essas linhas, lembro daquela manhã, de mais um episódio de violência policial sofrido - um que marcou para sempre. É sobre a minha família que falo.

Lendo *Viral Justice*, de Ruha Benjamin, fica bem evidente o quanto esses sentimentos se relacionam com outras vivências perpassadas pelo racismo:

Aquele momento na esquina da rua ferve em minha memória até agora, toda vez que passo por um carro da polícia ou por um policial na rua. Não posso deixar de pensar: Eles estão atrás de nós. É paranóia ou premonição? (BENJAMIN, 2020)

Somos muitas. Como disse na introdução, essa é uma escrita de nós. De como esse misto de paranóia-premonição nos persegue em todas as vezes que avistamos um carro de polícia ou um segurança de shopping, por exemplo. Eles estão atrás de nós? Eles estão atrás de nós. Por que eles estão atrás de nós?

A intersecção entre raça, classe e gênero é determinante na produção dos critérios de suspeição na prática policial brasileira. Os resultados da pesquisa “Por que eu?”, realizada pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), evidenciam em dados como ocorre, na prática, o policiamento ostensivo. A pesquisa foi aplicada em todo o território nacional, mas concentrou os resultados do Rio de Janeiro e São Paulo por questões matemáticas de representatividade, mas, evidenciam que as respostas se repetem pelo resto do país.

De acordo com o estudo, ser negro no Rio de Janeiro ou em São Paulo significa ter um risco 4,5 vezes maior de sofrer uma abordagem policial, em comparação com uma pessoa branca. 46% das pessoas negras abordadas ouviram referências explícitas à sua cor/raça feitas pelos agentes de segurança, enquanto o índice das pessoas brancas é de 7%. Além disso, 89% das pessoas negras relataram ter sofrido violência física, verbal ou psicológica na abordagem.

A entrevista, realizada entre maio e junho de 2021, demonstra ainda que 74% dos entrevistados negros não moravam em comunidades e 78% estavam cursando ou haviam concluído um curso superior. Para a avaliadora, a ascensão social não implica em mudanças na forma com que a pessoa negra é percebida socialmente.

Um relatório divulgado em março de 2023, pela Anistia Internacional, destacou que a população negra segue sendo, desproporcionalmente, impactada pela ação e pela omissão do Estado. Nos registros de violência policial, historicamente, os jovens negros moradores de favelas e periferias continuam sendo a maior parte das vítimas.

Com relação aos dados referentes às mulheres negras, sabemos que ante a ausência de marcadores de análise específicos, alguns estudos merecem ser mencionados. O Mapa da Violência 2015, revelou que, entre 2003 e 2013, houve um aumento significativo no número de mulheres negras vítimas de homicídios no Brasil. Além disso, relatórios de organizações de direitos humanos destacam a violência específica enfrentada por mulheres negras, incluindo abusos físicos, sexuais e psicológicos durante abordagens policiais. Outro estudo relevante é a pesquisa "Mulheres Negras e Violência: Sistematização das Demandas do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo", que aponta a alta incidência de violência policial contra mulheres negras na cidade de São Paulo, com relatos de abusos e discriminação racial.

É sabido que estamos diante de dados que representam apenas uma parte do quadro e que a subnotificação é um desafio significativo quando se trata de violência policial. Muitos casos não são relatados devido ao medo de represálias, falta de confiança nas instituições ou falta de acesso à justiça.

É preciso também ir mais além, a violência policial, mediante abordagens truculentas e racializadas, atinge as mulheres negras que enterram os seus filhos jovens, também negros e que são a maioria das vítimas do braço estatal punitivista. O adoecimento causado pela dor e o luto, faz com que analisemos as complexidades das múltiplas faces de um sistema criado para agir com violência frente aos corpos negros dos nossos filhos, companheiros e irmãos.

Nesse sentido, Foucault (2014) aborda a abordagem policial enquanto um aparato do poder estatal que desempenha um papel fundamental na manutenção do poder e do controle social. Ele descreve a polícia como uma instituição que atua como um mecanismo de vigilância e disciplina, responsável por monitorar e regular o comportamento das pessoas na sociedade.

Uma das principais ideias do autor é que a abordagem policial não se limita apenas à repressão de crimes e à manutenção da ordem pública, mas também desempenha um papel mais amplo na produção e no exercício do poder. Ele argumenta que a polícia atua como uma forma de controle social, exercendo poder sobre os indivíduos e moldando suas condutas de acordo com as normas estabelecidas pela sociedade.

A abordagem policial seletiva é baseada no instituto da fundada suspeita e ambas são questões amplamente discutidas no campo acadêmico e pelos teóricos e intelectuais que se dedicam ao estudo das relações entre a polícia e a sociedade. Diversos autores têm analisado

as dinâmicas e os impactos dessas práticas discriminatórias, destacando a sua relação com o racismo estrutural e a desigualdade social.

De acordo com Alexander, Hunt e Jeffers (2017), a abordagem policial seletiva refere-se à prática de selecionar indivíduos para abordagem, revista e detenção com base em características como raça, etnia, classe social e espaço. Essa seleção arbitrária e desproporcional tem como resultado a estigmatização e marginalização de certos grupos, especialmente minorias raciais e étnicas. Além disso, Butler (2017) considera que a fundada suspeita está intrinsecamente ligada à construção social da raça e à reprodução do poder racialmente estruturado. A autora argumenta que a suspeita racial é produzida através de práticas e discursos sociais que racializam certos grupos, tornando-os alvos constantes de vigilância e controle policial.

Mbembe (2003) aborda a fundada suspeita racista no contexto da colonização e da dominação racial. O autor argumenta que a prática de abordagens policiais discriminatórias é uma forma de exercício do poder colonial, que se manifesta na negação de direitos e na violência física e simbólica contra os corpos negros. Agindo, portanto, como uma forma de racismo institucionalizado que opera como uma estratégia de controle e opressão racial (hooks, 1994) e como um dos mecanismos de reprodução do genocídio negro no Brasil (Muniz, 2019).

Portanto, o conceito central da abordagem policial é a fundada suspeita que, inclusive, é institucionalizada pelo nosso Código de Processo Penal. Segundo Harris (2015), esse mecanismo de percepção subjetiva de um agente de segurança de que uma pessoa pertencente a uma determinada raça ou etnia é suspeita de envolvimento em atividades criminosas, é muitas vezes baseada em estereótipos e preconceitos raciais enraizados na sociedade, o que resulta em abordagens policiais discriminatórias e em um tratamento violento, além de estabelecer de forma profunda o racismo estrutural e institucionalizado, influenciando não apenas indivíduos, mas também instituições e ambientes sociais.

A pesquisa realizada por Santos (2019) também revela que as mulheres negras são alvo frequente de abordagens policiais abusivas e violentas. A autora destaca que, além do racismo, essas abordagens também estão associadas à discriminação de gênero, resultando em um acúmulo de opressões sobre essas mulheres. Trata-se da manifestação do racismo institucionalizado nas práticas de segurança pública em consonância com o racismo e sexismo.

A escravatura, que perpetuou e estabeleceu a normalização da violência, hostilidade e desumanização contra as pessoas negras escravizadas ressurge como um mecanismo de controle e prática social aceitos e justificados em relação à população negra. Esse padrão reflete uma forma de pensamento sobre cidadania e segurança que, além de discriminar, começa a

diferenciar as pessoas com base em sua aparência e cor da pele, resultando em atitudes de ódio e aversão racial.

Ainda, quando falamos de abordagem policial motivada por uma fundada suspeita que, na verdade, é fundada em uma ideia racista e violenta de suspeição de corpos negros, também há de se considerar o perfilamento racial como um mecanismo de análise.

O perfilamento racial é uma prática que consiste em tomar decisões ou agir com base em características raciais, sujeitando certos grupos raciais a um tratamento diferenciado. Acontece quando as abordagens e buscas pessoais não são feitas a partir de elementos que configurem evidências objetivas que apontam uma atitude suspeita, mas, sim, com base na raça, cor, descendência, nacionalidade ou etnicidade de quem se torna alvo.

Essa prática, amplamente associada ao racismo, perpetua a discriminação e viola os princípios fundamentais de igualdade e dignidade humana. Neste contexto, o Supremo Tribunal Federal julga, até o momento da escrita dessa dissertação, um caso que pode servir de jurisprudência diante das abordagens policiais racistas em todo o país.

Trata-se da detenção de um homem negro portando 1,53 grama de cocaína na cidade de Bauru, situada no interior do estado de São Paulo. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo requer a anulação das provas do referido caso, alegando que os policiais abordaram o indivíduo principalmente com base na cor de sua pele. No depoimento prestado, os policiais mencionam explicitamente que o suspeito era uma pessoa negra e que estaria “em cena típica do tráfico de drogas”, em pé junto ao meio-fio, em via pública, próximo a um veículo estacionado.

Se a tese de que abordagens baseadas na cor da pele são ilegais for aceita pelo Supremo Tribunal Federal (STF), as forças policiais terão que apresentar os elementos que fundamentaram as suspeitas. Isso implica em elementos probatórios concretos, que não reproduzam marcadores raciais criminalizantes e permitindo, assim, que o sistema de Justiça e a sociedade exerçam controle sobre a atividade estatal e tenham a segurança de que o racismo estrutural e institucional não está sendo reproduzido.

É importante destacar que as abordagens policiais, enquanto produtoras e reprodutoras do imaginário de suspeição dos corpos de mulheres negras, se refletem na hipervigilância dos atores de segurança em espaços públicos para com esses corpos. As malhas de vigilância responsáveis pelo controle e manutenção da ordem em estabelecimentos comerciais, públicos e/ou privados reproduzem o imaginário social de desconfiança que criminalizam nossas existências nesses espaços.

### 3.2 OLHOS QUE CONDENAM: COMO OPERAM AS MALHAS DE VIGILÂNCIA PRIVADA

Em 2009, funcionários de uma unidade do supermercado Carrefour, em Osasco, espancaram Januário Alves de Santana. A alegação do estabelecimento foi de que ele estava tentando roubar um carro. O carro era do próprio Januário. Em 2012 também no Carrefour, Luis Carlos Gomes, deficiente físico, foi espancado dentro do próprio estabelecimento “Milena, me salva”, foi o pedido de socorro feito por João Alberto, um homem de 40 anos, à companheira, enquanto era espancado, minutos antes de morrer por profissionais identificados como seguranças em uma das lojas do grupo Carrefour de Porto Alegre. O crime ocorreu nas vésperas do feriado da Consciência Negra em 2020. As agressões foram filmadas e viralizaram na internet, o que gerou diversas manifestações públicas e tornou esse caso um dos marcos pela luta contra o uso da violência excessiva e o racismo presente nas malhas de vigilância privadas.

Segundo relatos divulgados na mídia e na investigação oficial do caso, João Alberto teria tido um desentendimento com uma funcionária do caixa. De acordo com o depoimento dado à polícia por essa funcionária, João e sua esposa teriam passado à sua frente e a “encararam” de maneira intimidante, causando desconforto.

Em 2023, a professora Isabel Oliveira ficou apenas com roupas íntimas em uma unidade de Curitiba do mercado Atacadão, empresa do grupo Carrefour, para denunciar racismo cometido por seguranças. Seguranças do Carrefour também espancam casal de negros na Bahia sob a acusação de estarem furtando leite em pó.

Além de terem sido vítimas do mesmo grupo comercial, também têm em comum o fato de serem negros.

Dias depois da morte de João Alberto, entre as reportagens que mencionam comentários saudosos de pessoas da comunidade onde morava, houve a divulgação do que seriam os seus antecedentes criminais - relacionados a violência doméstica, ameaças e porte ilegal de arma - e a partir de então surgiram narrativas que objetivavam diminuir a gravidade do seu assassinato ou dissociar o contexto do racismo presente no fato. Uma das declarações mais graves partiu de Sérgio Camargo, então presidente da Fundação Palmares, que em 25 de novembro de 2020, postou um tweet sugerindo que o "negro do Carrefour" seria um criminoso e, portanto, não representaria os "negros honrados do Brasil". Outros representantes do Governo Federal, incluindo o então presidente na época, Jair Bolsonaro, fizeram declarações tentando separar o assassinato do contexto do racismo.

O mito da democracia racial com a negativa de reconhecer o racismo presente tanto nas abordagens policiais violentas quanto na vigilância hostil e desumana em pessoas negras é uma das estratégias utilizadas para evitar uma mudança comportamental e legislativa que repense as atuações da segurança pública e privada.

Diariamente somos noticiados com perseguições, discriminações e racismo cometidos pelas malhas de vigilância de estabelecimentos comerciais públicos ou privados. A socióloga Nina Fola, ao falar sobre vigilantismo e corpos pretos para a revista GHZ Segurança, afirma que "não tem preta ou preto que não viveu uma perseguição dentro de um supermercado". É bem verdade que nós, pessoas negras, aprendemos desde cedo a adotarmos estratégias de comportamento que evitem suspeitas das malhas de vigilância. Não abrir mochilas e bolsas perto de prateleiras, guardar notas fiscais, na medida do possível, estar sempre "bem arrumado" nesses espaços, por exemplo, são atitudes que tomamos como regra.

Para além dos números que colocam pessoas negras entre as mais vigiadas, estamos falando de histórias de constrangimento, infundada suspeita, dor e racismo. Mas antes de falarmos sobre como operam essas forças de vigilância e o controle que exercem sobre corpos negros, é importante entendermos porque estamos diante de um problema estrutural.

A atividade de vigilância é bastante complexa e apresenta pelo menos seis funções que são realizadas de forma contínua e diária: proteção e conservação dos espaços comuns; serviços de atendimento e recepção; prevenção de crimes e de comportamentos considerados problemáticos; aplicação de regras e procedimentos; resposta a emergências e incidentes em curso; coleta e compartilhamento de informações com entidades públicas e/ou privadas (Wakefield, 2003).

No Brasil, a segurança privada voltada para a proteção de patrimônios é regida pela Lei nº 7.102 de 1983. Essa legislação estabeleceu diretrizes para a formação, controle e registro nacional das empresas, bem como para o registro profissional dos vigilantes. O Decreto nº 89.056/1983 e várias portarias regulamentares emitidas pelo Departamento de Polícia Federal seguiram essa lei, sendo que o Departamento passou a ser responsável pela regulação e fiscalização da atividade, culminando na Portaria MJ/DPF nº 3.233/2012, que detalha os requisitos e procedimentos necessários para o funcionamento das empresas (Diniz & Verde, 2020: 13).

No entanto, a regulação da segurança privada direcionada à proteção de instituições financeiras teve início anteriormente, com o Decreto Federal nº 1.034 de 1969. Nesse período, é relevante mencionar que o decreto concedia "status de policiais" aos guardas privados no cumprimento de suas funções (Caldeira, 2000: 197). Durante esse mesmo período, foram

estabelecidos a Polícia Militar e as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA) (ibidem, 2000: 196).

Esse surgimento simultâneo de inovações na polícia e expansões operacionais no mercado de segurança privada, como destacado por Teresa Caldeira e outros autores, foi uma resposta aos chamados "ataques terroristas" a bancos durante o período da Ditadura Militar brasileira (ibidem, 2000: 196, Zanetic, 2012).

Zaneti (2006, p. 04), aborda que os serviços de segurança privada experimentaram um crescimento significativo em todo o mundo a partir dos anos 1960. Essa expansão foi impulsionada por mudanças sociais relevantes, especialmente nos grandes centros urbanos.

Na década de 1960, a indústria de segurança privada no Brasil estava praticamente extinta, uma vez que, naquele momento, a existência de polícias privadas ou empresas de segurança privada era considerada prejudicial à paz e aos direitos civis. Enquanto a polícia pública estava diretamente associada ao interesse público, a polícia privada era vista como contrária a esse interesse.

Diversos fatores contribuíram para essa mudança de paradigma e expansão da segurança privada. Entre eles, destacam-se os incentivos econômicos e o arcabouço jurídico que permitiu o policiamento corporativo, incluindo o surgimento e a disseminação de propriedades privadas em larga escala. O aumento do crime e a sensação de insegurança também desempenharam um papel importante nesse processo.

O estudo destaca que essas transformações permitiram a criação de um sistema integrado, tanto público quanto privado, na esfera da segurança, no qual as atividades do Estado e os interesses corporativos em manter a paz se entrelaçavam. Posteriormente, na década de 1980, os serviços de policiamento privado passaram a ser considerados parte da luta contra o crime, sendo vistos como "parceiros em pé de igualdade" das forças policiais públicas, indo além de suas funções originais de autodefesa e proteção e privilegiando o patrimônio em detrimento da dignidade da pessoa humana.

Até um período recente, era comum a presença militar ou policial na área da segurança privada. No entanto, houve uma mudança significativa em 2015, quando foi estabelecida uma autonomia maior na formação de vigilantes. Isso ocorreu por meio de um novo manual especializado criado pela ABCFAV e aprovado pela Polícia Federal, o que padronizou os fundamentos para os programas de formação de vigilantes em todo o país. Anteriormente, em 1995, houve uma primeira tentativa de unificação nacional dos currículos dos cursos de formação de vigilantes com a publicação da Portaria nº 992, e essas atividades passaram a ser supervisionadas pela Polícia Federal (Diniz & Verde, 2020: 83).

As formações, preparações, atividades que desempenham, além dos equipamentos e uniforme que possuem trazem a simbologia daqueles que estão prontos para vigiar, identificar e capturar um inimigo. Esse imaginário, aliado a estratégia de controle de colocar a população como “aliada” do punitivismo, faz com que tenhamos a percepção de que se estamos diante de uma ausência de critérios objetivos por parte dos policiais em suas abordagens e buscas, imaginemos, então, como funciona a estratégia de controle e vigilância nesses espaços.

Em um estudo realizado pela Universidade Zumbi dos Palmares, em 2021, os pesquisadores envolvidos no desenvolvimento do Projeto Segurança do Futuro intitulado “Caso Carrefour, Racismo e Segurança Privada” trazem um debate realizado com gestores de representação sindical e associativa do setor de segurança privada, profissionais que atuam em atividades de controle ou vigilância e negros militantes de direitos raciais em grupos e núcleos.

Considero este uma das melhores produções acadêmicas acerca do assunto, com base nessa leitura foi possível destacar que, hoje figurando como o maior “exército” da América do Sul, a segurança privada regular, aquela especializada e orgânica, possui uma estrutura com mais de 4.000 mil empresas, 650 mil homens ativos e 650 mil inativos. Além disso, a segurança irregular e informal, composta principalmente por policiais avulsos e que realizam “bicos” ou estão na gestão desses espaços se torna um agravante uma vez que o trabalho informal de segurança é realizado normalmente por policiais de folga e é proibido por lei no Brasil.

No entanto, essa é uma forma de complementação de renda para esses profissionais. A pesquisa “Escuta de Policiais e demais profissionais da segurança pública do Brasil”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicada em novembro de 2021, revela que 6% dos policiais entrevistados declararam fazer atividades de segurança privada para complementar a renda.

Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que existam cerca de 687 mil policiais e bombeiros, juntamente com 99 mil guardas municipais, desempenhando suas funções no Brasil. No entanto, uma parcela significativa desses profissionais, equivalente a pelo menos 47 mil indivíduos, também está envolvida em atividades informais, conhecidas como “bicos”.

Existem também grupos de segurança ilegais, como as milícias, além de organizações criminosas de variados tipos, que exigem taxas ilegais, intimidam pequenos e médios comerciantes e ameaçam a liberdade das pessoas para escolher o que consumir e, conseqüentemente, para se deslocarem livremente. Além disso, muitos estabelecimentos optam por uma abordagem de segurança combinada, utilizando tanto serviços especializados contratados quanto pessoal de segurança próprio. Essa prática é comum em diversos setores do

Estado, como universidades e outras instituições públicas, além de ser adotada por estabelecimentos privados, incluindo grandes shoppings, redes de lojas, supermercados - como o Carrefour, entre outros.

É importante mencionar também que os programas de treinamento para vigilantes possuem uma carga horária aproximada de 200 horas, geralmente concluídas em um período de 20 dias. Durante esse período, os participantes têm a oportunidade de estudar disciplinas diversas, tais como primeiros socorros, noções de criminalística e técnicas de entrevista, radiocomunicações, gerenciamento de crises, hino nacional, direitos humanos e relações humanas no ambiente de trabalho, entre outros temas considerados relevantes para a atuação na área de segurança privada.

“Na prática, as matérias oferecidas são muito fragmentadas e com pouca articulação entre si. Além disso, os conteúdos sobre os Direitos Humanos são demasiados abstratos e sem coordenação sensível com a atividade do dia a dia”, considera a antropóloga Susana Durão, especializada em Sociedades Complexas pela ISCTE-IUL, de Portugal e coordenadora científica do Centro de Estudos e Pesquisas em Segurança, Igualdade e Justiça Racial da Faculdade Zumbi dos Palmares, de São Paulo.

Além disso, ainda segundo o estudo, um dos principais problemas é a falta de atratividade da profissão no que diz respeito à possibilidade de progredir na carreira. Tanto um vigilante recém-contratado quanto um com duas décadas de experiência muitas vezes são remunerados com o mesmo salário base na hora de firmar contratos ou ao serem contratados. Para aumentar seus rendimentos, muitos vigilantes têm a tendência de prolongar suas horas de trabalho. Muitos deles realizam jornadas duplas, o que não é adequadamente refletido nas estatísticas nacionais de emprego. É bastante comum que um vigilante tenha dois empregos, trabalhando 12 horas seguidas e depois descansando por outras 12 horas, sem infringir limitações legais.

É importante destacar também que há uma representação significativa de profissionais negros, porém é difícil mapear e quantificar essa presença, uma vez que essa categoria não é comumente utilizada nos registros oficiais.

Pode-se preceituar que o “bico” representa não só a precarização do trabalho, mas o racismo na institucionalização da vigilância. Isso porque o treinamento oferecido aos policiais militares e civis para o exercício da segurança pública não é adequado para a função de segurança privada no setor de varejo, conforme explicado pelo delegado de polícia e doutor em Direito Público, Fernando Antônio Alves, do Movimento de Policiais Antifascista.

O delegado ressalta que tanto nas empresas de segurança privada criadas por policiais como em grande parte do setor, ocorrem dinâmicas discriminatórias comuns ao ambiente da segurança pública. Essas práticas incluem racismo e preconceito de classe, que identificam indivíduos negros e de baixa renda como potenciais criminosos. Essa mentalidade racista contribui para a ocorrência comum de tortura física e psicológica de suspeitos de furto em supermercados, geralmente em espaços conhecidos como "salinhas do racismo", onde os suspeitos são detidos ilegalmente e submetidos a tortura, com a conivência de policiais que atuam nesse setor.

Com relação ao uso de armamento letal, ainda segundo o estudo, as empresas de segurança privada no Brasil tendem a preferir o uso deste em detrimento do armamento não letal. Cita que, em 2020, na Região Sudeste, essas empresas adquiriram 4.438 armas letais em comparação com 563 armas não letais. Se considerarmos o número absoluto de armas de fogo registradas no Brasil, notamos que o total de armas nas mãos das polícias militares (quase 511 mil armas) já foi superado pelo número de armas em posse dos cidadãos (quase 527 mil). A segurança privada possui quase 260 mil armas. Em vários estados, o registro de armas de fogo nas empresas de segurança privada é muito menor do que o registro de armas dos cidadãos. Isso sugere que a potencial distribuição do uso de força armada pela sociedade é maior do que em setores formalmente delegados ou controlados pelo Estado. A existência de um "quase exército privado" entre os cidadãos é um fator que contribui para a ampla informalidade nos mercados de segurança privada e para os desafios na regulação e fiscalização do uso da força no Brasil.

Fica evidente, e apreendemos isso com bell hooks (1984), que a vigilância sobre os corpos negros é uma forma de controle social que perpetua o racismo estrutural. Segundo Browne (2015), a vigilância racializada é um legado da escravidão e das estruturas coloniais, que moldaram a sociedade atual. Browne argumenta que a vigilância é uma forma de exercício de poder que busca manter a subordinação dos corpos negros e perpetuar estereótipos negativos associados a criminalidade. Essa vigilância é responsável pela distinção entre qual consumidor vai ser selecionado e distinguido a partir de vieses raciais estereotipados, qual seria digno de um tratamento respeitoso e para qual será dirigido olhares de inquietação, dúvida e condenação.

Tecnologias de vigilância e discriminação racial também andam em consonância, uma vez que câmeras de segurança e sistemas de reconhecimento facial têm exacerbado a hipervigilância sobre os corpos negros. Ruha Benjamin (2019), destaca a forma como essas tecnologias são influenciadas por preconceitos raciais e reproduzem práticas discriminatórias.

Benjamin argumenta que a coleta e análise de dados em sistemas de vigilância são tendenciosas e contribuem para a criminalização e o policiamento seletivo dos corpos negros.

Se lemos Fanon (2008) e compreendemos que as abordagens policiais são uma forma de violência simbólica que reforça a opressão racial, levando a uma constante sensação de vigilância e perseguição para os indivíduos negros, essa mesma sensação nos acompanha em qualquer espaço que nossos corpos desejem estar. A manutenção de uma ordem social desigual nos traz uma hipervigilância até em momentos de lazer.

Em verdade, nos gritam a cada entrada em lojas de classe média-alta ou em todas as vezes que um segurança nos acompanha de perto em lojas de departamento e supermercados que “esse lugar não é seu!”.

Em uma certa vez, fui convidada por um supervisor de estágio, um homem branco de meia idade, para estar no aniversário da sua filha. Tínhamos uma relação amistosa e frequentemente sua filha ia até o escritório, então eu e uma colega branca decidimos que seria legal irmos prestigiar aquele momento. Quando cheguei em casa e contei aos meus pais sobre o convite, dizendo que a festa seria no salão de festas do prédio onde moravam, em um bairro de classe alta da cidade onde resido, meus pais me gritaram com todas as letras e percepções: esse lugar não é para você!

Essa frase ecoa em todas as vezes que eu e as minhas somos perseguidas pelas malhas de vigilância. É como se tivesse ouvindo meus pais repetindo por diversas vezes que não pertencemos a esses ambientes, que nossos corpos não são bem vindos ali e que não devemos desafiar a manutenção, a ordem e o controle das coisas. É então que percebemos que, mesmo antes da prisão, da abordagem policial truculenta e racista contra nossos corpos negros, vivemos enclausuradas apenas por sermos nós.

Inclusive, talvez seja essa uma faceta interessante da crueldade dos sistemas e atores contemporâneos de vigilância. Não está só no racismo explícito e na hiper observação de perto, mas na capacidade de deixar claro que esses lugares não são para nós, com uma única resposta: o silêncio.

E aqui começamos a adentrar em um momento importante dessa escrita. Falaremos sobre como as malhas de vigilância, formais e informais, operam a partir de uma perspectiva escrita e de vivência de quem está sobre ela.

## 4 A HISTÓRIA DE NÓS: OS ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NOS ESPAÇOS DE VIGILÂNCIA

Neste capítulo, a partir da experiência da inserção no campo, trago a *escrevivência*, conceito cunhado pela escritora Conceição Evaristo, como método e perspectiva escolhida para demonstrar como as malhas de vigilância impactam as trajetórias de mulheres negras. Trago *escrevivências* coletivas de atravessamentos do racismo através de olhos que condenam a existência dos nossos corpos em espaços públicos, além da perspectiva dos próprios atores de vigilância.

### 4.1 A ESCRITA DE NÓS: ESCREVIVÊNCIA COMO MÉTODO

Sewell e Jefferson (2016) sustentam que “as pessoas não precisam estar dentro do sistema de justiça criminal para sentir os efeitos do sistema de justiça criminal”. Isso implica dizer que toda pessoa negra já foi ou será tocada pelo braço do punitivismo estatal e isso não significa, necessariamente, a prisão. Os efeitos de um sistema criado para prender ou matar nossos corpos podem ser sentidos de diversas formas e prisão e morte são conceitos que perpassam múltiplas percepções.

Assim como Benjamin (2020, p. 30) que examina:

“o policiamento e a punição a partir da perspectiva não apenas daqueles que foram pegos em sua mira, mas também de todos aqueles que foram tocados indiretamente pelo sistema carcerário. Vamos nos concentrar nas maquinações não apenas daqueles que foram delegados pelo estado, vestindo uniformes e distintivos, mas também daqueles que foram delegados por nossa cultura carcerária para policiar a vida negra em espaços públicos”.

Assim, o objeto dessa pesquisa se centra nas forças de vigilância e os lugares que produzem vigilantismo, buscando, dessa forma, entender como opera o controle sobre os corpos negros femininos.

Além disso, o objetivo é que as minhas vivências e experiências façam parte da construção do que aqui se lê. Collins, (2001, p. 541-549) formula o conceito de *outsider within* para demonstrar como as experiências de grupos marginalizados são relevantes para a academia. A situação de *outsider within* “permite às pesquisadoras negras constatar, a partir de fatos de suas próprias experiências, anomalias materializadas na omissão ou observações distorcidas dos mesmos fatos sociais”.

Uma pesquisa dessa natureza poderia ser compreendida, à primeira vista, como sendo do tipo autoetnográfica, abordagem metodológica na pesquisa social que envolve a reflexão pessoal do pesquisador sobre sua própria experiência cultural, combinando elementos da etnografia e da narrativa autobiográfica.

Se o objetivo é considerar a minha relação, como pesquisadora, para o meu objeto de estudo, a autoetnografia seria um caminho para isso. Reed-Danahay (1997) destaca a importância da subjetividade e o engajamento pessoal na autoetnografia. A autora examina as dimensões políticas, éticas e estéticas da autoetnografia e argumenta que pesquisadores devem mergulhar em suas próprias experiências para compreender e interpretar fenômenos culturais.

Ao longo dessas páginas, existe uma maneira específica de construção de relatos a partir de um grupo de pertença que me incluo. Contudo, embora reconhecendo a importância dessa metodologia para os mais diversos estudos da sociologia, antropologia e áreas correlatas, a autoetnografia é um método de conhecimento ocidental e que até poderia ser útil se não tivéssemos um conhecimento nosso pronto para ser utilizado, ou melhor, vivenciado.

Em seu livro "Contra o Método" (1975), no qual critica as ideias tradicionais de metodologia científica e argumenta a favor de uma abordagem mais flexível e pluralista para o progresso científico, Feyerabend questiona a ideia de que existe um único método científico universalmente válido e argumenta que restrições metodológicas rígidas podem limitar a criatividade e a diversidade de abordagens na pesquisa científica.

O progresso científico muitas vezes ocorre através de rupturas e revoluções científicas, nas quais teorias e métodos dominantes são questionados e substituídos por outros. Isso envolve reconhecer que o conhecimento e a sabedoria não se limitam apenas aos sistemas de conhecimento ocidentais.

Essa escolha “contra o método”, é muito consubstanciada também em Masolo (2009) que ao abordar a Filosofia e Conhecimento Indígena em uma perspectiva africana, busca explorar as perspectivas filosóficas e epistemológicas presentes nas culturas e tradições africanas. Assim o faz, reconhecendo a existência de sistemas de conhecimento e modos de pensar distintos que são moldados pela história, tradições, línguas e experiências das diferentes comunidades africanas.

Portanto, tem-se justificada a escolha por uma metodologia construída pelos nossos. Embora não tenha sido fácil me libertar das amarras acadêmicas que apontam para “regras” metodológicas específicas de produção e compartilhamento de conhecimento. Vai muito de encontro com o que Walter Dignolo chama de opção decolonial, como o exercício de aprender a desaprender, para aprender de novo (Dignolo, 2008, p. 290).

Reitero, portanto, o que falo nas páginas iniciais desta dissertação. Escolho uma abordagem de metodologia conceituada por Conceição Evaristo. A Escrevivência.

Nascida em Belo Horizonte, Maria da Conceição Evaristo de Brito veio de uma família de poucos recursos e mudou-se para o Rio de Janeiro em sua juventude. Conseguiu se graduar em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tornou-se professora, quebrando a tradição das mulheres de sua família, que geralmente trabalhavam como empregadas domésticas em casas de famílias mais ricas, algumas delas do meio literário, como a de Otto Lara Resende.

Sua trajetória, conforme relatado pela própria escritora, foi moldada por sua determinação e inconformidade com a desigualdade social. Vinda de uma família numerosa, sendo a segunda de dez irmãos, ela equilibrava seus estudos com o trabalho de lavar e entregar roupas. Conceição foi a primeira em sua família a conquistar um diploma universitário e hoje possui um doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense.

Evaristo pertence à linhagem de pensadoras negras acadêmicas e não acadêmicas, ao seu lado caminham as trajetórias de Esperança Garcia, Maria Firmina, Laudelina, bell hooks, Maya Angelou, Audre Lorde, Toni Morrison, Nina Simone – essas últimas, mulheres não acadêmicas e em quem a própria autora diz se inspirar. Mulheres negras que descolonizam o conhecimento a partir do espaço-tempo da existência de ser um corpo negro.

A escrita de Conceição Evaristo reflete intensamente sua própria jornada. Ela introduziu o conceito de “escrevivência” para descrever sua literatura, profundamente envolvida com a experiência da mulher negra em uma sociedade onde o preconceito é uma realidade marcante. Assim, a literatura se tornou uma forma de libertação para a autora. Representou a chance de registrar as injustiças, dores e silêncios que, de outra forma, seriam invisíveis, especialmente para aqueles que não têm suas vozes ouvidas.

Em suas palavras, escrevivência é um processo criativo que nasce de dentro. Que não foi criado do nada, e, sim, de uma vivência, de uma experiência, de uma condição, de uma memória ancestral, de uma memória histórica.

Como método conceitual, a escrevivência permite que nós, pessoas negras, compartilhemos nossas histórias e perspectivas únicas, revelando as complexidades e as profundezas de nossas experiências. É um fenômeno diaspórico de narrativa e descolonização da academia por meio da escrita. É um conceito de identidade afro-brasileira.

Nesse sentido, trazer a escrevivência de Conceição Evaristo como forma metodológica de pesquisa significa adentrar em um movimento de resistência próprio e que se propõe tensionar os discursos tidos como universais e válidos.

Como a autora preceitua (2005, p.6), essa é a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido. Através da escrevivência enquanto mulher negra, tem-se as experiências de quem utiliza a linguagem escrita não apenas para relatar os resultados da pesquisa, mas também como um instrumento de autoexpressão e de identidade. Assim, conforme proposto, penso através de um conceito que se baseia na intersecção entre escrita e vivência, reconhecendo a importância de dar voz aos sujeitos negros e suas experiências.

A escrevivência, para além de um método de pesquisa, é uma força potencializadora das nossas vozes e existências. É revolucionária e humanizadora. Através dela tem-se o reconhecimento de que, embora sejamos diferentes, que tenhamos experiências e avaliações sobre essas experiências por vezes distintas, o que nos une vai além disso. Nossas experiências não são particulares, são históricas.

A escrevivência provoca uma escrita transmutada em denúncia, incomoda e expõe aos da casa-grande as dores e violências que nos tem feito. Através da escrevivência podemos reivindicar o resgate a nossa humanidade: nós existimos, sentimos, sofremos. Nós queremos mais, para nós e nossas filhas.

Nas escrevivências aqui trazidas haverá o reconhecimento das nossas vivências. Reconhecemos nossas mães, irmãs, avós. Reconhecemos o futuro das nossas filhas e sobrinhas e isso nos acenderá não só o medo, mas a força matrigestora de quem não as quer ver passar por isso.

Lembraremos das vezes em que o racismo nos atravessou de maneiras distintas, dores que julgamos esquecidas podem ser trazidas à tona. As escrevivências possibilitam também esse espaço. Espaço de culpa-dor-cura. O reconhecimento na escrevivência da outra nos leva a um espaço onde podemos nos humanizar novamente, possibilita viver e vencer a dor. Se nosso adoecimento vem pelo silenciamento que nos é imposto, nossa cura virá pela escrita, falada, compartilhada e vivida.

Trago para o centro do debate questões subjetivas, experiências pessoais e vozes marginalizadas. Por essa razão, tem-se a escolha de uma dissertação inteiramente em primeira pessoa. Consubstanciada em Patricia Hill Collins, Winnie Bueno, e tantas intelectuais negras que reconhecem a importância de tomar para si a escrita, acredito que ao escrever em primeira pessoa, nós, pesquisadores negros, afirmamos nossas subjetividades e reafirmamos nossas existências enquanto sujeitos pensantes de nossas próprias narrativas.

Escrever em primeira pessoa também é uma forma de reverter a invisibilidade e o apagamento histórico sofrido pelos negros na literatura e nos discursos acadêmicos.

É um desafio contra hegemônico às narrativas dominantes uma vez que a produção de conhecimento no campo das ciências sociais e humanas tem sido marcada por uma tendência histórica de privilegiar perspectivas hegemônicas e universalizantes, muitas vezes negligenciando as vozes e as experiências daqueles que se encontram à margem. Mas, como definiu bell hooks em um dos seus discursos “a academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado”.

Portanto, “a essência do conceito de escrevivência para esta pesquisa está na relação que essa escrita tem com a trajetória socioespacial de quem a escreve, não se trata da forma como se escreve, e sim sobre o que se escreve, de onde escreve e para quem se escreve. (Rodrigues, 2020, p. 12)

Até porque, essa é uma escrita sobre nós, sobre as potencialidades do compartilhamento de vivências e estratégias de resistência das nossas trajetórias. Se bell hooks, (1981), discute contra a ideia de que nascemos para sermos subservientes, enfatizamos a importância de reconhecer e desafiar os estereótipos e expectativas prejudiciais impostas às mulheres negras, destacando a necessidade de autodeterminação e liberdade.

Assim, é importante destacar que contei com a contribuição de duas parceiras de pesquisa que, na verdade, são muito mais que isso. São aqueles encontros que aquecem a alma e trazem afeto em cada compartilhamento de vivência e dororidade. (Piedade, 2019). Partilhar trajetórias e dores com outras duas mulheres negras que aceitaram o desafio de se colocarem em campo junto a mim, mesmo não sendo do mestrado, ainda, reforçou não só os laços que nos unem, mas as antepassadas que fizeram do nosso encontro algo ancestral.

“Amizade” parece muito pouco para definir as potencialidades das nossas construções de existência. Colocamos a produção do saber como algo coletivo e que, de tão silenciado, agora grita por figurar nessas páginas de manifestações das nossas escrevivências.

Compartilhei o campo de pesquisa com Ana Clara Alves, mulher negra de 27 anos, 1,75m de altura, 82 kg. Cabelos trançados longos e castanhos, rosto oval, usa óculos, olhos pretos arredondados e possui o nariz largo; e com Mayara Heloíse Cavalcanti, mulher negra, 28 anos de idade, 60kg cabelos longos e lisos pretos, rosto magro, usa óculos, olhos pretos grandes e um pouco puxados. Ambas mulheres negras advogadas.

Se o trauma do racismo é social e não individual, compartilharemos a partir de agora os nossos corpos negros em campo.

## 4.2 NOSSOS CORPOS NEGROS EM CAMPO: ESSE ESPAÇO É NOSSO?

Como destacado, um dos objetivos desta pesquisa é deixar claro o não afastamento das minhas experiências pessoais da produção do conhecimento e, conseqüentemente, que as minhas vivências e experiências façam parte da construção do que aqui se lê. Logo, tendo explicado que o meu campo se baseia em entender como opera o controle sobre os corpos negros femininos a partir das forças de vigilância e os lugares que produzem vigilantismo, assim nos inserimos em campo.

Examinarei o controle dos corpos negros através das malhas e forças de vigilância responsáveis pela perseguição, discriminação explícita e implícita e infinitas histórias de constrangimento, infundada suspeita, dor e racismo. Mas, também, buscarei demonstrar como nossa cultura punitivista obriga pessoas e comunidades a vigiarem as existências negras em espaços públicos.

Para tanto, essa pesquisa de campo foi realizada em diferentes espaços urbanos onde as malhas de vigilância estão presentes de forma expressiva. Através da abordagem do método escolhido, foi possível vivenciar e registrar experiências pessoais, bem como observar e interagir com os sujeitos envolvidos nesse cenário. O objetivo principal era compreender como as malhas de vigilância operam e reagem especificamente em relação aos corpos negros, levando em consideração a influência do racismo estrutural e das relações de poder.

É importante destacar que fora percebido, previamente, a existência de modalidades formais e informais de vigilância. Nas próximas linhas, algumas delas serão mencionadas. Podemos considerar que as modalidades formais de vigilância são aquelas estabelecidas por instituições e organizações com autoridade legal ou legítima para monitorar e controlar determinados espaços, indivíduos ou grupos. Diversos teóricos, como Michel Foucault e David Lyon, discutem as implicações dessas modalidades, abordando questões de poder, disciplina e controle social, como já foi mencionado. Podemos entender como, por exemplo, sistemas de segurança em prédios, câmeras de vigilância em espaços públicos, monitoramento eletrônico de indivíduos, programas de inteligência governamental e a vigilância exercida pelas autoridades policiais.

As modalidades informais de vigilância referem-se a práticas de monitoramento e controle exercidas por atores não institucionais ou não autorizados. Essas modalidades podem surgir de relações de vizinhança, grupos comunitários ou até mesmo de indivíduos em busca de informações e controle sobre outros. Browne (2015) aborda a vigilância racial como uma

modalidade informal que afeta desproporcionalmente corpos negros. Outros intelectuais, como Lauren Berlant e Gilles Deleuze abordaram as formas de vigilância exercidas pelo próprio indivíduo sobre si mesmo, Berlant especificamente trata das redes sociais e da cultura do compartilhamento, por exemplo.

É importante ressaltar que as modalidades formais e informais de vigilância não são mutuamente exclusivas, mas muitas vezes interagem e se reforçam. As tecnologias digitais, por exemplo, têm possibilitado a convergência dessas modalidades, ampliando as práticas de monitoramento e controle.

Nesse contexto, o *whats app* tem se mostrado uma forma específica de monitoramento e controle. É muito comum que em nossas comunidades tenhamos grupos que tenham como objetivo a segurança do bairro. Meu pai até está em um desses, ele disse que é para observar se vão falar dele passeando na rua sem camisa com o cachorro.

“Vigilantes do Brasil”, “Vigilantes da Rua...”, são nomes bem comuns para intitular a união de pessoas que se auto denominaram vigilantes e que monitoram as comunidades em que estão inseridas. São pessoas comuns que se consideram responsáveis pela manutenção da ordem, mas fora do aparato estatal. Autores como David Garland (2001) e Jonathan Simon (1993) exploram a emergência desses grupos na sociedade contemporânea, influenciados por fatores como o medo do crime e a desconfiança nas instituições de segurança.

Contudo, mais do que isso, são espaços amplos, sem nenhuma regulamentação, regra ou limite, de propagação da ideia de suspeição de corpos unicamente baseados em elementos subjetivos. Tornando-se, dessa forma, um ambiente propício para a propagação de discriminações raciais e de gênero. Em 2015, no Espírito Santo, um grupo de pessoas decidiu patrulhar um bairro de Vitória e “dar surras em ladrões”. *“Não vamos agir com covardia. A intenção é flagrar bandidos, acionar os integrantes do grupo pelo WhatsApp. Vamos dar uma surra bem dada para que eles nunca mais se esqueçam que aqui não é terra sem lei”*, disse um homem de 26 anos que se intitulava porta voz do grupo, de acordo com A Tribuna, jornal com maior vendagem no Espírito Santo. Fica evidente o que Stuart Hall e Michel Foucault discutem acerca de como os discursos são construídos e difundidos, influenciando a percepção e a representação de determinados grupos sociais como ameaças à segurança pública. Esses discursos podem alimentar preconceitos, estigmatização, práticas discriminatórias e um ciclo sem fim de injustiças sistêmicas.

As diversas formas de democratização da segurança pública, com a globalização, principalmente, trouxeram ramificações do vigilantismo e de como esse mecanismo opera. Em

campo, houve a escolha de me inserir sozinha e em grupo em espaços públicos de vigilância e de diferentes maneiras. Para tanto, algumas estratégias e critérios foram adotados:

[a] Minha inserção, com uma vestimenta que performasse um ideal de “pessoa arrumada” e “bem vestida” e, posteriormente, com outra vestimenta que performasse a ideia de roupas simples e comuns para o dia dia, em shoppings, supermercados, lojas de atacado, localizados em diferentes regiões da minha cidade, um em uma zona periférica e outro em uma região de classe média alta;

[b] Inserção minha e das minhas parceiras de pesquisa, com uma vestimenta que performasse um ideal de “pessoas arrumadas” e “bem vestidas” e, posteriormente, com outra vestimenta que performasse a ideia de roupas simples e comuns para o dia dia em shoppings, supermercados, lojas de atacado, localizados em diferentes regiões da minha cidade, um em uma zona periférica e outro em uma região de classe média alta.

No dia 02 de junho de 2023, iniciamos nosso campo em um shopping localizado na região classe média alta de Maceió. Nos consideramos bem vestidas para tanto, eu utilizava uma calça social preta folgada, blusa quadriculada justa, que deixava visível as minhas tatuagens no braço direito, e um tênis branco. Ana Clara utilizava uma calça jeans estilo “boyfriend”, blusa social branca, assim como a cor do seu all star. Usava o cabelo trançado. Mayara Heloise estava vestida com uma calça social rosa, body florido e também tênis branco. Seu cabelo, assim como o meu, estava solto. Estávamos com pouca ou nenhuma maquiagem e utilizávamos bolsas sociais.

A primeira coisa que percebemos foi o olhar do segurança que estava na porta automática da entrada principal do shopping. Era como se ele nunca tivesse visto três mulheres negras juntas naquele ambiente. Destaco que ele era um homem negro.

Nós decidimos ir em lojas específicas, aquelas onde as demais clientes não pareciam em nada como nós. Isso porque, enquanto modalidade informal de vigilância, são os lojistas e vendedores os responsáveis, naquela dinâmica social, pela vigilância, monitoramento e controle das ações dos clientes, visando à prevenção de roubos, garantia da segurança e promoção de um ambiente propício às vendas.

A primeira loja era de utensílios domésticos e decorações para casa. Entramos e vimos todas as vendedoras reunidas e conversando no centro da loja. Passeamos por todas as divisões de ambientes e não fomos atendidas. Recebemos diversos olhares, mas nenhuma delas dirigiu-

se até nós. Decidimos que iríamos ficar até alguma pessoa branca entrar, queríamos saber se seriam atendidas ou não. Ficamos até observarmos que uma mulher branca acompanhada de uma criança entrou na loja e foi atendida em seguida.

Nossa próxima escolha foi um estabelecimento de jóias. A vendedora, uma mulher negra, nos atendeu, realizou perguntas sobre nossos gostos pessoais por anéis e brincos e, após algum tempo de conversa, indicou que olhássemos as jóias que estavam do lado de fora da vitrine. Segundo ela, gostaríamos mais daqueles. Foi engraçado porque na mesma hora suspeitamos do motivo pelo qual ela fez aquela indicação, eram jóias bem mais baratas do que aquelas que estávamos olhando no interior da loja.

Fomos em duas lojas esteticamente parecidas, eram de roupas sociais destinadas a públicos femininos. Em uma delas, repetiu-se a dinâmica ocorrida na primeira loja. Não fomos atendidas. Na outra, uma lojista, negra, dirigiu-se até nós argumentando que poderíamos ficar à vontade. Situação que se repetiu nos próximos dois estabelecimentos, um de roupas íntimas e outro também de roupas femininas.

Após essa primeira experiência, nos sentamos para compartilhar nossas percepções sobre a forma com que nossos corpos foram percebidos naquele ambiente. Destacamos a compreensão de que mesmo bem vestidas, sentíamos os olhares que nos acompanhavam e diziam: *esse lugar não é seu!*

Contudo, mais do que isso, passamos por muitas lojas de forma completamente invisibilizada. Recebíamos uma primeira “conferida” e depois era como se não existíssemos. Era como se pensassem “certo, vocês estão arrumadas o suficiente para considerarmos que não furtariam nada da loja, mas ainda não é o suficiente para que sejam vistas como mulheres que podem comprar o que vendemos”.

Fora exatamente essa faceta da crueldade dos sistemas contemporâneos de vigilância que destaquei nos tópicos anteriores. Não foi o racismo explícito e a hiper observação de perto que demonstraram que, de alguma forma, estava-se exercendo um controle sobre nossos corpos e quem nós somos. Mas, sim, a capacidade de deixar claro que esses lugares não são para nós, com uma única resposta: o silêncio. Nos tratando como invisíveis.

Em outra oportunidade, mas, dessa vez sozinha, fiz o contraponto. Realizei a análise de campo em outro shopping, dessa vez em uma zona periférica da cidade. Utilizando as mesmas roupas e com a estratégia de ir em lojas parecidas, percebi que as coisas mudaram um pouco. Me senti percebida, notada. Fui atendida, na maioria delas com gentileza.

Mas uma situação merece destaque porque já aconteceu antes e na mesma loja, inclusive. Certa vez, nessa loja de cosméticos e maquiagem, estava com a bolsa aberta para

conferir o tom da base que iria comprar com a que eu já usava e, em um deslize na estratégia de “nunca abrir a bolsa despreocupadamente em estabelecimentos públicos”, tive um segurança atrás de mim durante todo o momento que fiquei na loja.

Desde então evito essa loja. Mas nesse dia resolvi repetir as minhas ações e, com nenhuma surpresa, uma hipervigilância se fez presente em cada passo que eu dei dentro da loja. Destaquei que a primeira coisa que pensei foi “dessa vez eu estou até bem arrumada!”.

A roupa, uma das mais importantes linguagens não verbais em um corpo social, na maioria das vezes para nós, mulheres negras, vai muito além da estética. É uma estratégia de sobrevivência. Quantos chinelos, calças jeans rasgadas, “roupas cyclone” nós deixamos de lado por sermos negras? A experiência desse dia lembrou-me de quando estava me preparando para viajar até Brasília para participar de uma Formação em Direitos Humanos e Advocacy, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento de Direitos Humanos e em parceria com a UNESCO. Quando contei em casa sobre essa oportunidade, ficamos todos muito felizes. Mas a primeira coisa que minha mãe disse, após a euforia da novidade, foi: *você precisa pensar bem nas roupas que vai levar e vestir!*

Minha mãe, uma mulher branca, compreende, desde a infância, o peso da vestimenta nas filhas negras como uma forma de evitar racismos.

E eu precisava mesmo, pensei. Era Brasília. Unesco. Que oportunidade! Tenho que estar bem vestida. Era como se isso fosse uma garantia de que seria bem tratada ou levada a sério. Não é adoeedor que essa tenha sido a primeira coisa que pensamos diante de uma oportunidade tão enriquecedora de aprendizado?

Não é adoeedor imaginar o peso que isso tem na estética de mulheres negras? Na identidade?

bell hooks (1981) já alertava que a ênfase excessiva na aparência pode desviar o foco da luta contra o racismo estrutural, tornando-se uma forma de adaptação às expectativas brancas e perpetuando a ideia de que a aceitação está condicionada ao cumprimento de padrões estéticos eurocêtricos.

Nessa mesma viagem a Brasília, aguardava o voo de volta a Maceió em um shopping bem localizado na região. Estava bem vestida - assim como minha mãe pediu - tinha levado a mala para esperar quando percebemos o segurança de uma das lojas em que entramos nos acompanhando pelos corredores. Quando saímos, registrei que ele falava ao rádio e, logo em seguida, quando já estávamos longe da loja, percebemos outro segurança nos acompanhando um pouco de longe.

Não disse à minha mãe que uma boa roupa não impediu que isso acontecesse.

Durante pouco mais de 04 meses registrei os atravessamentos do racismo nesses espaços. Seja sozinha, em grupo, acompanhada de pessoas brancas, diversas foram as maneiras com que a vigilância se fez presente. Desde supermercado, restaurantes, shoppings ou lojas pude perceber a vigilância realizada pelos atores informais - sejam eles seguranças ou vendedores - e como esse controle é exercido de maneira racializada e influenciado por diversos fatores externos.

No conhecido “Julho das Pretas” após um evento, eu e alguns amigos fomos a um restaurante para comemorarmos. Chegamos em carros e momentos separados, meu grupo foi um dos últimos a chegar e, assim que entramos no restaurante o segurança que estava na porta, também um homem negro, olhou nossas roupas - estávamos naquele dia com a vestimenta e cabelos performando a estética africana em razão do evento específico - e disse: “O garçom já vai encaminhar vocês para a mesa dos negros”.

Ficamos surpresos com a frase e no mesmo momento fomos encaminhados até onde nossos amigos já estavam. Questionamos a eles se tinham ouvido a mesma coisa e disseram que “a mesa dos negros” - até em tom de brincadeira - foi como chamaram o local em que nos encaminharam para ficarmos. Era uma mesa mais afastada, colada com a parede do restaurante e de frente para uma das saídas onde outros seguranças estavam na porta.

“A mesa dos negros” era para aqueles que os seguranças identificaram pelas roupas que estavam todos juntos - naquele momento a estética mostrou que pessoas negras vestidas assim só poderiam estar juntas e onde nenhum branco estaria - era aquela onde existia um total controle e vigilância das nossas ações - afinal, estávamos afastados, longe de outras mesas, mas possuíam uma boa visão do nosso grupo.

Em outra ocasião, fomos a um churrasco no condomínio de um amigo. Os convidados eram pessoas negras e também brancas e o porteiro do condomínio, que estava ali exercendo a segurança de quem entrava ou não, só ligava para confirmar o convite com o dono da residência quando éramos nós, pessoas negras, que estávamos querendo entrar.

Nessa ocasião em específico registrei ter notado que o porteiro era negro e que foi extremamente gentil conosco. Talvez ele sequer tenha percebido a diferença de tratamento que deu a nós, pessoas negras, e ao restante dos convidados brancos. Talvez ele só tenha nos olhado, se identificado, e percebido o quanto nossos corpos não são vistos nos condomínios localizados nos bairros mais nobres da cidade.

Tanto na ida ao restaurante quanto nessa última ocasião, não tinha a intenção de registrar um diário de campo e também não me preparei para estar atenta aos detalhes e

expressar as marcas da vigilância nos discursos ditos e não ditos. Acontece que pessoas negras não possuem a escolha de decidir qual dia vão ou não sofrer racismo.

Como mencionei na introdução da dissertação, sou advogada e estou, até o momento desta escrita, como Vice Presidente da Comissão Permanente de Promoção da Igualdade Racial. É um cargo voluntário, doloroso de se exercer até, porque estamos diante de uma instituição branca, classista e de difícil acesso ou ascensão profissional, mas recompensador no que se refere ao quilombo que criamos enquanto advocacia negra. Nas semanas que antecederam o término desta escrita, eu e mais três advogadas negras escrevemos e publicamos um artigo em homenagem a Esperança Garcia - mulher negra escravizada e reconhecida em 2022, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, como a primeira advogada do país - e fomos convidadas para o lançamento do livro em Belo Horizonte. Na ocasião, o aeroporto possuía uma Sala de Apoio da OAB destinada à advocacia e nós decidimos que lá ficaríamos por alguns minutos para descansarmos.

Na porta dessa sala, uma mulher branca, que não era advogada, exercia o controle de quem entrava e explicava os privilégios que se teria lá dentro. Na nossa vez, nos identificamos como advogadas, ela nos olhou de cima a baixo e pediu a nossa carteira da OAB. Até então achávamos que era um procedimento padrão, até outra mulher, também branca, que ficava ali na entrada da Sala de Apoio chegar e perguntar: *“nós estamos agora pedindo as carteirinhas na entrada?”*.

*“Sim, estamos pedindo de todo mundo que vai entrar”*, foi a resposta desconcertada e apressada ao mesmo tempo em que abria a porta e nos deixava passar.

Ela não estava pedindo a carteira da OAB para comprovar a advocacia de todo mundo, percebemos. Apenas a nossa.

Foram vendedores que não nos atenderam, seguranças nos acompanhando com os olhos, comentários do tipo *“ah, mas essa é a parte mais cara da loja, vou mostrar os produtos em promoção”*, mudança de corredor quando passávamos em grupo, principalmente em ocasiões onde nossas tranças, vestimentas com símbolos africanos ou turbantes, chamavam a atenção. Ao longo dos próximos meses passei, individualmente, e em grupo por diversas situações de racismo, seja de clientes em lojas nos confundindo com vendedoras e exigindo que pegássemos tal produto ou nos perguntando o preço de roupas, por exemplo. A única coisa em comum que tínhamos com os vendedores era a cor da pele.

Destaco agora alguns diálogos que consegui ter com vendedoras e alguns seguranças. Ambos os grupos não quiseram suas identificações na construção dessa pesquisa, mas concordaram em ajudar com os seus relatos.

Voltei naquela loja em que a vendedora sugeriu as jóias em promoção. Ela, uma mulher negra que aqui vamos chamar de Célia, não me reconheceu quando falei que havia passado por lá há algum tempo e gostaria de saber se ainda tinham jóias em promoção. Célia disse que a promoção acabou, mas que conseguiria fazer um bom desconto, perguntei se seria realmente um *bom* desconto, pois sabia que era uma loja cara. Nesse momento ela deu uma risadinha e disse: *algumas coisas são bem os olhos da cara mesmo, mas vamos ver uma peça que você goste e podemos parcelar?* Perguntei o nome dela, falei o meu e mencionei que estava só iria “olhar” as jóias então.

A partir de então me identifiquei como pesquisadora e falei a intenção de saber as percepções dela com relação aos clientes, não falei logo de início do marcador raça, até porque não sabia como ela se identificava, mas disse que gostaria de saber, se não fosse incomodar o horário dela de trabalho, sobre como é exercer a profissão de vendedora, se ela se sente realizada profissionalmente, se é difícil lidar com o público, entre outras coisas.

Celia ia falando enquanto me mostrava anéis e aqui vou registrar algumas das frases que ela disse: *ah é bom, ne? Dá pra gente manter a casa, sou eu e mais duas meninas em casa, então é um dinheiro bom [...] as meninas estudam sim, em escola pública porque não dá para pagar o colégio particular das duas, ne? [...] tem cliente como você que dá uma olhadinha e depois vai embora e tem aquelas que a gente acha que vai comprar, ne?*

Aqui eu perguntei como ela sabia qual cliente iria comprar e qual não ia.

*Ah chegam num salto ne, a gente vê que já usam muitas jóias também [...] maquiagem no rosto bem bonita, roupa chique.* Ela riu e interpretei uma mistura de vergonha e timidez, talvez. Perguntei se ela achava que eu tinha cara de que iria comprar. Ela riu de novo. *Eu penso assim que talvez não, mas eu tenho que atender a senhora também porque a senhora pode querer comprar [...] acho que talvez não porque não tem muita joia, ne?*

Também rindo perguntei, enquanto ela me mostrava uma pulseira agora, se eu estava usando uma roupa chique. *“Né muito chique não, mas eu achei bonita.* Era uma calça jeans, uma blusa preta de alcinha e sandália.

Iniciei o assunto desta pesquisa com calma, perguntei se ela atendia muitos clientes negros e ela disse que sim. Célia respondeu: *Entra tanta gente aqui que eu nem sei, mas acho que sim, ne? Tem uma cliente que é dona desses negócios de rede social, eu até sigo ela, e ela é assim como você, só muda o cabelinho que o cabelo dela é mais levantado assim [...] né cacheado não, como é o nome que diz? meio crespo, sei lá [...]*

*[...] eu teria que puxar na memória pra saber, mas assim por alto acho que vem mais gente branquinha.*

Nosso diálogo foi interrompido por outros clientes que entraram e Célia precisou atendê-los, então decidi que ia observar e esperar. Não notei nenhuma diferença no tratamento que ela deu a mim ao que deu ao casal branco que havia entrado, eles também não se demoraram na loja, perguntaram algo e depois saíram.

Em seguida questionei se tudo bem eu perguntar mais algumas coisas para minha pesquisa, ela concordou então questionei se ela achava que as pessoas brancas compravam mais na loja do que as pessoas negras. Célia foi bem curta aqui e só disse que não sabia. Mudei um pouco de assunto porque talvez tenha deixado desconfortável então perguntei das filhas dela e ela me respondeu algo que talvez eu nunca vá esquecer: *Uma vez eu trouxe ela e pedi pra me esperar na praça lá em cima*, disse se referindo a praça de alimentação no piso superior, *e depois ela voltou pra cá e quis ver o anel do ABC, mas aí eu disse que não dava, ne? É muito caro essas coisas do ABC [...] só quem tem dinheiro sobrando compra mesmo e fui depois com ela no Centro comprar, ia ficar preto logo, mas dava até o dia da formatura. Eu ia ter que deixar o meu salário aqui pra pagar, ne? Nem deixei ela provar porque se não ela não ia querer tirar e eu ia achar ruim não poder pagar, ne?*

Ela riu nessa última parte e perguntei como ela se sentia sabendo que uma jóia custava mais do que o salário dela. *Ah normal ne? Jóia bonita, cara. [...] a do Centro também é joia mas de bijuteria, mais em conta. Se fosse mais barata também não sei se eu ia comprar porque aí eu poderia comprar duas no centro pelo mesmo valor.*

Falei rapidamente que eu me achava uma cliente legal porque querendo só olhar eu não fazia a vendedora perder o tempo me mostrando tudo e ela disse: *às vezes eu espero pra ver se mostro as coisas porque talvez é melhor só ver na vitrine mesmo. Se gostar dos preços e quiser saber mais aí abro e mostro.*

Perguntei se ela achava que pessoas negras gostam mais dos preços do que pessoas brancas e ela disse que não sabia. *Mas eu acho que se for uma pessoa que ganhe salário mínimo não vai gostar muito porque não vai poder comprar, ne? Pode ser branco, preto, índio, é caro. [...] Eu não vou saber dizer, só acho que um salário mínimo não dá pra comprar. [...] às vezes dá pra saber que a pessoa chega e só quer saber o preço pra vê se tem como comprar ou não, porque chega e pergunta assim de longe, nem entra e vai embora dali mesmo.*

Obviamente que eu passaria a tarde toda conversando com a Célia, mas quando outros clientes entraram eu observei mais um tempo o atendimento - o que foi até rápido - mas me despedi agradecendo e pedindo desculpas por fazer ela perder tempo. Célia disse que eu poderia voltar sempre, que não era para colocar o nome dela na pesquisa, mas que gostou de ajudar.

Tantas coisas me chamaram atenção nesse diálogo! Primeiro, ela em nenhum momento disse que era negra ou mencionou o próprio cabelo que era cacheado. Célia, que ali, naquela loja, exerce um controle de vigilância em selecionar quais clientes serão bem atendidos e quais não, sequer percebia que tinha esse poder. Para ela, todo mundo tinha que ser bem atendido, mas mesmo assim sabia que os mais “pobres” não comprariam. Célia sabia que aqueles que não usavam jóias, não estavam de roupas chiques, salto, ou não usavam muita maquiagem não iam ter condições de comprar na loja assim como ela não teve para comprar o anel do ABC da sua filha e assim como eu não tive também.

Célia exercia o controle de decidir para quais clientes ela iria mostrar as jóias e ela não mostrou a mim da primeira vez que sugeri que eu iria gostar mais das jóias da vitrine e também não fez isso da segunda vez. Isso acontecia independente do tratamento que daria aos clientes e se relacionava apenas com o cliente “gostar do preço”. O que Célia talvez não consiga racializar é que em um país onde a hora de trabalho de uma pessoa negra vale 40,2% a menos do que a de uma branca, segundo o IBGE, e onde impera a desigualdade salarial, a maioria das pessoas negras não irão gostar daquele preço. Ela também não deixaria o salário dela na loja para comprar uma jóia e, embora ante a ausência de letramento racial, Célia entende muito bem como a opressão de classe nos atravessa.

Em outro momento conversei com a vendedora de uma loja de utensílios domésticos no shopping localizado em um bairro nobre de Maceió. Ela, uma mulher branca de 24 anos, pouco mais nova que eu, não foi tão solícita quanto Célia, mas nosso diálogo se mostrou bastante útil para essa pesquisa.

Minha abordagem dessa vez foi diferente, pois, ao entrar na loja, sozinha e sem minhas parceiras de pesquisa, percebi que ela me encarou, porém não veio me atender. Como no início dessa pesquisa de campo, percorri alguns corredores e ela continuou no centro da loja apenas observando.

Me dirigi até ela e perguntei se poderia me atender. Ela, que aqui chamaremos de Carla, perguntou *o que poderia fazer para me ajudar*. Falei que gostaria de saber se tinha manta para sofá - eu estava precisando mesmo, confesso - e Carla me mostrou algumas opções.

Carla não se demorou em mostrar-me as opções, pelo contrário, apontou para as cores na prateleira e disse *“temos essas”*. Não falou preço, sequer ofereceu outros modelos, limitou-se a me observar enquanto eu analisava as mantas. Aquilo me incomodou como sempre acontece quando percebo que lojistas nos tratam com má vontade, como se não fôssemos clientes em potencial.

Questionei a Carla o valor da manta, mas sabia que, em uma loja como aquela, custaria um valor bem acima do normalmente encontrado. Ela disse que essa *manta está custando o valor de R\$ 199,00 e acho que não temos um modelo mais barato para você.*

Perguntei o que seria um modelo mais barato para mim então. Carla disse num tom quase de desinteresse, como se estivesse explicando o óbvio: *você viu o preço? Posso ver se parcelo em 6x, mas provavelmente terá juros.*

Controlei a euforia da pesquisadora que tinha encontrado naquele diálogo um importante exemplo do que aqui pesquiso e reprimi a mistura de raiva-frustração-deboche da mulher negra que, naquele momento, sentiu-se diminuída. Sabendo que nosso diálogo estava se encaminhando para o final, perguntei se ela não achava que eu poderia comprar. Ela me respondeu rápido, quase não esperou eu terminar de falar e disse *eu não sei! Você vai poder? Se sim, eu olho as condições de parcelamento. Se não, eu vou te deixar à vontade para olhar as coisas na loja e vou precisar ta' atendendo quem possa chegar.*

Agradei e saí da loja carregando essa mistura de sentimentos, tentando separar as emoções da pesquisadora e da mulher negra e até me esquecendo que, na verdade, eu sou uma Mulher Negra Pesquisadora e aquele diálogo impactou significativamente não só essa pesquisa, mas a minha trajetória que, mais uma vez, teve suas capacidades financeiras diminuídas.

Carla exerceu um controle óbvio e que se repetiu ao longo das minhas incursões em campo: o de condenar meu corpo negro a uma pessoa que não tem condições de comprar na loja em que ela trabalhava.

Em outro dia, pedi para minha mãe, uma mulher branca, ir até a mesma loja e perguntar o valor das mantas de sofá para Carla. Creio ser interessante mencionar que, mesmo ela, se sentiu desconfortável em estar naquele ambiente, ela disse que *gente pobre assim eles já veem logo que não vão ter condições de comprar.*

Mas minha mãe não passou pelo controle de Carla. Na verdade, assim que entrou na loja foi atendida por Carla e o diálogo foi bem rápido e tranquilo. Ela perguntou o valor, Carla respondeu, disse que levando duas peças a segunda sairia com desconto e em nenhum momento ofereceu um produto mais barato ou condições de parcelamento.

A branquitude, mesmo pobre, consegue, por vezes, se safar do controle exercido pelas malhas de vigilância. Os olhos que nos condenam enxergam primeiro a cor da nossa pele.

Algum tempo depois realizei uma das entrevistas que considero das mais importantes para essa pesquisa, conversei com o segurança de uma loja de departamento de um shopping localizado na periferia da cidade. Ele, um homem negro de 32 anos, também não quis ser

identificado, mas foi bastante solícito - talvez porque a ponte entre nós foi um amigo querido para ambos - mas em todo diálogo a questão raça/cor foi evitada por ele. Irei chamá-lo de Paulo.

Minhas indagações iniciais se centraram no exercício da sua profissão enquanto vigilante, as dificuldades que enfrentava e o que ele achava mais difícil de lidar: *Fiscal de loja tem que ser vigilante mesmo, a gente é treinado para lidar com as situações. Uma vez eu tive que pedir para abrir a bolsa mesmo, comportamento estranho de olhar muito, ficar olhando pra ver se tinha câmera virada para ela [...] A gente trabalha para evitar que roube algo e temos que ser muito cautelosos mesmo porque hoje em dia tudo é racismo, homofobia...*

Surpresa por ele ter entrado no assunto “tive que pedir para abrir a bolsa” sem eu sequer ter mencionado ainda, deixei que ele continuasse a falar e não interrompi o desenrolar do seu raciocínio.

*Eu tento resolver pedindo pra abrir a bolsa, conversando e se necessário a gente recorre para outros meios. É o que a gente aprende. E olhe que é um trabalho difícil porque se tudo é racismo e violência, então a gente não pode reagir a nada. Fica difícil fazer o nosso trabalho. A gente tem que resolver a situação de qualquer jeito aí quando vê saí no jornal dizendo que foi racista, depois ficam xingando na internet. E se não fizer ficam dizendo “tá vendo ele ficou parado e não fez nada, deixou passar”.*

Perguntei como ele identificava se uma pessoa estava com um comportamento estranho e Paulo respondeu: *A gente sabe, ne? Se entra na loja e não vai comprar nada, fica só zanzando, andando muito perto das coisas, bolsa grande...*

Percebi um certo cuidado na fala, então tentei provocar um pouco questionando se todo mundo que faz isso ele pede para abrir a bolsa ou ele observa mais algum detalhe.

*Olhe, tem os maus elementos, a gente sabe. Tem aqueles do rolezinho. Que chegam lá cheio de marra, é vagabundo a gente tem que tomar cuidado. Como eu disse o nosso trabalho é prevenir.*

Falei que eu não conseguia afirmar, só olhando, quem era vagabundo ou não, que achava difícil.

*A gente é treinado para isso, então a gente sabe. Faz parte do nosso curso, do dia a dia. O que eu digo é pra trabalhar na área de segurança tem que se preparar bem.*

Mostrei para ele o vídeo de João Alberto sendo agredido e morto no Carrefour e perguntei a opinião dele. Paulo respondeu: *Eu acho que vi esse vídeo. Não tenho como dizer se foi correto ou errado porque eu não sei o que esse cara falou para os seguranças. Mas a minha visão é: um ser humano morreu após desentendimento com segurança. Essa tinha que ser a*

*manchete da notícia na tv. Se fosse um homem branco que tivesse dito algo ruim seria ser humano do mesmo jeito, não seria?*

Questionei se ele achava que a abordagem em si tinha sido exagerada, se não dava para fazer no diálogo como ele próprio disse que fazia.

*Talvez eles tenham tentado o diálogo antes porque o vídeo é de fora. Mas pode não ter surtido efeito e infelizmente ele veio a morrer. Mas olhe aí, tá vendo? Já pintam o segurança como errado.*

Perguntei se, em caso de ser um mau elemento, o que ele reconhece logo em razão do treinamento, a abordagem estaria correta. *Se for mau elemento a gente pode dizer que teve o que merecia, porque aqui se faz e aqui se paga. Poderia ter ido para a cadeia, mas seria solto logo e iria roubar outra loja, depois mataria um pai de família.*

Falei que ainda tinha dúvidas sobre o que seria um mau elemento e que meu receio era justamente acabar errando nessa constatação e pedindo para uma pessoa inocente abrir a bolsa, ou até sofrendo alguma violência e indo preso. Ele disse que *dá pra saber quando é mau elemento porque você vê logo: não quer comprar, quer bagunça. Uma pessoa que não vai roubar nada, vai entrar numa boa, não vai querer confusão. E outra, quem não deve, não teme. Só abrir a bolsa, mostrar e pronto. Mas se não quer abrir a bolsa, fica falando que nem maloqueiro, andando que nem maloqueiro, tem coisa aí.*

O que seria falar como maloqueiro e andar como maloqueiro? Foi o que perguntei.

*Se eu tô falando com você e você fica “vei, num sei o que vei”, “fique de boa, tio”, ou anda com aquelas correntes no pescoço, boné, é coisa de maloqueiro. Filho meu não usaria isso porque tem educação em casa e isso tem que ter porque depois quem sofre para corrigir é o pessoal de fora. Tem que corrigir em casa. Evitaria tudo isso.*

Quis analisar o marcador de gênero, então perguntei se ele conseguia ter esse olhar apurado para as mulheres também. Paulo disse que *mulher também fala como maloqueira. Um colega que trabalha no [...] me disse uma vez que pediu para uma menina abrir a bolsa porque uma cliente disse que ‘viu ela’ colocando um relógio dentro e ela fez logo barraco, pra mim quem não deve, não teme, mas ele disse que ela quis logo aumentar a voz dizendo que era um absurdo e tudo mais. Mas no fim abriu a bolsa e tava lá o relógio.*

Já me encaminhando para o final, perguntei se ele estava feliz na profissão que tinha, se sentia-se realizado. *99% das pessoas que trabalham na área de segurança ‘vai’ dizer que não tá bom. É um trabalho que deveria ser mais valorizado que nem o de polícia e porque a gente ‘tá’ botando o nosso pra jogo. E eu trabalho em outro lugar, então imagine que fica em*

*pé o tempo todo, às vezes é no sol, não pagam muito bem e ainda dizem que “o fiscal não fez nada”.*

A fala de Paulo é repleta de atravessamentos. Ele, como um homem negro, sabe o que seria supostamente ser um “vagabundo” ou “maloqueiro”. Não acredito que no curso preparatório ele tenha aprendido isso e, sim, na sua existência enquanto um homem negro morador da periferia alagoana.

Paulo educa os filhos para não falarem as gírias comuns da periferia ou para não performarem a estética dos jovens negros que moram nesses bairros porque ele sabe o que é crescer com esse estigma e marginalização. Ele vigia e condena no dia a dia do seu trabalho o que ele tentou não ser a vida inteira: um corpo negro marginalizado.

É importante perceber o quanto ele dissocia o elemento raça. Ignorar o racismo, para um homem negro, também é uma estratégia de sobrevivência. Me perguntei quantas vezes Paulo teve que ignorar situações que aconteceram com ele mesmo, apenas para continuar existindo e isso fica evidente quando ele fala que *“hoje em dia tudo é racismo”*.

Além disso, ao se referir às mulheres, Paulo disse uma palavra muito interessante nessa pesquisa: barraco. É muito comum que aqui no nordeste utilizemos essa expressão para nos referir a quem “faz escândalo em público”, por exemplo. Normalmente somos nós mulheres que levamos o estigma de “barraqueiras”, ou seja, que somos “escandalosas”.

O uso dessa expressão me remeteu as características negativas presentes nos discursos eugenistas e também nos documentos e processos crimes da época, como mencionei no segundo capítulo. Mulheres negras eram consideradas “agentes de desordens” por seus comportamentos “inapropriados” e “expansivos”, se fossemos traduzir essas características para os dias de hoje, com toda certeza o estereótipo de “barraqueira” estaria sendo utilizado.

Outro ponto interessante está na confiança quase que imediata que o amigo de Paulo teve na mulher que avisou sobre o furto do relógio. Aqui eu irei supor que se tratava de uma mulher branca, afinal, porque haveria desconfiança no que diz uma mulher branca? Imediatamente após refletir sobre lembrei de um novo personagem no debate racial nos Estados Unidos, a “Karen”.

Durante os últimos anos, Karen se transformou em um “meme” - expressão amplamente reconhecida no “mundo da internet”, descrevendo o fenômeno em que informações, como vídeos, imagens, frases ou ideias, se propagam rapidamente entre usuários, ganhando grande popularidade - representando uma mulher branca de classe média que exhibe comportamentos típicos de quem usufrui de privilégios e demonstra superioridade em relação aos outros.

No entanto, um aspecto marcante do estereótipo de "Karen" é a forma como usam sua posição de privilégio para prejudicar pessoas não-brancas, como ao fazer denúncias à polícia contra indivíduos negros por questões pequenas ou até mesmo, em vários casos, por infrações que não existem.

Não podemos deixar de questionar quantas “Karen’s” no Brasil foram responsáveis por falsas denúncias de furto ou roubo contra pessoas negras, apenas por também se considerarem parte de um mecanismo social que as autoriza a nos vigiar e condenar.

O discurso de Paulo inferioriza não só a estética negra, mas criminaliza a pobreza e o coloca em uma posição contrária à sua própria comunidade. Ao decidir, consciente disso ou não, se afastar da percepção de ser um homem negro, ele escolhe querer o reconhecimento tal qual a polícia, o coloca na posição defensiva de proteção do que ele vê como os seus: os seguranças, os que vigiam.

O diálogo com Paulo foi bastante doloroso. Ao mesmo tempo em que sentia o descontentamento e a angústia por saber que vigilantes como ele são responsáveis pelo estigma que nossos corpos carregam, pelo constrangimento e humilhação em locais públicos e pela violência que nos atravessa diariamente nesses espaços, também me preocupava a sua não percepção sobre si, as dores do racismo que deve ter carregado a vida inteira.

#### 4.3 ESCREVIVÊNCIAS DE CORPOS NEGROS EM CONSTANTE VIGILÂNCIA

*Maria*

*Maria estava parada há mais de meia hora no ponto do ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Serás que os meninos iriam gostar de melão?*

*A palma de uma de suas mãos doía. Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca a laser corta até a vida!*

*Quando o ônibus apontou lá na esquina, Maria abaixou o corpo, pegando a sacola que estava no chão entre as suas pernas. O ônibus não estava cheio, havia lugares. Ela poderia descansar um pouco, cochilar até a hora da descida. Ao entrar, um homem levantou lá de trás, do último banco, fazendo um sinal para o trocador. Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem. Quanto tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem sentou-se a seu lado. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco. Dos primeiros enjoos. Da barriga enorme que todos diziam gêmeos, e da alegria dele. Que bom! Nasceu! Era um menino! E haveria de se tornar um homem. Maria viu, sem olhar, que era o pai de seu filho. Ele continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado não se fixando em nada e em ninguém.*

*Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de uma outra forma? Por que não podiam ser felizes? E o menino, Maria? Como vai o menino? cochichou o homem. Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade! Tou sozinho!*

*Não arrumei, não quis mais ninguém. Você já teve outros... outros filhos? A mulher baixou os olhos como que pedindo perdão. É. Ela teve mais dois filhos, mas não tinha ninguém também. Ficava, apenas de vez em quando, com um ou outro homem. Era tão difícil ficar sozinha! E dessas deitadas repentinas, loucas, surgiram os dois filhos menores. E veja só, homens também! Homens também? Eles haveriam de ter outra vida. Com eles tudo haveria de ser diferente. Maria, não te esqueci! Tá tudo aqui no buraco do peito...*

*O homem falava, mas continuava estático, preso, fixo no banco. Cochichava com Maria as palavras, sem entretanto virar para o lado dela. Ela sabia o que o homem dizia.*

*Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida. Do buraco-saudade no peito dele... Desta vez ele cochichou um pouquinho mais alto. Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: um abraço, um beijo, um carinho no filho. E logo após, levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto. Maria estava com muito medo. Não dos assaltantes. Não da morte. Sim da vida.*

*Tinha três filhos. O mais velho, com onze anos, era filho daquele homem que estava ali na frente com uma arma na mão. O de lá de trás vinha recolhendo tudo. O motorista seguia a viagem. Havia o silêncio de todos no ônibus. Apenas a voz do outro se ouvia pedindo aos passageiros que entregassem tudo rapidamente. O medo da vida em Maria ia aumentando. Meu Deus, como seria a vida dos seus filhos? Era a primeira vez que ela via um assalto no ônibus. Imaginava o terror das pessoas. O comparsa de seu ex-homem passou por ela e não pediu nada. Se fossem outros os assaltantes? Ela teria para dar uma sacola de frutas, um osso de pernil e uma gorjeta de mil cruzeiros.*

*Não tinha relógio algum no braço. Nas mãos nenhum anel ou aliança. Aliás, nas mãos tinha sim! Tinha um profundo corte feito com faca a laser que parecia cortar até a vida. Os assaltantes desceram rápido. Maria olhou saudosa e desesperada para o primeiro. Foi quando uma voz acordou a coragem dos demais. Alguém gritou que aquela puta safada lá da frente conhecia os assaltantes. Maria se assustou. Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai de seu primeiro filho. Conhecia o homem que tinha sido dela e que ela ainda amava tanto. Ouviu uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois. Outra voz vinda lá do fundo do ônibus acrescentou: Calma, gente!*

*Se ela estivesse junto com eles, teria descido também. Alguém argumentou que ela não tinha descido só para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões.*

*Foi a única a não ser assaltada. Mentira, eu não fui e não sei porquê. Maria olhou na direção de onde vinha a voz e viu um rapazinho negro e magro, com feições de menino e que lembravam vagamente o seu filho. A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! O dono da voz levantou e se encaminhou em direção à Maria. A mulher teve medo e raiva.*

*Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!... Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria. O motorista tinha parado o ônibus para defender a passageira: — Calma pessoal! Que loucura é esta? Eu conheço esta mulher de vista. Todos os dias, mais ou menos neste horário, ela toma o ônibus comigo. Está vindo do trabalho, da luta para sustentar os filhos...*

*Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arreventado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iriam gostar de melão? Tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho.*

*(Evaristo, Conceição. 2015)*

As reflexões das idas a campo acionaram vários gatilhos individuais e coletivos, por isso mencionei que seriam páginas de uma escrita de nós. Não são minhas trajetórias, são nossas. Portanto, a proposta dessa dissertação é, além de tudo que já fora exposto, tecemos escrituras coletivas sobre a percepção de nós, mulheres negras, em ambientes privados. Principalmente no que diz respeito à vigilância sentida por nós nesses ambientes e as impressões que temos de como somos vistas por aqueles que exercem esse poder.

Conversei com algumas mulheres negras que se dispuseram a construir relatos de experiência, através da escritura como metodologia, sobre essas percepções individuais e coletivas e como elas refletem na forma com que agimos, sentimos e lidamos com as micro violências diárias que sofremos.

Ressalto, que a intenção não é fazer desses relatos objetos de estudo, mas, sim, um espaço coletivo, seguro, que resguarda o anonimato se necessário, de escrituras que nos falam sobre pluralidade de existências, vulnerabilidades e possibilidades. Construimos um espaço de confiança para que se sentissem confortáveis a se descreverem e se identificarem ou não. Vocês perceberão que muitas delas trouxeram relatos específicos de situações em que se sentiram vigiadas por vendedores ou seguranças, por exemplo, outras irão mais além e abordarão a percepção da vigilância nos espaços familiares, acadêmicos e de trabalho.

As escrituras que trago aqui oferecem atravessamentos de dores e caminhos de sobrevivência e “dá forma a um texto onde se reforça a experiência da mulher negra que fala e vive, transitando pelas margens da cidade e reclamando para si a dignidade de contar as próprias histórias” (Evaristo, 2009, p. 14). As vivências aqui narradas trazem a vulnerabilidade em comum de ser mulher negra, mas, também, a singularidade de histórias de resistência

através de um conceito que se baseia na intersecção entre escrita e vivência, reconhecendo a importância de dar voz aos sujeitos negros e suas experiências. Trago para o centro do debate questões subjetivas, experiências pessoais e vozes marginalizadas.

Luiz Henrique Oliveira destaca que as histórias contadas por Conceição Evaristo vêm de um ponto de vista empático e associado ao cenário das áreas periféricas, especialmente no contexto das mulheres negras. Ele também aponta três elementos fundamentais que constituem essas vivências na escrita - corpo, condição e experiência. Oliveira aduz que:

(...) o primeiro, reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. Lê-se o passado e a tradição contrabandeando-os, saqueando-os. A representação do corpo funciona com o ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. [...] O terceiro, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e persuasão à narrativa (OLIVEIRA, 2009, p.88).

Assim, afirmo que contar as histórias dessas mulheres negras atravessa a minha própria história como mulher negra e pesquisadora, que encontra na escrevivência uma forma de enunciar que essa dissertação é escrita por mulheres negras. Para além de nossas vulnerabilidades, nossas (r)esistências.

#### 4.3.1 KIZYE LINS

*Mulher preta de pele clara, 44 anos, residente no RS, natural de Porto Alegre, mora no litoral norte do RS. O que sinto? Como lido? Como me percebo? Como sinto como os outros me percebem?*

*Me sinto hipervigilante quando saio de casa, principalmente se estou acompanhada e minha família, por ser casada com um homem preto de pele escura e ter um filho de 4 anos preto de pele clara também, mas com o cabelo longo e de dreads, onde preciso estar sempre atenta aos “outros” que quando se aproximam o confundem com menina, chamando pelo pronome feminino. Me sinto “perseguida” o tempo todo, com necessidade de me posicionar corporalmente, me mantendo ereta e com o pescoço erguido. Evito ser simpática, dar sorrisos para estranhos, para não ser confundida com a funcionária do local.*

*Fico exausta toda vez que passo poucas horas na rua. Faço questão de estar sempre trazendo junto a mim, na vestimenta/indumentária, referência de minha negritude, como turbantes, roupas em tecido afro e ilekes de povo de matriz africana. Com isso me sinto apoderada de quem sou, protegida pelo meu bonde ancestral e mostro “ que é melhor não mexer comigo, pois não ando só”.*

*Mas, infelizmente, nem sempre funciona. Mesmo tendo poder aquisitivo, ainda mais acompanhada de minha família, a invisibilidade, nos ambientes que frequentamos, às vezes aparece.*

*No sul, onde a maior parte da população (82%) é branca, e dos 18% negros, a grande maioria é parda (como eu), que infelizmente ainda ocupam espaços de trabalho subalternizados o que se torna comum eu ser confundida como funcionária dos locais.*

*É cansativo.*

*Em espaços embranquecidos, onde me apresento quanto profissional, ouvir frases como “você não é tão negra assim”, “com este turbante, parece estar fantasiada de negra”, é uma constância e pra mim, extremamente violento.*

*Seguimos...*

#### 4.3.2 ANA CLARA

*A minha percepção enquanto mulher negra é de um estado de alerta constante.*

*Espaços embranquecidos e que infelizmente preciso transitar, me deixam em estado de hiper vigilância constante. “Será que estou vestida adequadamente?”*

*”Melhor eu só abrir a bolsa quando sair da loja.”*

*Será que essa pessoa não me viu aqui ou simplesmente ignorou meu corpo nesse espaço e não quis me cumprimentar?*

*Estou vendo uma blitz se aproximando, tudo no meu carro está em dia, mas meu corpo apresenta sinais, ele treme. O medo toma conta.*

*Sair de casa para esses espaços embranquecidos é sair de casa sabendo que o meu corpo será o alvo. Alvo dos olhares de curiosidade como se ele não devesse estar naquele local. Então por que está?. É ter olhares também de repressão, olhares de “como se atreve a estar no mesmo local que eu?”*

*Olhares da polícia e segurança privada, “aquela neguinha aqui não faz sentido nenhum, vamos acompanhar - perseguir- de perto, boa coisa não é.*

*Descobri com base na terapia afrocentrada que grande parte do meu transtorno de ansiedade generalizado é devido a hiper vigilância constante. Não tenho o direito de errar, preciso de defender, preciso entender as entrelinhas do comportamento do branco racista para também me defender. Preciso ser extraordinária no que eu faço, caso contrário, serei demitida. Não posso decepcionar meu país, muito pelo contrário, eu preciso ajudá-los.*

*A construção da autoconfiança, autoestima e autodefesa do corpo da mulher negra em uma sociedade como o Brasil não é nenhum pouco fácil. Confesso que o meu corpo e consciência racial ainda estão em construção. É um sentimento constante que determinados espaços públicos embranquecidos não são para mim. Não me faz bem. Não merecem a minha presença, mas como dito acima, infelizmente preciso estar. E isso adoce a alma, o corpo e o psicológico.*

*Eu enquanto mulher negra não tenho tempo para autocuidado, ou estou trabalhando, cuidando de alguém, estudando, tentando sobreviver mentalmente - o que não é um autocuidado e sim a última opção - isso é triste.*

*Sigo tentando não sucumbir, espero que minhas filhas, netas e demais gerações não precisem passar por 1/4 do que eu passo sendo uma mulher negra, ainda que com privilégios de ter uma casa para morar, ensino superior, um emprego e comida na mesa.*

### 4.3.3 KYVIA PEREIRA

*Antes de tudo, acredito que seja interessante dizer que não me percebi enquanto negra, ou, não me fizeram perceber de alguma forma os olhares diferenciados, até que saí da escola. Estudei minha vida inteira no bairro onde morei (Vergel) e lá nunca vivenciei de qualquer forma questões que dissessem respeito aos fenótipos que carrego. Eu era uma adolescente negra, com cabelos extremamente cacheados, sempre bronzeada (o que me escurecia ainda mais) e um nariz muito característico (nada afilado).*

*Com o tempo, fui modificando o cabelo, peguei menos sol, e passei a tentar copiar determinadas vestimentas para ser melhor aceita (isso desde que me perguntaram qual óleo de cozinha eu usava em meu cabelo cacheado).*

*De lá pra cá as percepções sobre mim mesma foram se alterando. Fiz as pazes com algumas características que me são reais (estou em transição capilar, por exemplo) e isso me trouxe experiências diferenciadas.*

*Enquanto advogada, não foram poucas as vezes que meu corpo (muito embora travestido de tudo que se aproximasse da branquitude) não foi lido enquanto profissional. Já fui informada na porta do presídio, antes mesmo de falar algo, que não era dia de visita. Já me perguntaram em audiência se eu era parente de meus clientes. Já perguntaram a clientes meus, na minha frente, embora “paramentada”, se ele não tinha constituído advogado.*

*Na vida prática, sinto que muda muito a percepção e leitura a depender do lugar onde estou. No meu antigo bairro, circulo por todos os lugares muito à vontade. Tomo a liberdade de usar roupas mais populares, andar de chinelo e deixar os cabelos o mais natural possível.*

*Em shoppings a situação já não é a mesma. Infelizmente existe um preparo anterior para que as coisas corram minimamente bem. Ainda assim, existem as situações corriqueiras, que hoje, na transição capilar, acontecem muito mais do que quando usava os cabelos lisos. É o segurança da loja que tem um pouco mais de atenção. É a vendedora que não dá atenção por achar que não irei consumir. É o caixa que imediatamente me diz em quantas vezes posso dividir a minha compra.*

*Lembro de uma situação específica, há pouco mais de um mês. Precisava comprar uma saia para tirar fotos com meu filho que se formará no ABC. Estava com meus cachos (ou o que já aparece deles rrsrs) soltos, um short jeans e uma camiseta de algodão. Estava apenas com meu celular no bolso, porque não tinha levado carteira e a chave do carro no outro. Parei em uma dessas lojas, tipo galeria, na gruta, porque vi uma roupa interessante. A porta de vidro estava fechada e eu toquei a campainha. Lembro do olhar da moça que estava lá dentro, uma*

*mulher branca, muito produzida quando me viu na porta. Ela abriu a porta e prontamente se colocou numa posição defensiva. Me perguntou o que eu procurava e se sentiu um pouco incomodada ao me ver revirar as araras. Pouco tempo depois, chegou um rapaz, disse que tinha esquecido algo, mas percebi depois que nada mais era que o companheiro dela que estava no andar de cima. Como que para tentar acalmar os ânimos, tirei meu celular do bolso e coloquei no balcão. Incrível como o iphone fez com que a tensão diminuísse bastante, embora não totalmente. Provei o que queria e me dirigi ao caixa para pagar. Quando ela me deu o preço, falei que era pix e ela, com cara de surpresa disse que nesse caso o valor era outro. Só então me foi oferecida água e café que estavam o tempo todo lá a disposição. Saí de lá pensando em como a simples presença de um corpo negro, consegue movimentar olhares de maneiras diversas, ainda mais quando não vestido de forma a parecer ter maiores condições financeiras.*

*Mas de todas essas situações, a que mais me marca até hoje foi quando minha antiga vizinha chamou o síndico para dizer que a babá do meu filho (no caso eu) estava gritando com ele e que a mãe dele deveria ser avisada. Meu filho é muito mais claro que todos nós e para essa vizinha, que tinham mudado a pouco e nos encontrávamos ocasionalmente no elevador, a certeza era de que eu só poderia ser a babá dele. Até porque eu circulo pelo prédio geralmente de vestido, chinelo e cabelo preso (quem vai se produzir pra cuidar de uma criança rsrss).*

*Nisso o síndico me liga, pra perguntar sobre a babá que eu tinha contratado. Me surpreendi com a pergunta e disse que a babá que ele tinha era eu. Então ele riu, acho que não entendeu a profundidade da coisa e me disse que a vizinha foi cautelosa, porque achou que eu era a babá e que estava machucando ele. Me fez ver o quanto zelosa era a atitude dela. Não foi. Sabemos que não, porque nada fazia crer que eu não fosse a mãe dele. É mãe pra lá e pra cá o dia todo, mas ainda assim, na leitura dela, eu era apenas a babá. Como assim eu seria mãe de um “galeguinho” como gostam de chamar.*

## 4.3.4 BRUNA MAIA

*No processo de me reconhecer enquanto mulher negra sempre partiu do incômodo - esse nunca vindo de mim - foi sempre o outro que apontou a minha inadequação. Lembro que na adolescência, estudando em uma escola de classe média-alta, o meu cabelo, meus traços e eu acreditei que eu era um problema. Lembro até hoje da sensação de angústia que sentia ao pentear meu cabelo, era um horror que me acompanha até hoje. Lembro das vezes que na tentativa de manter o cabelo baixo, sem volume, sem frizz, quase uma tentativa de fazer ele morrer e ninguém mais perceber que ele existia.*

*Em uma dessas tentativas, enchi o meu cabelo de creme e pensei que assim ninguém perceberia, porém perceberam. Passei a mão nos cabelos, logo após toquei a mão de uma colega e ela soltou “eca! o que é isso?”, ali eu morri. Eu tinha 13 anos mas já conhecia o racismo. Pensando nesse relato acho que nunca odiei o meu cabelo, fizeram-me odiar.*

*Ah, eu sempre tive buço, o famoso bigode e numa das tentativas de tirar mais aquele problema que me apontavam pedi a minha mãe, uma mulher branca, para descolorir o meu e ela jurou que ninguém ia perceber. Ali era, mais uma das minhas salvaçãoes. Cheguei no colégio feliz e radiante, afinal aquele problema não mais existia. Lembro que na época estava passando a novela do Foguinho e essa conexão foi imediata na cabeça de um dos meus “amigos”. Imediatamente os gritos de “Foguinho, foguinho” ecoaram na minha mente e mais uma vez o racismo venceu.*

*Óbvio que durante esse processo eu não sabia o que era racismo, esse conhecimento só me chegou tardiamente aos 20 e poucos mas não saber não me livrou da inadequação que a minha existência produziu e produz.*

*Na fase adulta, o racismo segue nos acompanhando e nos vigia diariamente, desde uma ida ao supermercado até uma ida ao hospital num momento de dor. Em muitos momentos sair de casa virou uma sequência de mania, de checar documentação, de me arrumar, de andar mais curvada e sempre aquele desejo “espero que hoje eu passe despercebida” e por muitas vezes não passei.*

#### 4.3.5 ELITA MORAIS

*Conclui o curso de Direito na UFAL e, após passar no exame da OAB para exercer advocacia, fui convidada para trabalhar como advogada em um sindicato na UFPR (Universidade Federal do Paraná) na cidade de Curitiba, no Paraná. Foram muitas as dúvidas se eu deveria ir ou não, no entanto, eu tinha acabado me formar e de passar no exame da ordem e estava desempregada, precisando muito trabalhar e a proposta em Curitiba era muito boa então, decidi ir.*

*No entanto, a adaptação na cidade e no trabalho foi difícil e, embora eu tenha encontrado apoio nas amizades que construí ao longo do tempo, me sentia bastante sozinha. Um dia, durante o meu trabalho, acompanhei o sindicato, como representante do jurídico, em uma reunião com trabalhadores em um determinado setor da universidade. Os trabalhadores denunciavam assédio moral por parte da direção deste setor e o sindicato convocou uma reunião. Depois da reunião com os trabalhadores, nos reunimos também com o diretor do setor onde ocorriam as denúncias, esse diretor era o principal acusado pelos trabalhadores de assédio moral. Durante a reunião, fui apresentada como advogada do setor jurídico do sindicato, o diretor me olhou de cima abaixo, me observou por um momento e, se dirigindo a representante do sindicato, perguntou: “essa é a advogada?”. Eu já tinha notado, pelo olhar dele, que havia um incômodo com a minha imagem, com minha presença lá, seja pela pressão que exercemos perante as denúncias de assédio dos trabalhadores, seja por ser eu a advogada.*

*Ele fez essa mesma pergunta pelo menos duas vezes, continuou me encarando, e então a direção do sindicato interveio diretamente. Eu não consegui responder como devia, seja pelo choque por passar por aquela situação que eu claramente reconheci como racismo, seja pelo papel que eu cumpria naquele momento como advogada, não queria perder o controle ou me exaltar e estava preocupada com os trabalhadores do local. Eu estava ainda em um processo longo e difícil de reconhecimento como mulher negra, estava bastante insegura no meu trabalho, completamente sozinha na cidade e não soube o que fazer. Embora houvesse o reconhecimento da situação de racismo naquele episódio e eu tenha recebido apoio, a situação acabou esquecida, como se não tivesse acontecido. No entanto, quase 8 anos depois, eu ainda me lembro bem do que aquilo me causou.*

*Em 2017/2018 (não lembro exatamente o ano agora) eu estava fazendo mestrado em Direito na UFAL depois de retornar para Maceió e fui convidada para fazer uma palestra em um evento organizado por diversos advogados e escritórios e apoiado pela OAB/AL. Falo advogados no masculino porque foi exatamente isso, HOMENS. O evento, como é corriqueiro*

*em eventos jurídicos, tinha como palestrantes majoritariamente homens e isso foi questionado por algumas palestrantes mulheres que, inclusive, se recusaram a participar do evento caso não houvesse mais mulheres como palestrantes. Embora o problema não tenha sido resolvido de um todo, os organizadores tiveram que convidar (ou melhor, foram forçados a convidar) mais mulheres para o espaço, entre essas mulheres estava eu.*

*Eu tinha acabado de escrever um artigo muito bom sobre a temática do aborto no mestrado e resolvi falar sobre esse tema no evento. Embora tenha tomado a decisão de falar sobre esse assunto, fiquei um pouco nervosa porque sei que esse não é um tema simples de se tratar, especialmente na conjuntura política daquele momento e, como eu estava muito próxima de onde o evento iria ocorrer, decidi chegar bem cedo para aproveitar o silêncio do auditório ainda vazio e estudar mais um pouco, então almocei e me dirigi ao centro de convenções, espaço onde aconteceria o evento.*

*Quando cheguei no centro de convenções, me dirigi direto ao auditório onde ocorreria o evento e, assim que entrei no auditório, alguém da organização veio ao meu encontro na entrada e disse: “o chão está molhado, tem uma poça de água, você pode limpar ou chamar alguém para limpar”. Não havia absolutamente nada que me identificasse como alguém da limpeza, e, mesmo tendo outras pessoas no espaço, ele se dirigiu diretamente a única mulher negra no local. Eu respondi a ele que era palestrante do evento e não da equipe de limpeza e ele, muito constrangido, pediu milhares de desculpas, se retirou e evitou me encarar durante todo o evento. Eu percebo que isso é absolutamente normalizado entre pessoas brancas, sempre se dirigiu a uma pessoa negra achando que, necessariamente, ela está ali para servir.*

*Já passei por situações parecidas, inclusive recentemente, em um hotel, onde uma mulher branca, durante o café da manhã, pediu que eu fosse na cozinha buscar algo para ela mesmo não tendo nada que me identificasse como funcionária do hotel e de, assim como ela, eu estar tomando café da manhã. A imagem da mulher negra ainda é associada à imagem da servidão, não importa o status que ela tenha.*

## 4.3.6 ANALICE DE LIMA

*Pensei em várias formas de iniciar esse relato, e além de tudo relembrei de várias situações que poderiam se encaixar nele.*

*Mas duas situações são mais comuns e acontecem desde a minha infância.*

*Costumava passar fins de semana na casa de uma amiga, que morava em outro bairro, e frequentava lugares mais nobres, que eu até tinha acesso com a minha família, mas era conseguia perceber a diferença: eu devia ter 11 ou 12 anos e estava com a irmã da minha amiga era bem mais nova do que eu, e branca, aquele tipo de criança que todo mundo admirava pela beleza, e uma pessoa adulta me perguntou se eu era a babá.*

*Aconteceu outras tantas vezes, mas aquela primeira vez me marcou. Tenho 2 irmãs mais velhas e somos filhas de um casal interracial, eu e a mais velha somos negras como nossa mãe, a do meio é branca como nosso pai. Sou a rede de apoio das minha irmãs e sempre estou com meus sobrinhos. Quando estou com minha sobrinha de 21 anos, que é preta, as pessoas acham que é minha filha.*

*Quando estou com meus sobrinhos brancos as pessoas perguntam: quem são esses?*

*Quando digo que são meus sobrinhos, filhos da minha irmã perguntam se eles se parecem com o pai. Mas não, meu cunhado não é branco. Sempre acham que meu parentesco é com ele.*

*Então, sempre que estou em público com meus sobrinhos, me pego fazendo questão que saibam que não sou a babá.*

*Uma outra situação tem a ver com a aparência física: sempre que ia à faculdade via minhas colegas brancas de chinelo e shorts e não me permitia me vestir assim: tinha que estar mais arrumada para ser levada a sério, conselho que sempre dou a minha sobrinha. Faço questão de estar sempre mais arrumada. Nas lojas, não gosto de pegar coisas pequenas, e não fico mexendo na bolsa. Se percebo que o segurança está andando perto de mim, me movimento menos.*

#### 4.3.7 JULIANE VERISSIMO

*Há quase 1 ano, me ofereci para acompanhar uma pessoa da família do meu companheiro num exame, eu demorei um pouco para chegar ao local, e a pessoa perguntou ao atendente se havia chegado uma “moça moreninha” à procura dela. Para mim que sou morena clara, assim como a maioria esmagadora da população alagoana, usar o termo moreninha para identificar alguém não me parece ajudar muito, uso óculos e tenho cabelo liso, considero que isso me identifica muito mais que a minha pele, naquela situação. Ela fez questão de me contar como falou com o atendente e assim fiquei sabendo da história. Em casa, refleti sobre isso e me dei conta de como aquele episódio se conectava com outros já vividos por mim naquela família:*

*Rememorando esses meus contatos com eles, percebi que tudo começa quando o contato começa, lá em 2005, quando fui apresentada à família, ainda na condição de namorada. Lembro que eles trataram logo de me encaixar no estereótipo indígena, na época me senti envaidecida, mas em nenhum momento associei isso ao fato de que eles precisavam me dizer que eu era diferente deles (que são brancos e de cabelos loiros - naturalmente ou artificialmente). Eu fazia faculdade e logo logo seria uma recém formada, pronta para dar aula de Sociologia, eles moram no interior, havia chances de conseguir as horas de estágio numa escola de lá, mas eu nunca consegui.*

*Antes eu pensava que era a minha timidez que me afastava da conexão com eles, além do fato de não ser uma pessoa "exibida", eu achava que não tinha o crédito merecido, por não me vestir com roupas da moda, ou ter a necessidade de dizer que o sapato custou x reais, assim fui concluindo que eles eram simplesmente fúteis, que valorizavam coisas que eu não considerava importante.*

*Durante um tempo eu não me encaixei no padrão deles do bom emprego, pois trabalhava de sol a sol, como pesquisadora, lembro que eu valorizava muito esse trabalho, pois já era mãe e além de ganhar um bom salário (comparado à maioria das pessoas da minha idade), conseguia acompanhar o desenvolvimento da minha filha mais de perto, pois fazia meu horário, mas eles valorizavam o trabalho em escritórios, meu trabalho não era visto com bons olhos. Depois de três anos o contrato acabou, consegui outro emprego a partir de uma prova bastante concorrida, iria ganhar o dobro do que ganhava no trabalho anterior, mas isso também não era o suficiente para que eles dessem algum valor ao que eu fazia, meu trabalho não era alvo de perguntas, interesse, ou coisa do tipo.*

*Quando íamos ao interior, o crescimento da minha filha era muito percebido, e eu fazia o comentário do quanto ela parecia com o pai nos traços, na cor, no jeito, mas era logo persuadida com o argumento de que ela se parecia mesmo comigo:*

*- Você acha? Ela tem a sua cor! Acho ela muito parecida com você!*

*Passsei então a entender que eles precisavam me dizer de alguma forma que eu era diferente deles. Minha filha é branca, mas o cabelo é escuro, o que não a faz pertencer ao seletto grupo, assim como eu. Só aí passo a entender que o marcador de status/importância/relevância para eles é a cor. Estar apresentável, com a roupa da moda, com acessórios caros, diminui a rejeição, mas não afasta a minha condição de ser diferente deles.*

*Nos espaços públicos, sempre me senti mais confortável nas periferias, transitar nesses locais pede um código, que acesso não só pela forma como me visto, mas também pela minha cor, e isso tem dois lados: apesar de me sentir integrada aos lugares, não sou vista como alguém que pode fazer a diferença, isso tem implicações na relevância que ganho profissionalmente. Além disso, não sou convidada a falar sobre o que pesquiso, diferente de outras pesquisadoras brancas. Antes de refletir sobre isso, me parecia apenas uma questão de formação de redes, mas não é só isso.*

*Essa necessidade de caminhar provando, demonstrando importância e valor, é algo que marca profundamente mulheres negras e pardas, perceber isso levou algum tempo pra mim, (36 anos). Na verdade ainda estou caminhando e entendendo esse lugar. Ainda ontem, senti a necessidade de perguntar sobre meu tataravô, que não conheci, mas que dizem que era negro. De onde vem a minha cor, virou uma questão depois que duas professoras, recentemente, mas em momentos diferente, ressaltaram que eu e minha irmã, apesar de parecidas, temos tons diferentes de pele, isso nunca foi uma questão em casa, mas agora penso que falar sobre isso, pode fazer a diferença na constituição de quem somos, como reagimos e dos movimentos que fazemos durante a vida.*

## 4.3.8 MARIA (ANÔNIMO)

*Gostaria de começar esse relato me descrevendo, sou uma mulher negra não retinta, de estatura média, cabelos crespos e todos os outros traços negroides, como a boca e o nariz. Além disso, sou uma mulher negra, periférica, interiorana e bissexual, assim, o meu relato vai se dividir em duas vivências: uma em espaços da cidade onde moro e outra em Maceió, tendo em vista que é se localiza alguns espaços que eu frequento.*

*Nesse sentido, o primeiro relato é de uma loja que existe na minha cidade, Satuba. Essa loja a maioria das pessoas daqui frequentam e eu estava quase sempre frequentando o lugar. No entanto, nem sempre tive consciência racial, assim como uma grande parte da população brasileira, por isso, nunca percebi a grosseria desmedida por parte dos donos da loja para comigo. Quando começo a ter contato com o letramento racial, percebo que aquela grosseria foi sim racista, já que eles tratavam outras pessoas de forma respeitosa.*

*Para além dessa experiência que essa loja me rendeu, ainda tive no mesmo local, a experiência de ser seguida pelo segurança. Nesse dia eu estava com a minha mãe e nós resolvemos entrar na loja para dar uma olhada, foi extremamente desconfortável e dessa vez, pude perceber que estava sendo seguida pelo segurança. Nesses momentos eu entendo por que o racismo é um crime tão perfeito, ele te faz duvidar de si mesmo e te faz questionar se isso é realmente o que está acontecendo, foi assim comigo, fiquei estática me questionando se eu tinha algo que fizesse aquele segurança me considerar perigosa, será que é o modo como estou vestida? Tem algo de errado na minha aparência? E assim, vai seguindo as “micro agressões”, como se de algum modo o racismo do outro fosse sua culpa, quando na verdade, aquela pessoa só está sendo racista.*

*Outrossim, uma das outras experiências que tive foi no centro de Maceió, estava junto a minha mãe e minha tia, também duas mulheres negras, com o fator de que as duas não possuem tantos traços negroides quanto eu. Estávamos comprando algumas roupas e também olhando opções nas lojas, até que entramos em uma que eu decido parar em frente seção de roupas e olhar, nesse momento, abro minha bolsa e até que um segurança para bem ao meu lado e fica me olhando, como se eu fosse roubar algo, infelizmente, não consegui reagir, ainda tenho bastante dificuldade em reagir às violências do racismo. Frequentemente, o que acontece é eu ficar estática e me questionar se aquilo está realmente acontecendo e tentar me convencer de que sim, é racismo.*

*Por fim, como mulher negra é sempre um desafio estar nesses espaços públicos, muito por conta das minhas vivências, como as que relatei e por ser uma mulher negra. De acordo*

*com as minhas experiências, as pessoas ao meu redor me olham como uma ameaça, como se eu fosse roubar imediatamente aquele ambiente, assim também, como não me enxergam como uma pessoa capaz de acessar aqueles locais, então, é comum receber tratamentos atravessados de vendedores, ser seguida e dentre outras coisas. Ao vivenciar tudo isso, para mim se torna comum entrar nesses espaços e ficar sempre em alerta, em estado de vigilância e pronta para tentar me defender, tornando, muitas vezes, uma experiência cansativa e talvez adoecedora.*

## 4.3.9 MAYARA CAVALCANTI

*Eu sempre notei olhares sobre mim desde criança. Na verdade, a infância foi mais marcante e foi quando eu aprendi a tentar me defender e me moldar mesmo.*

*Na infância eu não entendia alguns olhares e falas, principalmente por ser exatamente extrovertida e simpática. Uma criança muito inteligente e intrometida. Até sentir que isso incomodava e ao mesmo tempo me livrou de algumas situações.*

*Certa vez estava em uma loja de departamento com minha mãe já pré-adolescente não me lembro como mas recordo do momento em que ela conversava com um segurança e brigava. A segurança ria e minha mãe gritou até que a segurança ficou muda e saiu. Eu já estava estudando no CEFET e Mainha falou algo do tipo: minha filha é estudiosa e a moça ria como desdém até que Mainha gritou: Minha filha nunca trabalhará como segurança de uma lojinha de departamento, por exemplo. Que foi o momento que a moça se calou. Hoje acho que compreendo que talvez o assunto tenha sido: eu conseguir ser doutora ou não.*

*Desde então eu sempre fui muito empoderada. Minha autoestima era estimulada constantemente por Mainha e eu já chegava nos locais com muita imponência e às vezes prepotência mesmo. Eu chegava me achando como forma de demonstrar força. E sempre me comporto assim em lojas, é automático eu entro na loja e empino a cara. Falo dos lugares que frequento. Detesto lojas com vendedores/as, sempre preferi lojas de departamento. Que eu entro e escolho que quiser. E sempre que aparece vendedoras eu dispensei com facilidade. Ninguém nunca insiste hahaha. Isso quando comecei a sair para compras sozinha. Sempre fui com Mainha desde há mais de 20 anos porque me sentia mais segura. Mainha sempre pronta pra arrumar um barraco quando necessário e ela já sofreu muito em lojas desde criança tmb. Já chegou pra comprar uma boneca que juntou muitos anos pra juntar e foi esnobada pela vendedora. Ela falava disso constantemente e era visível como era dolorido.*

*Depois que comecei a sair sozinha já advogada/faculdade de direito eu já trabalhava e vivia no centro da cidade e percebia a diferença de boutiques para outras lojas e como a disparidade era enorme para as lojas do shopping. Por isso basicamente não frequento essas lojas. Entrei em pouquíssimas. A fachada já me deixa com gatilhos. Prefiro comprar pela internet ou lojas de departamento. Quanto menos contato melhor para mim.*

*E ainda assim os olhares surgem constantemente se eu não estiver trajada como advogada e ainda mais acompanhada do meu companheiro que é negro e completamente tatuado. Nossa postura é muito parecida. A nossa cara de mal e de “bota a cara pra tu ver” faz as pessoas pensarem duas vezes.*

#### 4.3.10 LUISA FERNANDA

*Sou uma mulher negra de 43 anos, em constante construção. Isso porque, o processo de tornar-se negra em uma sociedade racista, faz com que tenhamos dificuldades de compreensão de nossas próprias subjetividades. Eu nasci negra, no entanto, me tornei negra, dentro de toda a complexidade que isso impõe à minha existência, a partir da minha juventude.*

*Historicamente, passamos por processos de apagamento de nossas identidades. Nossa cor, nosso cabelo, nossa cultura, nossa forma de falar, nossa religiosidade, nossos corpos, tudo passa por uma invisibilização e marginalização extremamente cruéis.*

*Portanto, compreender-me como uma mulher negra foi sinônimo de emancipação da minha existência, pois, a partir daí, foi possível compreender todas as mazelas impostas pelo sistema, que impedem a mim e às minhas pares, a mobilidade social, o acesso a bens, materiais e imateriais e aos direitos.*

*Eu vivo no Rio Grande do Sul, aonde exerço a profissão de advogada. Na cidade onde resido, a população é composta majoritariamente de pessoas brancas e por muito tempo fui a única advogada negra da Comarca. Atualmente, após 20 anos de profissão, algumas situações já foram superadas. Mas lembro que por muito tempo, mesmo estando usando o “dress code” socialmente designado como ideal para quem atua no judiciário, inúmeras vezes fui “confundida” com as partes. Muitas vezes acreditei que tal fato era associado a minha idade. Mas com o tempo fui entendendo que não era em razão da minha idade e sim em razão da minha cor de pele.*

*Eu ocupava um espaço social incomum para pessoas negras. Muitas vezes ao atender a porta do meu escritório, fui questionada: “Eu gostaria de falar com a advogada! Ela está? Nessas oportunidades, sempre foi nítido o olhar de surpresa, ao me identificar como advogada. Muitas pessoas davam uma desculpa para ir embora para não ser atendidas por mim.*

*Certa feita, durante os memoriais orais em audiência, lembro de o Juiz levantar-se e sair da sala de audiências, enquanto eu fazia as alegações. Me senti descredibilizada e completamente invisível naquele local, já que os memoriais tem o objetivo de fazer a sustentação final das teses levantadas, como forma de motivar o convencimento judicial.*

*Também é muito comum o espanto nas audiências ou sessões de sustentação, como se eu fosse incapaz de ter algum conhecimento teórico-científico a respeito das teses desenvolvidas.*

*Assim, percebo inúmeras as formas simbólicas e diretas de discriminação, controle e*

*vigilância sobre a minha atuação profissional, bem como no meu cotidiano, expressadas de forma sutil, pelo espanto ao me identificar como advogada, ou de forma expressa, ao invisibilizar a minha existência e meu conhecimento técnico durante os mais diversificados atos da atuação profissional. São situações que não ocorrem com pessoas não negras, o que denuncia as mazelas do racismo e do sexismo tão presente em nossa sociedade.*

*Concluo afirmando que por mais que nossa existência seja um ato de resistência, estamos aqui graças a resistência de nossas ancestrais, portanto, por mais árduo que seja, nossa existência faz parte de um ato político de extrema relevância para a emancipação da população preta, especialmente, as mulheres negras, historicamente estereotipadas, invisibilizadas e subalternizadas pelo sistema racista e opressor.*

*Não toleraremos mais!*

#### 4.3.11 CÍCERA (ANÔNIMO)

A escrevivência de Cícera foi relatada de uma forma especial. Ela, que é uma mulher negra retinta de 38 anos, lê e escreve muito pouco e por isso se sentiu mais confortável em me mandar áudios, falar por ligação e pediu para que eu transcrevesse. Expliquei o objetivo da pesquisa e a deixei bem à vontade para falar o que entendesse como importante.

Ela, que preferiu não se identificar, me deu a honra e a confiança de conhecer um pouco da sua escrevivência:

*Eu sempre soube que eu era preta porque mamãe sempre disse. Ela trabalhava na roça e eu ia junto e lá só tinha preto também, depois a gente se mudou pra capital e moramos na casa da patroa de mamãe. Eu fazia escola, fiz até segundo grau e depois fui trabalhar. Trabalhei de tudo quanto é coisa. Fui diarista, trabalhei na limpeza de indústria. Aí engravidei e preferi carteira assinada.*

*Hoje eu sou babá porque as crianças gostam muito de mim. Cuido de duas crianças. Os meninos são lindos e amam minha comida. Eu faço comida porque eles amam.*

*Várias vezes eu vou buscar eles no colégio e passo na lanchonete para eles comerem alguma coisa. Teve uma vez, que eu nunca vou esquecer desse dia, mas o segurança que ficava na porta perguntou de quem eram as crianças e disse que eu não ia poder entrar até os pais chegarem. Eu tive que ligar pra dona [...], mostrei foto e tudo.*

*Quando eu vou no shopping, estou sempre de uniforme, uso o branco para a rua. Quando estou com a patroa também, fico só observando de longe e de olho nas crianças, mas a gente sente, né? Ninguém olha pra mim quando estamos todos juntos, mas quando eu estou só com as crianças todo mundo olha, eles devem ficar pensando “quem é essa preta com duas crianças brancas andando por aqui?”.*

*Quem olha? Ah, as moças da loja, o segurança, todo mundo. Até as pessoas que estão passeando também.*

*Ah, várias vezes eu tive que explicar quem eu era. Quando sinto os olhares já estufo o peito assim para eles lerem o nome babá. As crianças já sabem também, eles falam “é a [...], ela cuida da gente”. Isso não incomoda a dona [...], ela diz que eu cuido muito bem dos meninos e é o que importa. Mas eu acho chato sim. Imagina, toda hora tenho que tá’ dizendo quem eu sou e a minha profissão.*

*É muito difícil eu passear no shopping com a minha filha nos meus dias de folga, eu prefiro ir nas lojas do [...]. Passear mesmo a gente vai pra praia. Às vezes, uma vez ou outra,*

*que a gente foi no shopping as pessoas olhavam sim, mas no shopping do [...] tem muita gente preta que nem nós.*

*Sim, eu acho que no shopping do [...], e aqui ela se refere àquele localizado na região mais nobre da cidade, onde ela vai enquanto babá, as pessoas olham mais e estranham mais. Até por causa das crianças que a gente é muito diferente mesmo.*

*Espero que eu tenha falado direitinho pra ajudar você, viu? Só não coloque meu nome aí, só quero ajudar na sua pesquisa mesmo, viu?*

4.3.12 Sobre odiar telefones verde-vômito – ANABELLE LAGES (trecho do livro *Pôr doSol e Aurora*: escritos sobre afeto e transformação, ainda não publicado)

*“Eu sempre quis ser mãe e durante aquelas intermináveis conversas entre amigas que só o “tempo alto, largo e profundo”, como diz Saramago, da infância e da juventude nos presenteia, tornou-se rotineiro que eu defendesse com veemência que o casamento ou mesmo a presença de um parceiro deveriam ser elementos desassociados desse desejo. À medida em que fui me tornando negra e os processos de elaboração da existência do meu corpo social foram ficando menos esfumaçados, as fundações desse edifício que eu julgava tão firmes começaram a hesitar, mas, aparentemente, esse abalo continuava desvinculado das minhas convicções sobre a existência ou não de um progenitor para o exercício da maternidade. A partir dali, embora eu continuasse a dizer que queria ter filhos, internamente, comecei a temer essa ideia, a percepção dos impactos nefastos do racismo na vida dos sujeitos passou a minar as minhas convicções sobre maternidade, não me via preparada para ver os tentáculos do preconceito alcançarem os corpos de minhas crias, seria doloroso demais.*

*Embora a parceria, a confiança e o amor de um homem negro tenham me ajudado a tecer os primeiros fios de esperança de que talvez minha história não se repetirá em meus filhos, somente quando me tornei mãe me dei conta das camadas de autoproteção presentes em minha narrativa da maternidade autônoma. Impressionante como a maternidade pode ser um interessante e valoroso canal de (re)encontro com nossas sombras, com os espectros que resultam da forma como o mundo nos foi apresentado, bem como das relações sociais que se estabeleceram a partir daí.*

*A “colonização apresenta raízes psicológicas que não se deixam enxergar a olho nu” (NOGUEIRA, 2020) e o corpo que eu carregava não é o da branquitude neutra, representado de forma apolítica nas novelas, revistas e nos comerciais de televisão, aquele corpo que caminha livremente sem se preocupar com os possíveis desdobramentos de se empretecer espaços. O meu corpo de menina negra via e sentia o racismo e mesmo sem saber ao certo como elaborar essas percepções, ele estava lá, nas filigramas de minhas primeiras relações sociais, ainda no jardim de infância. Mais tarde, já mocinha, percebi o celibato forçado das mulheres negras ao meu redor, preteridas no mercado matrimonial por homens brancos e homens negros. Também via com desconforto as assimetrias de afeto de mulheres negras que gozavam de desprestígio em suas relações inter-raciais. Via os custos na autoestima dessas mulheres que pagavam um preço alto demais, inclusive quando estendia o olhar para o entorno de seus*

*núcleos familiares, como é o caso de uma mulher negra que me contou em desabafo sobre o inconformismo da sogra com o aparelho de ultrassom, incapaz de mostrar a cor do neto.*

*O nascimento de Aurora provocou em mim essas e muitas outras rumações e, embora tenha sido tão próximo ao de Santiago, o encontro com minha filha foi marcado por uma insegurança que me fazia vacilar no cumprimento de tarefas corriqueiras de cuidado, em relação às quais já estava acostumada. Desaprendi a trocar fraldas, tinha dúvidas de como limpar o cocô e fiquei apavorada com uma pequena assadura em seu bumbum. Lembro de ter chorado de-ses-pe-ra-da com a remota hipótese de ela estar com “sapinho” (o que mais tarde, comprovou-se ser apenas uma mancha de leite na linguinha). Um dia, com febre, com as mamas muito duras e avermelhadas, cansada da amamentação que não engrenava, olhei para minha filha que dormia ao meu lado. Foi ali, naquele momento, que me dei conta de que havia parido uma bebê negra. Aquela bebê se tornaria uma menina negra e, depois, uma mulher negra. Chorei copiosamente a minha irresponsabilidade. Eu não podia errar.*

*Todos, absolutamente todos os números são desfavoráveis à mulher negra: são as mais suscetíveis ao estupro, à violência doméstica, à violência obstétrica, a ficarem desempregadas, a sofrerem adoecimento mental... (esse cenário aterrador faz com que ganhar menos do que toda a classe trabalhadora possa parecer algo de menor importância). Borbulhando como água fervente, minhas memórias atropelavam-se desordenadamente, uma após a outra. Como minha filha andar tranquilamente, vivenciará a cidade, os espaços públicos? Será que em seu primeiro show de rock alguém passará a mão nela como fizeram comigo quando eu fui ver os Paralamas? (Eu tinha treze anos e o fato de mamãe estar presente não impediu que um homem cometesse essa violência comigo. Na verdade, era um grupo de rapazes e eles caíam na risada todas as vezes em que eu olhava para trás, tentando descobrir quem me molestava. Profundamente incomodada, perguntei à minha amiga se o mesmo estava acontecendo com ela, que me disse não. Quando saímos do local, permaneci intrigada por ter sido eleita para sofrer aquela violência. Entre eu e a minha amiga, eles escolheram a mim. À época não me ocorreria que poderia ser em razão da nossa cor de pele, minha amiga era branca e embora saibamos que a violência sexual ocorra com mulheres brancas e negras, a permissividade dessa prática contra o corpo da mulher negra é muito maior. Será que Aurora precisará voltar, literalmente, correndo para casa, por dez quarteirões, com medo de encontrar com um homem na rua deserta só porque naquele dia anoiteceu rápido demais e ela perdeu a hora na casa da amiga? Será que um dia a sua melhor amiga, também negra, lhe dirá que a beleza não é um de seus atributos e que possivelmente ficarão sozinhas?*

*A dureza do meu choro ao olhar para minha filha foi por ter percebido que a transição capilar pela qual havia passado há cinco anos, deixando meus cabelos naturais renascermem, não estava tão enraizada em mim como eu pensava. Minha mente continuou passeando ao redor de minhas memórias e me vi menina.*

*Se alguém me perguntasse sobre minha primeira lembrança, diria que foi despedindo-me do meu bico. Acho que eu tinha uns quatro anos. Nossa casa fazia divisa com um lote vago e estávamos, mamãe e eu, na beirada do muro. Mamãe me dava apoio, dizia algo no estilo, “vai filhota, você consegue”. Meu irmão mais velho brincava um pouco mais à frente, alheio ao que acontecia. Em um impulso arremessei aquele que era meu grande companheiro em direção ao matagal. Arrependi-me no instante em que vi o bico alcançar o seu ponto mais alto no ar e iniciar a descida para, finalmente, desaparecer, tragado pela folhagem descuidada. Eu ainda era muito nova para aprender sobre o impacto irreversível de algumas decisões que tomamos em nossas vidas, mas, naquele instante, tive a certeza de que jamais teria o meu bico de volta.*

*Embora reconheça que continuo precisando aprender sobre as atitudes inconsequentes da vida, quando penso sobre minha infância, o que me vem é uma sensação, não propriamente uma imagem. Naturalmente, naquela época, faltavam-me os instrumentais analítico e de nomeação que me pudessem ajudar a descrever os meus sentimentos. Hoje, talvez seja possível chama-lo de algo como um sentido de inadequação. Difícil descrever ou explicar sensações, isso é próprio de quem as vive, resta perscrutar nos fatos as ocorrências que lhes deram origem, o que gera um concomitante exercício de autoanálise e de empatia.*

*Começou no jardim de infância e eu devia ter uns cinco, seis anos. Por recomendação de uma tia cuja filha estudara lá e na esperança de nos proporcionar a melhor educação que pudessem, ainda que isso representasse comprometer boa parte do orçamento familiar, papai e mamãe decidiram nos matricular em um tradicional colégio. (Anos mais tarde, uma amiga da faculdade viria me dizer, ao comentar sobre o apartamento da sogra: você sabia que o bairro de Lourdes tem o metro quadrado mais caro de Belo Horizonte? Eu sabia. Tinha passado minha primeira infância indo todos os dias para aquela região da cidade, do maternal, à quarta série).*

*As crianças da pré-escola ficavam nesse edifício, que tinha os muros pintados de azul e branco. O colégio propriamente dito localizava-se um pouco mais à frente na mesma rua. Lembro da expectativa que tínhamos, ao concluir o pré-primário de, no ano seguinte, irmos para o “prédio grande”, como costumávamos chama-lo.*

*Como disse, as lembranças do jardim são meio nebulosas, mas de alguns episódios lembro bem. Da Maria Eduarda<sup>1</sup>, uma menina linda, de olhos claros e cabelos castanhos, que chorava muito todas as vezes que a professora nos pedia para fazer um trabalho de recortes. Não tardou para que descobrissem que ela era canhota e a professora lhe trouxesse uma tesoura apropriada. Maria Eduarda parou de chorar assim que conseguiu recortar sem fazer estragos no papel. Sua feição surgiu aliviada por ter executado a tarefa como todo mundo, o sorriso largo, seguido de um giro no pescoço em busca de testemunhas para o seu feito, denunciavam o orgulho que sentiu de si.*

*Havia uma coleguinha que nutria um amor platônico por um garoto magricela de cabelos pretos e lisos, cortados em formato de cuia, o Tales. Não sei como, mas ela nos convenceu a cantar coletivamente uma musiquinha de amor para ele: “Tales, eu te juro para você gostar de mim, ai meu Deus não faz assim comigo não, você tem, você tem que me dar seu coração...” Anos mais tarde, descobri que essa música existia de verdade, e fez sucesso na voz de Carmen Miranda. A danadinha apenas trocou o Ta-hí da música original, por Tales, o que revelava seu grande senso de oportunidade... mas, e o “bem”, por “Deus”? Seria uma tentativa de minimizar o que poderia ser lido como uma ousadia da pequena estudante de um tradicional colégio católico? Jamais saberei. Só sei que, guiadas por nossa líder, cantávamos a música e saíamos envergonhadas, correndo. Ele ficava vermelho.*

*Um dia um menino prendeu o meu dedo junto à sua carteira escolar. Por tanta dor, lágrimas jorraram dos meus olhos. Com o dedo pulsando, vi uma bolha de sangue se formar em instantâneo. Em desespero, a professora ao mesmo tempo em que me oferecia consolo, pedia ao garoto para se desculpar, mas ele se recusava cruzando os braços. Lembro de ficar parada olhando para o meu dedo e esperando pela demonstração de arrependimento que jamais ouvi, ao contrário, percebi um certo olhar, um tom de voz em negativa, um sentimento estranho me invadiu e não era nada bom.*

*Ao final do ano fomos tirar a famosa foto de “formatura”, com a beca verde. Íamos, um a um à salinha do fotógrafo improvisada no corredor. Para a minha surpresa, o chapéu não entrava na minha cabeça, caía, não havia quem conseguisse encaixá-lo, as professoras, sem sucesso, tentavam colocá-lo, discutiam a melhor maneira de fazê-lo. Vinha uma, vinha outra: “assim, querida, acho que vai ficar melhor. Só mais um pouquinho pra lá...”. Alguém espetou um grampo na minha cabeça, outra pessoa sugeriu que eu tirasse a foto com o adereço em mãos. Sem entender nada e me sentindo constrangida com tanta manipulação e olhares de*

---

<sup>1</sup> Ao longo desta narrativa, optei pela criação de pseudônimos.

*condescendência, comecei a chorar. Passados alguns dias, recebemos os retratos, as coleguinhas animadas, mostravam suas fotos umas para as outras. O chapéu perfeito na cabeça de todas elas. Finalmente entendendo o porquê de tanta dificuldade, escondi minha foto. Lembro de depois ter ido sozinha ao banheiro para ver se a lente do fotógrafo havia conseguido captar a lágrima, já seca, que escorrera sobre a minha bochecha.*

*Um tempo depois, no dia da foto coletiva da turma, alguns colegas não quiseram ficar ao meu lado. Em represália, a professora posicionou-me ao centro. Como no episódio da carteira escolar, desconhecia as razões daquele tratamento. Aos seis anos de idade eu ainda não tinha sido preparada para esperar, sequer confrontar atitudes como aquelas. Eu me sentia perdida, surpresa e sozinha. Diferente, feia e negra.*

*Embora os meus pais costumassem dizer que éramos negros, durante a minha infância e a de meus irmãos a possibilidade de sofrermos racismo e como lidar com isso não constituíam um tema em si. O que hoje chamam de “letramento racial”, nunca tivemos. Além disso, nas poucas conversas sobre os nossos antepassados, a reconstrução de nossa história familiar concentrava-se na localização de um certo tataravô português ou alemão de olhos azuis. Meus pais não eram militantes e não frequentavam nenhum movimento negro. Passei boa parte de minha vida sabendo ser negra. Demorei para me tornar uma.*

*Após a cerimônia de término do pré-primário, finalmente passei a frequentar o prédio grande do colégio, ao lado da igreja. Os corredores eram enormes e a cerâmica os deixavam frios. Lembro da sensação de andar por ali. Gostava de caminhar deslizando minha mão pela parede, a respiração um pouco presa e um aperto no peito que ainda hoje sinto quando estou em algum lugar que me causa grandes expectativas e um certo temor. A sala de aula, com carteiras largas também era espaçosa. Nossa professora, alta e muito magra, vestia-se elegantemente e tinha o corte de cabelo da moda, repicado no topo e inteiro atrás. Ali naquele ano, nossa alfabetização teria continuidade.*

*Não sei ao certo quando detectaram minha dificuldade de aprendizagem. Se na primeira, segunda, terceira ou quarta série. Na verdade, nem sei se houve um diagnóstico formal, sei apenas que me sentia a “aluna problema”, provavelmente porque não entendia nada do que os professores ensinavam, sobretudo nas aulas de matemática. Lembro de sempre estar de cabeça baixa, de evitar os olhares das professoras e de não entender. Houve um dia em que chamaram meus pais ao colégio para terem uma conversa a meu respeito, como eles não puderam ir, pois trabalhavam muito, uma tia os representou. Não sei o que falaram, mas não foram elogios. Em outra ocasião, mamãe pôde ir a uma reunião de pais. O resultado não foi nada bom, pois no dia seguinte a professora comentou em frente à turma que havia sido*

*autorizada a puxar as minhas trancinhas caso fosse necessário. Senti meu rosto arder quando todos caíram na risada, o que me fez retornar à posição dos olhos voltados para a carteira.*

*De forma contraditória, nessa época eu ainda não me declarava tímida. Lembro de ter uma vontade grande de me integrar, mesmo com aquela sensação que me perseguia, o ar comprimido no peito. Patrícia era minha amiga, uma menina branquinha com pintinhas por todo o corpo. Ela queria ser cantora. Eu queria ser atriz. Um dia, convidou toda a turma para comemorar seu aniversário em seu apartamento no bairro dos Funcionários, nas proximidades da avenida Brasil. Papai me levou no velho Corcell bege que tínhamos. O apartamento era enorme e o quarto dela, simplesmente maravilhoso. Ela tinha todas as barbies. Eufóricos, meus colegas subiam em cima da cama macia e pulavam como se estivessem em um pula pula. Não havia preocupação em tirar o tênis, observei. Em um dado momento, começou uma gritaria, alguém havia apagado as luzes. Crianças correndo de um lado para outro, gargalhavam. Eu não sabia muito o que fazer. Fiquei ali observando, meio de fora da brincadeira. Com o ar preso e o sorriso amarelo nos lábios. Na volta, papai perguntou se a festinha havia sido boa. Eu disse que sim. Não lembro de ter comido bolo.*

*Um dia Patrícia veio com a notícia de que havia um menino da nossa sala que gostava de mim. Empolgada, fiquei morta de curiosidade para saber de quem se tratava. Passei dias implorando para que ela me dissesse quem era o garoto, mas ela se esquivava. Um dia, provavelmente cansada de tanta insistência, ao telefone, resolveu me contar. Com a voz mais pragmática com a qual até então eu havia me deparado, revelou-me que se tratava de uma enquete para descobrir com quem os garotos ficariam (embora o termo “ficar” tenha surgido apenas na década seguinte, a ideia era essa) e com quem não ficariam de jeito nenhum. A votação acabara se desdobrando em um concurso de beleza. A mim foi destinado o título da menina mais feia da sala. Despedi-me e, como em câmera lenta, coloquei o telefone verde-vômito no gancho. Gélida, mas com o rosto em chamas e o coração acelerado. Estava oficialmente confirmado e registrado: eu era feia. Aquela revelação me doeu uma dor tão profunda que passei o restante do dia em silêncio, pensando em como encararia minha turma na tarde seguinte. Desde então, a memória daquele telefonema jamais me abandonou. Não sei como alguém pode gostar de telefones verde-vômito”.*

Imagino que não tenha sido fácil ler esses relatos até aqui, não foi para mim ao transcrevê-los. Eu me vejo e me reconheço nelas. Nós, mulheres negras, que estamos lendo as escrituras aqui narradas nos identificamos com cada medo, hipervigilância, sensação de pânico e adoecimento causados pelo racismo e pela presença constante de olhos que nos condenam nos espaços públicos, privados, nas universidades, na nossa unidade familiar e em locais que deveríamos nos sentir seguras.

Os espaços brancos em que nossos corpos transitam dizem, de diversas formas, que não somos bem vindas e através de maneiras cruéis e distintas. Ao mesmo tempo que são responsáveis pela percepção tardia de uma negritude, nos colocam em espaços de não dignas de reconhecimento. A análise das escrituras aqui trazidas nos mostram a dualidade de que embora sejamos "invisíveis" em uma sociedade racista, estão constantemente sob intensa vigilância.

É adoeceador e sufocante a sensação de alerta constante quando estamos nesses espaços. Quantas de nós conhecemos a sensação de paz? Em quais momentos verdadeiramente nos sentimos a vontade para comprar uma roupa, palestrar em um evento, andar no shopping? Quantas de nós vestimos uma armadura automática ao estarmos nesses lugares? Quando foi a última vez que saímos de casa sem nos prepararmos para o que poderia acontecer? É quase um mantra: escolhe uma roupa boa, não esquece do documento, segura a bolsa perto do corpo, anda com a cabeça erguida ou tenta não chamar tanta atenção para si...

O documento, não esquece do documento.

E, tão importante quanto, como essas perspectivas atravessam gerações. Nossas mães nos alertavam para a vigilância constante, mesmo aquelas que não possuíam uma análise racializada desses olhares, e tudo que nós desejamos é não precisar passar isso para nossos filhos e filhas. Contudo, a maternidade de mulheres negras é invadida pela necessidade de proteger nossas crianças da percepção de que os corpos delas também não são bem vindos.

A produção das nossas subjetividades se alinham a práticas de resistência e liberdade que são legados ancestrais. A nossa capacidade de potencializar vozes e narrativas são ensinamentos herdados daquelas que não se deixaram subverter à violência escravista e patriarcal, pois embora as histórias aqui trazidas remetam à singularidade de cada uma, trazem, também, a coletividade da história de tantas outras mulheres negras que, de um passado enraizado na dor, evocam a ancestralidade para incomodar os da casa grande com suas escrituras.

## 5 ENTRE HIPERVIGILÂNCIA, ADOECIMENTO E PETULÂNCIA: O QUE NOS DIZEM AS ESCRIVIVÊNCIAS NEGRAS

Ao ler as escrevivências aqui trazidas, me recorro da minha própria infância, das inúmeras vezes em que fui ensinada a me proteger e a tentar me “blindar” do racismo. Lembro de quando essas tentativas não deram certo e os sentimentos de medo, tristeza, ansiedade e pânico se espalharam no meu corpo a cada ida a escola, faculdade ou cinema com meus amigos. E, mais do que isso, de como, ao mesmo tempo, eu queria passar despercebida, mas ficava em constante receio de estar sendo vista, o que me fazia olhar aos arredores, procurando, esperando... Ou mais recentemente, quando enjoos e dores no estômago eram diários, mas só apareciam em um momento específico do dia: a hora de ir para o trabalho.

Nas escrevivências narradas e nas trajetórias de diversas mulheres negras percebemos sentimentos e dores que foram traduzidos por autoras ao abordar o adoecimento causado pelo racismo. Se as nossas trajetórias são coletivas, as consequências do racismo também o são.

Andar pela cidade, fazer compras em um shopping ou supermercado são contextos carregados de racismo, sendo altamente estressantes. Surge a constante preocupação sobre onde é aceitável ou não colocar as mãos: posso alcançar minha bolsa dentro da loja? É seguro pegar meu celular aqui sem ser mal interpretado? Responder essas perguntas mentalmente de diversas formas, nos questionarmos se nossas roupas estão adequadas, se somos adequadas, nos esgota.

Em um dos relatos, lemos que *“ao vivenciar tudo isso, para mim se torna comum entrar nesses espaços e ficar sempre em alerta, em estado de vigilância e pronta para tentar me defender, tornando, muitas vezes, uma experiência cansativa e talvez adoecedora”*.

As escrevivências e as trajetórias de mulheres negras são repletas de sentimentos como cansaço e adoecimento. Esses sentimentos nos ajudam a entender o impacto na saúde mental que o racismo traz.

Além disso, a sensação de hipervigilância não é só das malhas de segurança sobre nós. O nosso esgotamento mental também é proveniente do estado constante de vigilância que o racismo nos obriga a ter. Em uma das escrevivências nos identificamos quando lemos que *“me sinto hipervigilante quando saio de casa, principalmente se estou acompanhada e minha família, por ser casada com um homem preto de pele escura e ter um filho de 4 anos preto de pele clara também, mas com o cabelo longo e de dreads, onde preciso estar sempre atenta aos “outros”[...] Me sinto “perseguida” o tempo todo, com necessidade de me posicionar corporalmente, me mantendo ereta e com o pescoço erguido.*

As leituras dos escritos da professora Ruha Benjamin (2022) nos ajudam a explorar a categoria do “*just in case*”, a posição e sentimento de estar em permanente vigilância, e o conceito de *Weathering*, elaborado por Arline Geronimus, em 1992, voltado às análises do campo da saúde pública e como isso é responsável pelo maior adoecimento da população negra.

## 5.1 HIPERVIGILÂNCIA E *WEATHERING*: AS CONSEQUÊNCIAS DE ESTAR SEMPRE EM MODO DESOBREVIVÊNCIA

O termo “*weathering*” (em inglês, significa “envelhecimento precoce” ou “desgaste”) refere-se à maneira como o corpo responde ao estresse crônico, resultando em um desgaste prematuro dos sistemas fisiológicos. Esse conceito foi cunhado por Arline Geronimus, uma pesquisadora de saúde pública estadunidense, para descrever o processo pelo qual o estresse crônico resultante da exposição ao racismo e desigualdades sociais se acumula ao longo do tempo, causando impactos negativos na saúde física e mental, especialmente em comunidades minoritárias ou marginalizadas.

Geronimus introduziu essa ideia para explicar como o estresse causado por experiências de discriminação racial e desigualdades socioeconômicas podem acelerar o envelhecimento biológico e aumentar o risco de várias condições de saúde, como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, entre outras.

Essencialmente, o conceito de *Weathering* destaca como as condições de vida adversas, a exposição contínua ao racismo estrutural e outras formas de opressão afetam o corpo e a saúde ao longo do tempo, contribuindo para disparidades de saúde entre diferentes grupos raciais e étnicos. Esta teoria é importante para compreender não apenas os efeitos imediatos do estresse, mas também seus impactos cumulativos ao longo da vida de indivíduos pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos.

Este conceito nos proporciona uma visão mais ampla de como certos grupos populacionais, submetidos a opressão cultural sistêmica, privações materiais de longo prazo, exploração, estigma e marginalização política, envelhecem biologicamente muito antes de atingirem a idade cronológica avançada.

A autora chama a atenção para as maneiras pelas quais as pessoas absorvem estressores e opressores no ambiente mais amplo e como isso causa doenças evitáveis e morte prematura.

Ruha Benjamin resgata o conceito de *Weathering*, elaborado por Geronimus, e associa ao que chama de “*just in case*”, para abordar o esgotamento trazido pelo sentimento de estar em constante vigilância.

Benjamin (2022) apresenta o conceito de "weathering" (envelhecimento precoce), descrevendo-o como "uma explicação para os resultados de saúde frequentemente devastadores, embora evitáveis, de pessoas negras que enfrentam diariamente um ambiente hostil". Ela exemplifica esse conceito com casos que variam desde discussões sobre a vigilância direcionada aos corpos negros, culminando em eventos como o assassinato até o estresse e a exaustão relacionados à luta por justiça racial - fatores que, embora de maneira indireta, muitas vezes resultam em problemas de saúde e morte precoce.

Dessa forma, os contextos hostis, as disparidades sociais, o receio em relação às autoridades de segurança, os efeitos traumáticos do racismo desde cedo, o desemprego, a constante vigilância, se reconhecer na escrevivência e saber que "*em muitos momentos sair de casa virou uma sequência de mania, de checar documentação, de me arrumar, de andar mais curvada e sempre aquele desejo "espero que hoje eu passe despercebida" e por muitas vezes não passei*", impactam nossos corpos, tanto física quanto mentalmente.

Lemos "*alerta constante*" em uma das escrevivências e o quanto o medo toma conta dos nossos corpos quando estamos em ambientes públicos. "*Grande parte do meu transtorno de ansiedade generalizado é devido a hiper vigilância constante*", essa é a realidade de muitas de nós. É sobre esse efeito que as autoras estão tratando, o impacto na saúde física e mental resultado dos ambientes racialmente hostis pelos quais passamos ao longo de nossas existências.

Estar em permanente vigília, seja em supermercado, shopping, trabalho, ou até na nossa maternidade, na forma com que criamos nossos filhos, passar a vida inteira vivendo em modo de sobrevivência – isso é viver? – esperando um ataque que pode vir é adoecedor.

A taxa de suicídio entre adolescentes e jovens negros no Brasil é 45% mais alta do que entre os brancos. Esses números foram divulgados pelo Ministério da Saúde e também indicam um aumento de 12% no risco de suicídio entre a população negra nos últimos anos, enquanto permaneceu estável entre os brancos. Dentro desse grupo, a faixa etária de 10 a 29 anos é a mais afetada, principalmente os homens, que têm uma probabilidade 50% maior de tirar suas próprias vidas do que os brancos da mesma faixa etária.

Uma revisão científica feita em 2022, conduzido por pesquisadores da Universidade Harvard, examinou mais de 160 estudos sobre o esgotamento profissional. Especificamente entre médicos, estudantes e professores de Medicina, constatou-se que uma porcentagem maior de pessoas negras (30%) enfrenta esgotamento em comparação com brancos (18%), especialmente no início de suas carreiras.

Os autores do estudo, publicado no *Jornal de Disparidades Étnico-Raciais*, observaram que o preconceito, a discriminação e o sentimento de isolamento relatados por estudantes frequentemente estavam associados a um maior risco de esgotamento.

Um outro conceito que deve ser analisado, nesse sentido, é o de *ambiência racial*. Elaborado por Kaercher (2011, p. 25), define a ambiência como um ambiente físico e estético ou psicológico planejado para atividades humanas (2011, p. 25). Ao combinar o termo "racial" à ambiência, busca refletir especificamente sobre intervenções em ambientes marcados por hostilidades raciais. A ambiência racial é o grau de adequação objetivo e subjetivo das estruturas espaciais para vivências positivas de grupos raciais diversos, particularmente, negros e indígenas (Emoriô, 2023).

Dessa forma, pensar em diagnosticar, compreender e se preocupar com a qualidade racial nesses espaços públicos, significa possibilidades de diminuição da hostilidade nesses ambientes e, conseqüentemente, do racismo.

Portanto, é importante nomear e reconhecer as formas de opressão que nos desgastam ao longo do tempo e seus impactos significativos em nosso bem-estar e das nossas gerações.

*“Sigo tentando não sucumbir, espero que minhas filhas, netas e demais gerações não precisem passar por 1/4 do que eu passo sendo uma mulher negra”*, a responsabilidade pela maneira pelas quais absorvermos estressores e opressores das malhas de vigilância não deveria ser nossa.

## 5.2 “A GENTE COMBINAMOS DE NÃO MORRER”: AS ESCREVIVÊNCIAS INSURGENTES DASMULHERES NEGRAS

*“Olhe para você. Você é livre. Nada nem ninguém é obrigado a te salvar, só você mesma. Plante a sua própria terra. Você é moça e mulher, e as duas coisas têm sérias limitações, mas você é uma pessoa também. Não deixe a Lenore ou um namoradinho qualquer e com toda certeza nenhum médico do mal resolver quem você é. Isso é escravidão. Em algum lugar aí dentro de você está essa pessoa livre de que eu estou falando. Encontre-a e deixe que ela faça algum bem nesse mundo.”*  
(Toni Morrison)

Este é um trecho do livro *“Voltar para Casa”* de Toni Morrison. No livro, a personagem Ycidra, desprezada pela avó Lenore e enganada pelo marido, anseia por escapar da cidade onde nasceu. O trecho destaca o desafio enfrentado por pessoas negras: a busca por liberdade.

A nossa busca por liberdade é um ato revolucionário.

Desde Esperança Garcia, mulher negra escravizada que, mesmo proibida, se alfabetizou e em 1770, em uma carta em forma de denúncia, expressou sua inconformidade com as condições desumanas em que viviam os escravizados da fazenda no Nordeste brasileiro; a Sojourner Truth que em 1851 durante uma convenção de mulheres brancas em Akron, Ohio, proferiu o famoso discurso “E eu não sou uma mulher?” questionando as ideias preconcebidas sobre gênero e reivindicando a igualdade para as mulheres afro-americanas; a Lélia Gonzalez em "O Lixo Vai Falar e Numa Boa", obra de 1990 que traz críticas às questões sociais, políticas, raciais e de gênero no contexto brasileiro; e as escritoras aqui trazidas de advogadas, professoras, psicanalistas, acadêmicas, mães, trabalhadoras domésticas... nossas existências são revolucionárias e insurgentes.

Insurgentes porque nossas trajetórias permeiam a organização do nosso ódio, raiva e revolta contra um poder estabelecido em forma de luta e resistência.

O ato de combinar de não morrer, convocado por Conceição Evaristo (2015), representa um gesto de insurgência e de resistência em favor da vida, uma política que se dá na própria existência, apesar das opressões e da hipervigilância que permeiam nossos corpos.

Algumas das escritoras do capítulo anterior, além de não ignorar as dores e as consequências de se viver em modo de sobrevivência, sofrem essas dores e as transmutam numa certa “petulância”, na insurgência de uma posição desafiadora.

Eu sei que o meu corpo negro incomoda esses lugares embranquecidos, sei que existem olhares sobre mim, minhas vestimentas, meu turbante, mas eu o desafio porque:

Negra sou  
 De hoje em diante não quero  
 alisar meu cabelo  
 Não quero  
 E vou rir daqueles,  
 que por evitar – segundo eles –  
 que por evitar-nos algum dissabor  
 Chamam aos negros de gente de cor  
 E de que cor!  
 NEGRA  
 E como soa lindo!  
 NEGRO  
 E que ritmo tem!  
 Negro Negro Negro Negro  
 Negro Negro Negro Negro  
 Negro Negro Negro Negro  
 Negro Negro Negro  
 Afinal  
 Afinal compreendi  
 AFINAL

Já não retrocedo  
 AFINAL  
 E avanço segura  
 AFINAL  
 Avanço e espero  
 AFINAL  
 E bendigo aos céus porque quis Deus  
 que negro azeviche fosse minha cor  
 E já compreendi  
 AFINAL  
 Já tenho a chave!  
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
 NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
 NEGRO NEGRO  
 Negra sou!

(Poema “Me gritaram negra”, de Victoria Santa Cruz)

Nossas escrituras são insurgentes quando dizem que “*Faço questão de estar sempre trazendo junto a mim, na vestimenta/indumentária, referência de minha negritude, como turbantes, roupas em tecido afro e ilekes de povo de matriz africana. Com isso me sinto apoderada de quem sou, protegida pelo meu bonde ancestral e mostro que é melhor não mexer comigo, pois não ando só*”. Ao mesmo tempo em que entendemos e sofremos as dores do racismo, mantemos nossos corpos e mentes protegidos através da certeza que não andamos sós.

Nossas trajetórias nos unem e delas o resgate ancestral nos faz ter a certeza de que não estamos sozinhas na luta contra olhares que nos vigiam e condenam.

Combinamos de não morrer, apesar da escravatura e da opressão dos nossos corpos que perduram até hoje, apesar das múltiplas opressões às quais nossas comunidades são submetidas, apesar da violência e estereótipos enraizados nas mulheres negras, apesar da subalternização dos nossos trabalhos, da invisibilização da nossa maternidade e da dor de perder nossos maridos e filhos. Combinamos de não morrer apesar de todos os dias termos olhos nos vigiando e condenando a cada passo.

“*Nossa postura é muito parecida. A nossa cara de mal e de “bota a cara pra tu ver” faz as pessoas pensarem duas vezes*”, me reconheço, muitas vezes, na necessidade da “cara de mal”, do olhar fixo, o maxilar travado, a postura ereta e a cabeça erguida, “deixe que olhem e que pensem duas vezes antes de me abordarem”.

Os relatos insurgentes das escrituras colecionadas me lembraram também da trajetória de Nina Simone. Uma mulher negra que sofreu graves consequências na carreira por se posicionar politicamente e com consciência racial em uma época marcada pela segregação racial e violência contra pessoas negras.

Nina desafiou e transformou esse espaço social que tende a apagar e violar a humanidade das mulheres negras. Ela esculpiu sua jornada de resistência e insurgência na história, proclamando para o mundo seu clamor por liberdade e igualdade racial. Através de sua voz e suas músicas que se tornaram símbolos na luta pelos direitos civis dos negros, participando de momentos significativos, como a Marcha de Selma, Nina recusou-se a sucumbir sob os olhos do racismo.

Eles querem nos destruir, “*eu acho que todo dia vai ser o meu último*”, mas “*é um novo amanhecer, é um novo dia, é uma nova vida para mim, e estou me sentindo bem.*”.

Erguer a voz, a cabeça, exteriorizar nossas trajetórias e falas são atos que sempre nos foram negados, a petulância de sermos resistência é que nos faz tecer um caminhar contra hegemônico. Nossas trajetórias insurgentes estão ligadas a necessidade de nos mantermos vivos, é na ancestralidade afrodiaspórica que encontramos as potencialidades das nossas sobrevivências. E, dessa forma, nossas (r)existências possibilitam a transmutação do silenciamento e da dor em liberdade:

### **Vozes-mulheres**

A voz de minha bisavó  
 ecoou criança  
 nos porões do navio.  
 ecoou lamentos  
 de uma infância perdida.  
 A voz de minha avó  
 ecoou obediência  
 aos brancos-donos de tudo.  
 A voz de minha mãe  
 ecoou baixinho revolta  
 no fundo das cozinhas alheias  
 debaixo das trouxas  
 roupagens sujas dos brancos  
 pelo caminho empoeirado  
 rumo à favela.  
 A minha voz ainda  
 ecoa versos perplexos  
 com rimas de sangue  
 e  
 fome.  
 A voz de minha filha  
 recolhe todas as nossas vozes  
 recolhe em si  
 as vozes mudas caladas  
 engasgadas nas gargantas.  
 A voz de minha filha  
 recolhe em si  
 a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo, no livro “Poemas da recordação e outros  
movimentos”. Belo Horizonte: Nandyala, 2008).

E, assim, nós continuamos combinando de não morrer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podes inscrever-me na História  
 Com mentiras amargas e retorcidas.  
 Podes espezinhar-me no chão sujo  
 Mas ainda assim, como a poeira, vou-me levantar.  
 Minha insolência incomoda?  
 Por que ficas soturno?  
 Porque eu ando como se tivesse poços de petróleo  
 Jorrando na sala de estar.  
 Como as luas e como os sóis,  
 Como a constância das marés,  
 Como a esperança alçando voo,  
 Assim me levanto.  
 Querias ver-me derrotada?  
 Cabeça curvada e olhos baixos?  
 Ombros caídos como lágrimas,  
 Enfraquecida de tanto pranto?  
 (...)

Minha sensualidade perturba?  
 Por acaso te surpreende  
 Que eu dance como quem tem diamantes  
 Ali onde as coxas se encontram?  
 Do fundo das cabanas da humilhação  
 Me levanto  
 Do fundo de um passado enraizado na dor  
 Me levanto  
 Sou um oceano negro, marulhando e infinito,  
 Sou maré em preamar  
 Para além de atrozes noites de terror  
 Me levanto  
 Rumo a uma aurora deslumbrante  
 Me levanto  
 Trazendo as oferendas de meus ancestrais  
 Portando o sonho e a esperança do escravo  
 Ainda me levanto  
 Me levanto  
 Me levanto  
 (Ainda me levanto - Maya Angelou)

Escrevo as considerações finais dessa dissertação com uma mistura de sentimentos. Inicialmente, gostaria de deixar registrada minha aprovação no Doutorado, antes mesmo de defender o Mestrado. Acreditei que iria conseguir em algum momento entre a avaliação do projeto, prova teórica, prova de proficiência e prova oral, mas para nós, pessoas negras, apostar todas as fichas em um sonho é uma mistura de medo-pavor-privilégio-confiança. O espaço

acadêmico ainda é embranquecido, o conhecimento produzido e aceito como teoria não é o nosso e estar nesses lugares é transgredir coletivamente através da ideia de que nós produzimos conhecimento e estamos cansadas de estar nas teses de pessoas brancas enquanto objetos de estudo. Estamos aqui, produzimos e queremos ser reconhecidas como as intelectuais que somos.

Ao longo dessa dissertação busquei analisar os mecanismos de vigilância e controle das mulheres negras em ambientes públicos na cidade de Maceió/Alagoas. Logo de início, destaquei a importância de uma escrita em primeira pessoa, situando a minha vivência e formação enquanto mulher negra como imprescindível para a compreensão dos ventos que me sopraram para esse estudo. Espero ter conseguido demonstrar a necessidade de, enquanto pesquisadora, não afastar-me das centralidades teóricas e práticas que permeiam nossos corpos e saberes.

Além disso, destaco a escolha por um método não usual de pesquisa: a escrituridade. Reverencio Conceição Evaristo e a sua intelectualidade, mas também a importância da sua arte e literatura fora da academia. As escrituridades aqui trazidas rompem os silenciamentos que nos foram impostos, criam e potencializam espaços de reconhecimento e compartilhamento de trajetórias e existências.

Ao longo dos capítulos iniciais trouxe as categorias de gênero e raça como elementos de controle e manutenção da vigilância em mulheres negras. Dessa forma, a interseccionalidade das opressões que transpassam as nossas vivências perfaz um entendimento fundante do imagético de suspeição sobre nossos corpos.

O vigilantismo e o controle são elementos que se baseiam em estereótipos enraizados desde a escravatura e que se perpetua através da invisibilização e subalternização proposital das potencialidades negras.

Para o entendimento de como esses elementos operam, foi preciso discorrer sobre a fundada suspeita e as abordagens policiais. Considerando, dessa forma, a vigilância exercida pela polícia como aquela que perpetua a punição escravagista em novos moldes. Contudo, o objetivo desse estudo se centra nos olhos que condenam antes mesmo da instituição policial, ou seja, aquele exercido pelas malhas de vigilância. Esses atores, responsáveis pelo controle e manutenção da ordem, reproduzem não só os estereótipos de suspeição dos corpos de mulheres negras pela instituição policial, mas, também, o imaginário social de desconfiança que criminalizam nossas existências nesses espaços.

Assim, os atravessamentos do racismo nos espaços de vigilância se dão através do entendimento de como as malhas informais de vigilância operam, seja em supermercado, shopping, loja, ou até mesmo dentro do nosso círculo social.

Para compreender, na prática, como esses olhos nos condenam, me inseri em campo, em algumas idas sozinha e, em outras, acompanhada de demais mulheres negras. Em nossas incursões, pudemos perceber a constante vigilância que estamos submetidas de diversas maneiras, seja com a condenação explícita quanto na invisibilização dos nossos corpos. Realizei entrevistas com atores responsáveis pela vigilância em alguns espaços públicos, o que me possibilitou considerar a crueldade do racismo em invisibilizar pessoas negras que estão no papel de agentes de controle e que possuem suas próprias perspectivas enviesadas.

Além disso, contei com a colaboração de escritoras de diversas mulheres negras que aceitaram escurecer, ainda mais, essa dissertação. Em linhas de dores e resistências, pude me reconhecer e, acredito que vocês também, nas palavras de várias dessas mulheres. O racismo nos coloca em uma experiência coletiva de culpa-dor-martírio-cura.

Foram escritoras dolorosas. Por vezes tive que parar de digitar para refletir sobre os traumas que nos transpassam e como parece que estamos sempre falando sobre sofrimento, como se nossas existências se resumissem às consequências de estar sempre em modo de sobrevivência, como trouxe no último capítulo.

São relatos e trajetórias de estresse, sobrecarga, burnout racial, esgotamento, envelhecimento. Nós combinamos de não morrer, apesar disso. Apesar das perdas, somos escritoras insurgentes porque isso pode proporcionar um lugar de afeto e cura nas nossas trajetórias. Cura dos traumas, da sensação de estar sempre esperando ser abordada, de estar sempre na defensiva. Se a experiência herdada e massacrante da dor nos tornou insurgentes e insubmissas que, da altivez da nossa resistência, possamos resgatar e transmitir o orgulho ancestral de existência e pertencimento enquanto pessoa negra.

Por óbvio, o encerramento dessa dissertação não poderia deixar de considerar a necessidade urgente de pensarmos em políticas públicas para mulheres negras, de questionarmos os espaços em que somos colocadas e a forma com que nos veem. É preciso uma política de avaliação, diagnóstico e compreensão dos problemas que se perpetuam ao longo da história e que, sob novos moldes, vigiam e condenam mulheres negras.

Esse estudo traz também a importância de questionarmos os efeitos de um ambiente hostil sobre nossa saúde mental e física e, a partir disso, é preciso pensar em políticas de diversidade e letramento racial dentro desses lugares. As malhas de vigilância precisam ter uma

formação baseada em um caráter educativo antirracista com disciplinas que se articulem entre si e que possuam conteúdos sobre Direitos Humanos de forma concreta.

Para promoção de uma ambiência racial, se faz necessário investir em capacitações destinadas à promoção da equidade racial e de gênero, além da formulação de estratégias de construção de indicadores e com políticas transversais de conhecimento e aplicabilidade.

Incentivar uma educação antirracista é admitir que o racismo não deriva da ignorância ou falta de conhecimento. Pelo contrário, o racismo foi construído tanto social quanto cientificamente, como mencionado no capítulo inicial desse estudo, e sua persistência se deve exatamente à transmissão de estereótipos e mecanismos de vigilância e controle, que por vezes ocorre de forma silenciosa e outras vezes de maneira explícita.

Mas além da necessidade da educação antirracista nos mais diversos âmbitos sociais, essa dissertação também aborda formas de cura. Como mencionei, precisamos e podemos transmutar as dores do racismo. Parece uma tentativa de romantizar aquilo que nos mata, mas, na verdade, é uma tentativa de sobrevivência.

Ruja Benjamin também traz o conceito de “micro-afetos”. Para a autora, é importante nomear e reconhecer as formas de opressão, mas, em vez de apenas focar no que nos destrói, ela entende a necessidade de desenvolvermos um vocabulário para o que nos mantém vivos. Os “micro-afetos” seriam, nessa visão, um esforço deliberado sobre o que queremos promover no mundo, se refere às nossas interações positivas umas com as outras. E, nesse sentido, a autora cita o espaço revolucionário das amizades, onde nós podemos praticar o mundo que queremos criar.

Ao me reconhecer em minhas amigas e irmãs que partilharam a caminhada comigo e nas escrevivências de tantas mulheres negras que se propuseram a escrever sobre suas dores e resistências na formação desse estudo coletivo e potente, pude encontrar esse espaço de micro afetos.

Eu te vejo. Te sinto. Você me vê. Me sente. E assim a gente se cura.

A forma com que nos enxergamos umas nas outras, e nos humanizamos a partir disso, é fruto de uma potencialidade ancestral que nenhuma ciência eurocêntrica avançada é capaz de traduzir.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, T., BOCHNER, A., & ELLIS, C. **Autoethnography: an overview**. Historical Social Research, 2011, p. 273-290.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção. Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

ALVES, M. A. **A seletividade racial do sistema penal brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2020. p. 29-46.

ALEXANDER, M. **The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness**. The New Press. New York, 2012.

\_\_\_\_\_, M., HUNT, M. O., & JEFFERS, T. **Race, Crime, and the Criminal Justice System**. In Encyclopedia of Race and Crime. SAGE Publications, Inc. 2017.

BELL, D. A. **Crime and Criminal Justice**. In Critical Race Theory. The New Press. 2018. p 205-231.

BENJAMIN, R. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Polity Press. 2019.

\_\_\_\_\_. **Viral Justice**. Polity Press. 2020.

\_\_\_\_\_. Interview with Ruha Benjamin: **Creating a Path to Equity in Tech. Technical.ly**, [2023]. Disponível em: <https://technical.ly/diversity-equity-inclusion/ruha-benjamin-q-and-a/>. Acesso em: 02 jan. de 2024.

BENTO, Cida. **O pacto narcísico da branquitude**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2020.

BROWNE, S. **Dark Matters: On the Surveillance of Blackness**. Duke University Press. 2015.

BOAS, F. **The Mind of Primitive Man**. Nova York: The Macmillan Company. 1911.

BUENO, W. **Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins**. Editora Zouk. 2020.

BUTLER, J. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. Harvard University Press. 2017.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero e Raça**. Revista Estudos Feministas. 2001.p. 541-549.

COLABORA. **Jovens e mulheres negras são as maiores vítimas da ação e da omissão do Estado**. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/jovens-e-mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-da-acao-e-da-omissao-do-estado/>. Acesso em: 05 de junho de 2023

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought as Oppositional Knowledge**. 2016. Disponível em: <<https://dcqr.ucpress.edu/content/ucpqcr/5/3/133.full.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2009.

CORREIO BRAZILIENSE. **Pessoas negras sofrem mais abordagem policial em relação às brancas**. Eu, Estudante. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2022/07/5025501-pessoas-negras-sofrem-mais-abordagem-policial-em-relacao-as-brancas.html>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, a. 10, p. 171-188, jan./jul. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2023..

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991. Disponível em: <[http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu\\_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991\\_intersectionality.pdf](http://funnel.sfsu.edu/students/luyilin/Lu_Yilin/other/wgs/Crenshaw1991_intersectionality.pdf)>. Acesso em: 07 jun. 2023.

DAVIS, Angela. (2016). **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Tatiana & VERDE, Marcy (orgs), 2020, **Segurança Empresarial: Da Teoria à Prática**. São Paulo: CRA-SP: Conselho Regional de Administração de São Paulo, GESEG: Grupo de Excelência em Segurança

DOLORIERT, C., & SAMBROOK, S. . **Ethical confessions of the —ll of autoethnography: the student’s dilemma**. Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal, 2009, p. 27-45.

DOS SANTOS CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. Selo Negro, 2001.

DUARTE, C. L; NUNES, I. R. **Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Mina Comunicação e Arte. 2020.

DU BOIS, W.E.B. **The Souls of Black Folk**. Nova Iorque: Dover Publications, 1994.

Emório. O que é ambiência racial. Emório, [25 de outubro de 2023]. Disponível em: <https://www.emorio.org/post/o-que-%C3%A9-ambi%C3%Aancia-racial>. Acesso em: 02 jan. 2024.

EVARISTO, C. **Escrevivência**. In \_\_\_\_\_. Insubmissas lágrimas de mulheres (pp. 55-58). Rio de Janeiro: Editora Malê. 2018.

\_\_\_\_\_. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Editora UFRJ. 2008.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Tradução de Cezar Augusto Mortari. São Paulo: Unesp, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FRASER, Nancy. **Feminism, Capitalism, and the Cunning of History**. *New Left Review*, nº 56, 2009.

GARLAND, David. **"The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society"**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

GIACOMINI S. M. Ser mulher e escrava. **Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes. 1988.

GOES, L. . **A "tradução" do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lonbroso e Nina Rodrigues da Perspectiva centro-margem**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/134794>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

HALL, S. **Race, Articulation, and Societies Structured in Dominance**. In: *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies, 1972-1979* (pp. 302-327). London: Hutchinson.

Harlow, S.D., Burnett-Bowie, S.A.M., Greendale, G.A. et al. **Disparities in Reproductive Aging and Midlife Health between Black and White women: The Study of Women's Health Across the Nation (SWAN)**. *womens midlife health* 8, 3 (2022). <https://doi.org/10.1186/s40695-022-00073-y>

HARRIS, D. A. . **Profiles in Injustice: Why Racial Profiling Cannot Work**. New York University Press. 2015.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Ciclo cumulativo de desvantagens: um estudo das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

HOOKS, bell. **Moving Beyond Pain.** 2016. Disponível em: <<http://www.bellhooksinstitute.com/blog/2016/5/9/moving-beyond-pain>>. Acesso em: 07 jun. 2023.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman: Black Women and Feminism.** South End Press. 1981.

\_\_\_\_\_. **Black Looks: Race and Representation.** Boston: South End Press. 1992.

\_\_\_\_\_. **Outlaw culture: Resisting representations.** Routledge. 1994.

\_\_\_\_\_. **Feminist Theory: From Margin to Center.** Boston: South End Press. 2008.

\_\_\_\_\_. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.** São Paulo: Elefante. 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Livro: **Dossiê mulheres negras - Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%C3%AA\\_mulheres\\_negras-retrato\\_das\\_condi%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_vida\\_das\\_mulheres\\_negras\\_no\\_Brasil](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/Livro-Dossi%C3%AA_mulheres_negras-retrato_das_condi%C3%A7%C3%B5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil)>. Acesso em: 07 jun. 2023.

JESUS, C. M. **Meu sonho é escrever...** São Paulo: Ática. 1995.

KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Racismo e educação antirracista: desafios contemporâneos da escola na busca de uma educação que contemple a diversidade.** In: TONINI, Ivaine (Org.). Curso de Aperfeiçoamento: Produção de material didático para a diversidade. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 100-105

LEMGRUBER, J. **Quem Vigia os Vigias? Um olhar sobre o sistema prisional brasileiro.** Rio de Janeiro: Revan. 2006.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **La donna delinquente, la prostituta e la donna normale.** Torino: Bocca, 1893.

LOPES, Jr., E. J. **Polícia e racismo estrutural no Brasil.** In: Políticas do ódio: Discursos religiosos, negritude e sexualidade. Boitempo. 2017.

MASOLO, Dismas. **Filosofia e Conhecimento Indígena: uma perspectiva africana.** In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. Almedina: Coimbra, 2009.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014, p. 25-28.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica.** 3ª Ed. São Paulo, 2018, p. 5.

MIGNOLO, W. **La opción decolonial: Desprendimiento y apertura.** In Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Ediciones del Signo. 2008, p. 289-316.

\_\_\_\_\_. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

MUNIZ, D. **Genocídio Negro Brasileiro: Processo de marginalização e extermínio da população negra.** Revista Jurídica Cesumar, 2019.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** 1957, Salvador.

PIEIDADE,, V. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós. 2019.

PSC - Institute for Social Research. **A monumental new book weathering Arline Geronimus's life's work.** Disponível em: <https://psc.isr.umich.edu/news/a-monumental-new-book-weathering-arline-geronimuss-lifes-work/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005, p. 227-278.

REED-DANAHAY, D. **Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social.** Berg Publishers. 1997.

RODRIGUES, N. M. **Narrativas e geo-grafias de mulheres negras: a escrevivência de Conceição Evaristo.** Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** . Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

SANTOS, B. D. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Novos Estudos CEBRAP, 2018, p. 71-94.

SANTOS, Carla Adriana da Silva Santos. **Ó Pa í, prezada! Racismo e Sexismo Institucionais Tomando Bonde No Conjunto Penal Feminino de Salvador.** Dissertação apresentada a Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18987/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20de%20Carla%20Adriana%20da%20Silva%20Santos.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

SANTOS, R. A. **Abordagens policiais e raça: o caso das mulheres negras.** Revista Brasileira de Segurança Pública, 2019, p. 1-20.

SANTOS, S. M. A. **O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios.** PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2017, p. 214-241.

SILVA, Tauane Pacheco da; e BRAGA, Claudomilson Fernandes. **Racismo e Sexismo Sofrido por Mulheres Negras no Facebook.** Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo. 2016. Disponível em: <

<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2490-1.pdf>>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

SIMON, Jonathan. "**Poor Discipline: Parole and the Social Control of the Underclass, 1890-1990.**" Chicago: University of Chicago Press, 1993.

SOHIET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência.** Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** São Paulo: Editora Ática. 1983.

SEWELL, A. **Dano colateral.** Revista Brasileira de Segurança Pública, 10(2), 2016, p. 257-274.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Wakefield, Alison, 2003, **Selling Security.** The private policing of public space. Nova Iorque e Londres: Routledge.

